



RELATÓRIO & CONTAS



CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80.000.000 Euros

Matriculada na 1.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285 | 4300-367 Porto

Tel.: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 28

geral@aguasdoporto.pt | www.aguasdoporto.pt

I – EMPRESA

1	PRINCIPAIS INDICADORES	p.1
2	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	p.4
3	SUMÁRIO DO EXERCÍCIO	p.8
4	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	p.10
	4.1. GESTÃO OPERACIONAL	p.13
	4.2. GESTÃO DE CLIENTES	p.23
5	INVESTIMENTOS	p.26
	5.1. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	p.26
	5.2. PROJETOS DE INVESTIMENTO COM FINANCIAMENTO EXTERNO	p.26
	5.3. OBRAS E PROJETOS	p.31
6	PERSPETIVAS FUTURAS	p.38

II – GOVERNO DA SOCIEDADE

1	GOVERNO DA SOCIEDADE	p.41
	1.1. OBJETO SOCIAL	p.41
	1.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	p.42
	1.3. ESTRUTURA DE CAPITAL	p.43
	1.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	p.44
	1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	p.44
	1.6. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS	p.45
	1.7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO	p.46
	1.8. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES	p.46
	1.9. CONDUTA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	p.48
	1.10. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE	p.48
	1.11. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO	p.49

III – ENQUADRAMENTO

1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	p.51
1.1.	ECONOMIA MUNDIAL	p.51
1.2.	ECONOMIA EUROPEIA	p.52
1.3.	ECONOMIA PORTUGUESA.....	p.53
2	ENQUADRAMENTO DO SETOR	p.55
2.1.	INTRODUÇÃO.....	p.55
2.2.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	p.56
2.3.	ENTIDADE REGULADORA	p.59
2.4.	CARACTERIZAÇÃO DO SETOR.....	p.60

IV – DESEMPENHO

1	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	p.63
2	VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	p.67
3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	p.70

V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....

p.71

VI – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....

p.95

VII – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO & CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....

p.99



EMPRESA



1

2

3

4

5

6

PRINCIPAIS INDICADORES

Áreas	Unidade	2017	2016
OPERACIONAL			
Clientes	N.º	155 667	153 821
ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Acessibilidade física ao serviço	%	100	100
Adesão ao serviço	%	100	100
Ocorrência de falhas	N.º/1000 ramais	0,351	0,450
Água segura	%	99,79	99,70
Água entrada no sistema	m³	21 621 661	20 820 536
Água faturada	m³	17 508 977	16 947 151
Água não faturada	m³	4 112 684	3 873 385
Taxa de água não faturada	%	19,0	18,6
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
Acessibilidade física ao serviço	%	99,48	99,40
Adesão ao serviço	%	99,50	99,00
Águas residuais tratadas	m³	18 719 038	21 154 117
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	100	100
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 Km	2,5	2,0
RECURSOS HUMANOS			
Colaboradores	N.º	459	458
Taxa de absentismo	%	6,12	6,17
Índice de frequência de acidentes de trabalho	‰	42,62	45,20
Índice de participação em formação	%	76,2	71,6
INVESTIMENTO			
Investimento realizado no período	Euros	10 229 843	7 283 391
ECONOMIA E FINANÇAS			
Volume de negócios	Euros	41 221 731,74	40 290 246,03
EBITDA	Euros	14 555 668,15	14 989 497,83
Resultado operacional (EBIT)	Euros	7 910 786,12	8 619 317,02
Resultado líquido	Euros	6 025 810,06	6 575 538,35
Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais)	Euros	8 710 632,99	10 551 174,47
Margem EBITDA (1)	%	35,31	37,20
Autonomia financeira (2)	%	79,27	77,74
ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) (3)	%	4,64	5,23
Prazo médio de pagamento	N.º de dias	30	49
Prazo médio de recebimento	N.º de dias	29	29

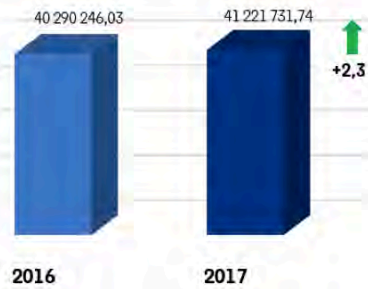
1. EBITDA / Volume de Negócios | 2. Capital Próprio / Ativo Total Líquido

3. Resultado Líquido / Capitais Próprios

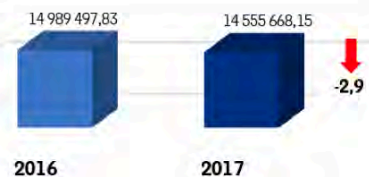
VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

**Volume de Negócios
(Euros)**



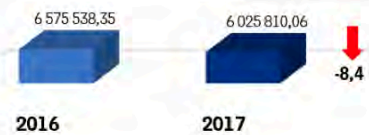
**EBITDA
(Euros)**



**Resultado Operacional
(Euros)**



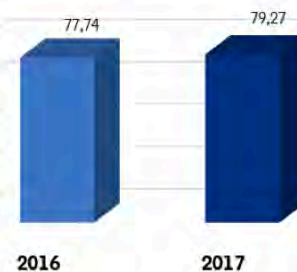
**Resultado Líquido
(Euros)**



**Margem EBITDA
(%)**

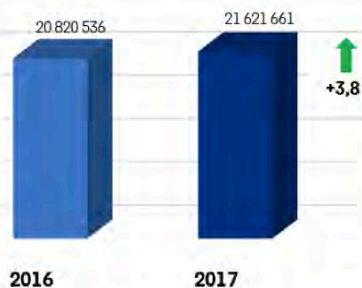


**Autonomia Financeira
(%)**

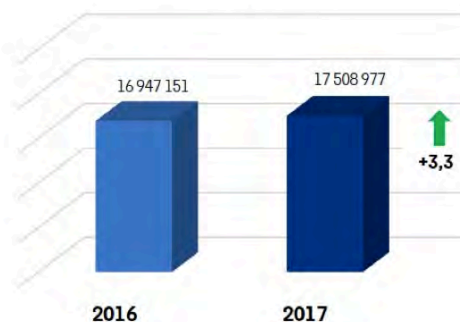


DESEMPENHO OPERACIONAL

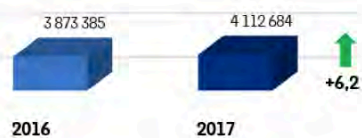
Água Entrada no Sistema
(m³)



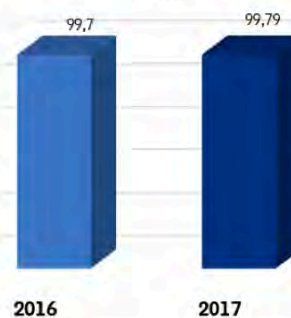
Água Faturada
(m³)



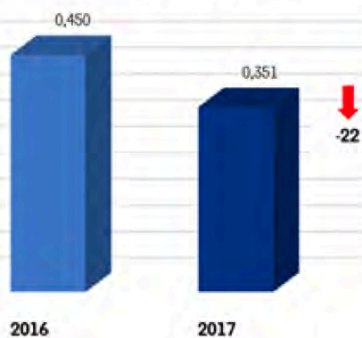
Água Não Faturada
(m³)



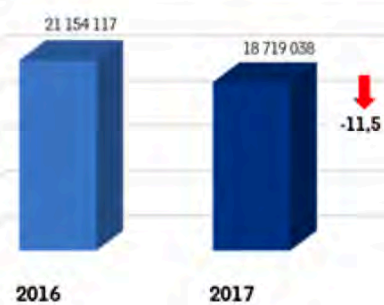
Água Segura
(%)



Ocorrência de falhas no abastecimento
(N.º/1000 ramais)



Águas Residuais Tratadas
(m³)



2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mais do que o simples exercício anual, o Relatório & Contas de 2017 encerra em si o fecho de um ciclo de gestão na **Águas do Porto, EM**. Importa, por isso, fazer uma análise de todos os progressos significativos que se materializaram na gestão integrada do ciclo urbano da água no Município do Porto, que teve como base os princípios de serviço público, de equilíbrio económico-financeiro, de eficiência operacional, e de responsabilidade social e ambiental.

Foi com plena consciência do carácter de serviço público essencial, que o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais assumem, que a **Águas do Porto, EM** direcionou o seu foco para o cliente, com o intuito de atingir a excelência na satisfação das suas necessidades e na antecipação das suas expectativas.

Em primeiro lugar, importa analisar o percurso das tarifas de água na cidade do Porto, que demonstra bem a adoção de uma política tarifária sustentável como vetor fundamental na qualidade da relação com os clientes. O saldo final dos últimos quatro anos, em que a **Águas do Porto, EM** reduziu as suas tarifas em duas ocasiões distintas, mostra que as tarifas aplicadas aos clientes se mantiveram praticamente idênticas, não viram em si repercutidas o aumento considerável do custo de compra de água imposto aquando do processo de fusão da Águas do Douro e Paiva com as suas congéneres em alta.

Esta preocupação com o cliente refletiu-se, também com particular evidência, na evolução do atendimento, quer pela minimização da necessidade de deslocação dos clientes aos balcões de atendimento, quer pela redução dos tempos de espera e de atendimento, presencial e telefónico. De facto, apesar de nos últimos quatro anos a dinâmica da cidade ter suscitado um aumento do número de clientes ativos, a **Águas do Porto, EM** reduziu o número de atendimentos nos seus balcões em 30%, reduzindo os tempos de espera em mais de 50%, tendo ao mesmo tempo promovido a reformulação dos espaços de atendimento e do seu *call center*.

Paralelamente, as reclamações apresentaram um decréscimo acentuado, nos seus diversos canais, com particular destaque para aquelas relacionadas com o atendimento e com o ciclo de faturação (leitura, faturação e cobrança).

Mas enquanto cidade centrada na água, a preocupação com o serviço não se cingiu aos utilizadores finais, dado que o recurso “água” deve ser entendido numa perspetiva mais ampla enquanto fator de afirmação da cidade do Porto. Assim, foi dada particular atenção ao património histórico e cultural da **Águas do Porto, EM** e iniciados vários projetos de remodelação, desde o histórico antigo reservatório da Pasteleira ao Pavilhão da Água, passando pela central de Nova Sintra, até ao projeto de musealização do rio da Vila, entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, todos eles em curso durante o ano de 2017.

Ainda no capítulo da promoção da água enquanto fator de afirmação da cidade do Porto, realce para a manutenção dos galardões Bandeira Azul e Qualidade de Ouro em três zonas balneares do Porto (Homem do Leme, Gondarém e Foz), englobando nove praias urbanas em toda a frente marítima, e para a melhoria da qualidade da água registada na zona balnear do Castelo do Queijo, cuja qualidade da água entra, no final de 2017, dentro dos critérios da Bandeira Azul. Ainda neste âmbito, destaque para as atividades de educação ambiental também promovidas na época balnear de 2017, cujo número recorde de ações desenvolvidas conduziu à premiação do Porto como “Município Mais Azul”.

No plano económico-financeiro, a **Águas do Porto, EM** fechou o presente exercício económico com a sua situação económico-financeira consolidada, sempre com o objetivo de alinhar três vetores principais: o equilíbrio entre a sustentabilidade económica dos sistemas, a qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos interesses e direitos dos cidadãos no fornecimento de bens e serviços essenciais.

Depois de um ano em que a **Águas do Porto, EM** foi distinguida como entidade do setor empresarial local com melhores resultados líquidos em Portugal pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o resultado líquido de 2017 foi ligeiramente inferior, tendo para isso muito contribuído a redução do tarifário aplicado aos clientes. Não obstante, é bem perceptível a evolução da performance financeira da empresa nestes quatro anos, em que houve uma duplicação dos resultados que os antecederam.

Assim, olhando para os últimos quatro anos, verifica-se que a empresa procurou sempre o equilíbrio entre rendimentos e gastos no sentido de reduzir os custos operacionais e maximizar a eficiência e a rentabilidade nos serviços prestados, criando valor para o acionista. Pontificaram nesta estratégia os ganhos operacionais decorrentes da redução da água não faturada (de 23,5% para 19%), e do aumento da eficiência energética de instalações e equipamentos.

Com efeito, a redução do volume de água não faturada manteve-se no centro da estratégia de eficiência operacional da **Águas do Porto, EM**. Por via do combate às perdas reais e aparentes, a empresa entrou pela primeira vez em 2016 no patamar de excelência definido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, tendo 2017 sido um ano de redirecionamento da estratégia, em que se manteve um nível de eficiência semelhante ao ano transato. De facto, sendo cada vez mais difícil recuperar o investimento nas perdas reais, foi desencadeado um estudo para caracterizar e quantificar as perdas aparentes no parque de contadores de água atualmente existente, num trabalho cujos frutos se preveem começar a surgir já no ano de 2018.

Outro eixo importante foi o aumento da eficiência operacional do sistema de saneamento de águas residuais e conseqüente diminuição dos custos operacionais, diretamente relacionado com a utilização dos recursos energéticos. Assim, nesta abordagem “nexus água-energia”, a empresa promoveu a melhoria da gestão do consumo de energia nas ETAR de Sobreiras e do Freixo e nas instalações elevatórias da rede, e desencadeou dois projetos na área das energias renováveis e da mobilidade elétrica, designadamente a conceção e construção de uma central fotovoltaica para produção de eletricidade no edifício sede da empresa, e a instalação do parque de estacionamento para viaturas elétricas, enquadrados na política ambiental do Município do Porto.

Por fim, após um esforço de infraestruturização para aumentar o nível de cobertura da população feito ao longo dos últimos anos, este evoluiu para a otimização dos ativos construídos e a gestão eficiente dos sistemas, com a empresa a iniciar a preparação para o novo desafio da sua resiliência às alterações climáticas que se avizinham, tão patente em projetos como o desentubamento da ribeira da Asprela no futuro parque que a vai receber.

É neste contexto que surge a importância de uma eficiente gestão da rede municipal de drenagem de águas pluviais. Para assegurar as boas condições de escoamento da via pública, a **Águas do Porto, EM** centrou os seus esforços na manutenção preventiva das infraestruturas e na reparação e substituição de coletores e outros órgãos do sistema.

No domínio da concretização dos Planos de Investimentos, a **Águas do Porto, EM** realizou nos últimos quatro anos um volume de investimento superior a 30 milhões de euros, dos quais mais de 10 milhões de euros dizem respeito ao ano de 2017 (o segundo maior de sempre), englobando nestes valores uma carteira de empreitadas de reabilitação do seu património e de remodelação das suas infraestruturas de água, de águas residuais e de águas pluviais, bem como o investimento em sistemas de informação.

Dos projetos realizados no ano passado, destaque para a conclusão do desvio de infraestruturas de águas pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto, e para a fase crítica da modernização da rede de águas pluviais na zona de Santos Pousada, que colocou um fim ao maior problema de escoamento insuficiente e ocorrência de inundações da cidade.

Outro projeto relevante, que decorreu a bom ritmo em 2017, consistiu na obra de construção do interceptador de rio Tinto, um dos maiores projetos em curso a nível ambiental na região Norte, numa parceria entre as autarquias do Porto e de Gondomar, com o objetivo de despoluir esta linha de água e de requalificar as suas margens. Mais de um quarto da empreitada encontra-se já executada, a qual irá interligar com a área do Parque Oriental da cidade do Porto.

Com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores, foram igualmente promovidos vários projetos de renovação do parque de edifícios da empresa, sendo os maiores exemplos a reabilitação do edifício da logística, as serralharias e o edifício comercial, que permitiu ampliar a zona de atendimento ao cliente. Foram ainda desencadeados os projetos para o novo laboratório, armazéns, parque automóvel e parque de resíduos, todos no interior da sede na rua Barão de Nova Sintra.

Ainda no que respeita a investimentos, mas ligados à melhoria das operações da **Águas do Porto, EM**, a empresa lançou vários concursos públicos para a renovação dos seus veículos especiais, com destaque para a aquisição de duas viaturas ligeiras de desobstruções de redes prediais, bem como a primeira viatura pesada híbrida, e a inovadora viatura oficina destinada e dedicada à manutenção dos equipamentos das redes de exploração, apetrechada dos meios e materiais necessários às operações de manutenção no terreno.

Na visão holística de todas as redes que gere, e fruto do aumento substancial dos seus ativos devido ao esforço de infraestruturização das últimas décadas, a **Águas do Porto, EM** dedicou particular atenção à preservação desses ativos para maximizar o seu período de vida útil, otimizando a sua capacidade e controlando os seus custos de exploração. Neste âmbito, a empresa iniciou o processo analítico para desenvolver e implementar um sistema que permita simplificar o planeamento e a gestão das intervenções de inspeção e de manutenção preventiva dos órgãos das diversas redes sob a sua gestão, colocando em segundo plano a manutenção reativa.

Neste alinhamento, a Plataforma Tecnológica para o Ciclo Urbano da Água (H2PORTO) assume-se como um dos projetos estruturantes da empresa, que conheceu em 2017 o seu grande salto. Trata-se de um sistema de monitorização e controlo de todas as etapas do ciclo urbano da água no Município do Porto (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, drenagem de águas pluviais, ribeiras e praias), com informação remota e em tempo real baseada nos dados medidos (sensores, deteção remota) e nos dados modelados (por exemplo, distribuição de água, águas residuais, meio recetor, meteorologia, entre outros). Este sistema de monitorização, alerta e informação permitirá uma análise eficiente da informação e a apresentação de resultados de apoio à tomada de decisão em tempo real, permitindo antecipar episódios de poluição e de inundação através de modelação numérica, bem como, implementar um sistema de controlo remoto e informação ao público.

Ainda no que respeita à inovação, e pela consciência de que esta será essencial para o desenvolvimento do setor e da abordagem ao ciclo urbano da água, foi dada prioridade ao lançamento de projetos piloto e soluções que aportem eficiência e economia, mas também maior qualidade, fiabilidade e resiliência. São disso os maiores exemplos o investimento no *smart metering* e na sua rede de comunicação, a introdução de mobilidade nas operações, a conceção de uma válvula de corte remoto, a produção de energia em condutas de água através de turbinas triboelétricas.

Em particular no caso do *smart metering*, foram desenvolvidas ações para medição e monitorização do consumo de água em tempo real, através da instalação de contadores de telemetria, permitindo a redução de perdas, uma faturação rigorosa, a redução de gastos e a deteção de anomalias e ilícitos. Em simultâneo, foi desenvolvida uma *App* para *smartphones* capaz de fornecer informação automática e em tempo real sobre os seus consumos de água e um serviço de alertas enviados sempre que se verifique um consumo de água diferente do habitual.

Na linha do Plano de Segurança da Água, importa referir que, em 2017, a qualidade da água para consumo humano manteve o patamar de excelência, que se traduziu num nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,7%, tendo sido reconhecida pela entidade reguladora com o respetivo selo de qualidade. A excelente qualidade da água distribuída foi, precisamente, um dos pilares do programa de alteração comportamental para incentivo ao consumo de água da torneira.

Outro dos objetivos operacionais atingidos prendeu-se com a manutenção dos níveis de eficiência máxima na recolha e tratamento dos efluentes pelas ETAR. O Projeto Porto Saneamento 100% prosseguiu com o objetivo traçado de concluir a rede de drenagem em 2018, promovendo assim, a

condução das águas residuais recolhidas para as ETAR da cidade, eliminando as descargas indevidas de águas residuais no meio natural e no sistema de águas pluviais e, conseqüentemente, melhorando os níveis da qualidade da água das ribeiras e das águas balneares da cidade.

No capítulo da sua eficiência administrativa interna, destaque para a implementação do processo de melhoria contínua em várias unidades orgânicas da empresa, através da metodologia *lean*, com vista a eliminar desperdícios, otimizar processos, e potenciar a qualidade dos seus produtos e serviços.

Reconhecendo que a obrigatoriedade de cumprir o Código da Contratação Pública ainda constitui uma condicionante à excelência organizacional, foi desenvolvido um Sistema de Qualificação e Avaliação de Fornecedores, com o objetivo de estabelecer critérios uniformes para a análise de propostas apresentadas aos procedimentos de contratação pública, promover o desenvolvimento de fornecedores para níveis de desempenho superior e obter maior controlo da cadeia de fornecimento.

Este Sistema de Qualificação permite que os candidatos qualificados como fornecedores da **Águas do Porto, EM**, sejam convidados a apresentar proposta no âmbito dos concursos que vierem a ser lançados, potenciando o estabelecimento de relações de cooperação e parceria, enquadrados por padrões ético-profissionais exigentes, dentro do cumprimento rigoroso da legislação em vigor e alinhados com políticas de sustentabilidade de médio e longo prazo exigentes.

No campo do reforço da notoriedade da empresa dentro do setor da água, foi fomentada a presença em várias iniciativas em que a **Águas do Porto, EM** marcou presença como parceira, ou como entidade organizadora, junto dos seus congéneres do setor e do público em geral. O estreitamento dessas relações pressupôs a submissão de comunicações e *papers*, a preleção de palestras, a participação em exposições, a apresentação de candidaturas a prémios ou outras formas de associação técnica e comercial. O maior exemplo dessa vontade foi a organização da *Porto Water Innovation Week*, em parceria com a Comissão Europeia, na última semana de setembro de 2017, num evento que contou com a presença de mais de 1200 pessoas.

Aliás, foi no âmbito deste processo de internacionalização que a **Águas do Porto, EM** deu o primeiro passo para a integração em grupos ou associações internacionais de *benchmarking* para as redes de abastecimento de água, de águas residuais e de águas pluviais e de avaliação do recurso “água”, através da participação no grupo de trabalho da *EIP Water* (Parceria Europeia da Inovação para a Água) direcionado para a partilha de boas práticas no domínio da gestão do ciclo urbano da água nas cidades.

Esta equipa do projeto desenvolveu a metodologia “*City Blueprints*”, que avaliou o posicionamento das cidades aderentes quanto à sustentabilidade dos seus serviços de água na perspetiva do desenho e planeamento urbano sensível à água. Esta radiografia referente a 25 indicadores permitiu o *benchmarking* com 64 cidades espalhadas pelo mundo, tendo o Porto sido enquadrado na categoria “Cidades Eficientes na Gestão da Água”.

Por fim, na perspetiva de valorização dos seus recursos humanos, o ano de 2017 fica marcado pela celebração do Acordo de Empresa e pela implementação do novo Sistema de Gestão de Carreiras, encerrando um ciclo com dois marcos consideráveis nesta vertente.

Com efeito, o acordo alcançado entre a **Águas do Porto, EM** e a direção da Caixa de Reformas e Pensões em 2014 permitiu restaurar o bem-estar social no seio da empresa e travar a degradação dos laços intergeracionais, garantindo uma solução equilibrada para as partes, e ao mesmo tempo travando os processos em curso nas instâncias judiciais, cujos desfechos representavam uma enorme incógnita na situação económico-financeira da empresa.

Já este ano, a assinatura do Acordo de Empresa com o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, expressa o resultado de um processo negocial que decorreu durante mais de um ano, e espelha o objetivo comum das partes em conseguir um acordo jurídico-laboral que se aproximasse da realidade vivida na empresa, permitindo, assim, a obtenção de uma regulamentação que fosse simultaneamente mais favorável aos trabalhadores e à própria empresa.

Este conjunto de mecanismos, constitui um marco na história da empresa, e permitirá à **Águas do Porto, EM**, por via de uma motivação acrescida dos seus trabalhadores, prosseguir a prestação do serviço público que lhe está subjacente com mais eficiência e qualidade para os seus clientes.

A última palavra é dirigida ao nosso acionista. Se temos a certeza e convicção do valor que a **Águas do Porto, EM** hoje possui e no desenvolvimento que sofreu ao longo destes quatro anos em todas as suas vertentes, também não nos esquecemos que este percurso só foi possível graças ao apoio e confiança que a Câmara Municipal do Porto desde sempre nos concedeu.

PORTO, 28 DE MARÇO DE 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Frederico Vieira Martins Fernandes, PRESIDENTE

Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto, VICE-PRESIDENTE

Ana Catarina da Rocha Araújo, ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVA

3 SUMÁRIO DO EXERCÍCIO

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2017 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 28 de março de 2018. O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k) do Artigo 19.º dos Estatutos da empresa.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios, segundo o qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

A **Águas do Porto, EM**, apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, traduzida num volume de negócios de € 41 221 731,74 e num resultado líquido de € 6 025 810,06. Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a margem EBITDA situou-se em 35,3% e a autonomia financeira cifrou-se em 79,2%.

No presente exercício, o investimento global da empresa ascendeu a 10,2 milhões de euros, representando 55,3% do valor total orçamentado para o plano de investimentos a executar em 2017, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2017-2019. Em comparação com 2016, em que o investimento ascendeu a 7,2 milhões de euros, observa-se um aumento de 40,7% no volume global de investimento.

Está em causa o maior volume de investimento no último quadriénio (2014-2017), tal como fica patente na Figura 1. Neste período, a soma dos investimentos anuais corresponde a um total de 30,2 milhões de euros.

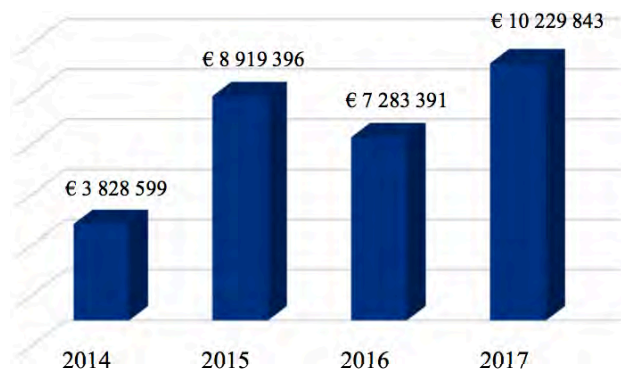


Fig. 1 | Evolução do volume de investimentos entre 2014-2017

Verifica-se que a maioria do investimento concretizado em 2017 diz respeito ao setor do abastecimento de água (30,1%), perfazendo € 3.080.006,30. Na segunda posição encontra-se a rubrica “Edifícios e Outras Construções”, no valor de € 2.164.767,75 (21,2%), devido à aposta da empresa na reabilitação dos seus bens patrimoniais. Com valores de investimento próximos estão as áreas de drenagem e tratamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, tendo atingido € 2.088.105,49 (20,4%) e € 2.047.733,09 (20%), respetivamente.

No final de 2017, a **Águas do Porto, EM**, contava com seis candidaturas com financiamento externo, das quais cinco são suportadas por fundos comunitários e uma por fundos nacionais. Cinco destas Operações transitaram de anos anteriores, tendo duas sido encerradas no ano em apreço. Foi também aprovada uma nova candidatura.

A despesa elegível total inscrita nas referidas Operações perfaz 5 milhões de euros, o que representa um valor de comparticipação aprovada de 4,3 milhões de euros. A comparticipação total recebida pela empresa em 2017 situou-se em 1,2 milhões de euros.

Neste capítulo, é, ainda, de realçar que a **Águas do Porto, EM**, compatibiliza a sua sólida situação económico-financeira com uma política tarifária sustentável. A fatura de água e saneamento de uma família padrão, constituída por três a quatro elementos, a residir na cidade do Porto, para um consumo mensal de 10 m³, correspondeu a € 15,8 em 2017.

Tal como ilustrado na Figura 2, e tendo por base dados recolhidos pela DECO – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor relativamente aos tarifários em vigor em abril de 2017, o Município do Porto apresenta a segunda fatura de água e águas residuais mais baixa entre as 16 autarquias que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP).

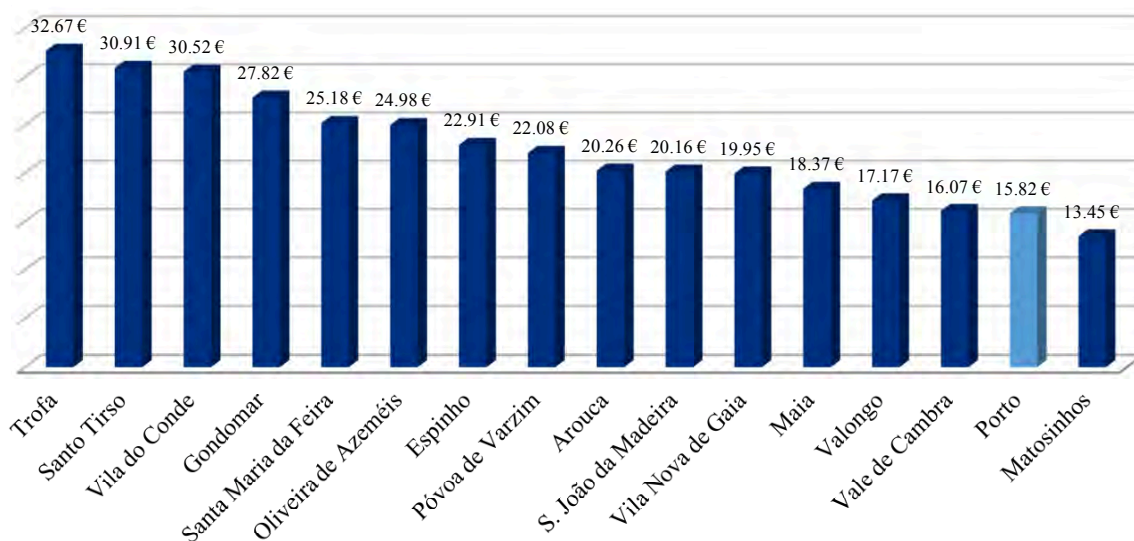


Fig. 2 | Fatura de água e saneamento de uma família padrão (10 m³) nos municípios da AMP (abril 2017) | Fonte: DECO

No universo dos 20 concelhos mais populosos de Portugal, a cidade do Porto integra também o lote dos municípios com a fatura de água e águas residuais mais económica, ocupando a 3.ª posição, de acordo com a Fig. 3.

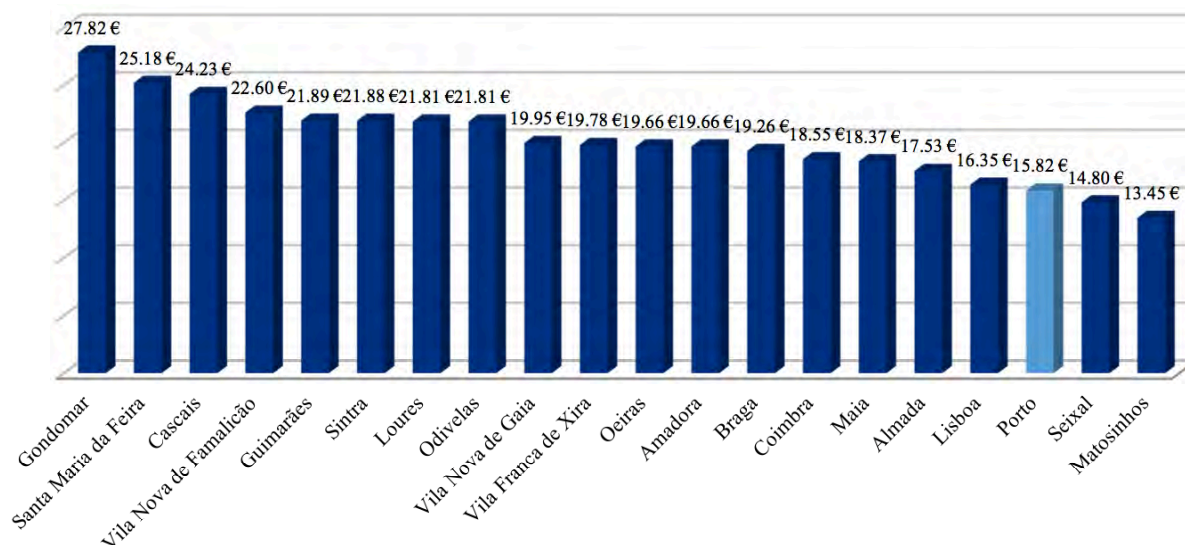


Fig. 3 | Fatura de água e saneamento de uma família padrão (10 m³) nos municípios mais populosos de Portugal (abril 2017) | Fonte: DECO

Conclui-se, assim, que a **Águas do Porto, EM**, regista um bom desempenho no que concerne ao indicador da acessibilidade económica dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Este indicador da qualidade do serviço, definido pela ERSAR, avalia o nível de adequação da interface com o utilizador em termos de acessibilidade do serviço, no que respeita à capacidade económica das famílias suportarem o serviço prestado pela entidade gestora.

No presente exercício, e tendo em consideração o tarifário praticado no Porto, o encargo médio do serviço de abastecimento de água teve um peso de 0,30% no rendimento médio disponível por agregado familiar portuense, apresentando-se o serviço de saneamento de águas residuais com um peso inferior correspondente a 0,12%.

4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Em 2017, a **Águas do Porto, EM**, registou progressos significativos nos projetos estratégicos que consubstanciam a gestão integrada e sustentável do ciclo urbano da água no Município do Porto, tendo por base os princípios da eficiência operacional, da responsabilidade social e ambiental e do equilíbrio económico-financeiro. As tarifas de água e saneamento aplicadas aos clientes registaram uma descida de 2%.

No domínio da concretização do Plano de Investimentos para 2017, a **Águas do Porto, EM**, executou uma carteira de empreitadas de reabilitação do seu património e de remodelação das suas infraestruturas de água, de águas residuais e de águas pluviais no valor global de 10,2 milhões de euros.

O Plano de Valorização de Bens Patrimoniais trouxe uma camada de informação adicional aos projetos de recuperação e requalificação dos ativos da empresa. Assim, à reabilitação da Quinta de Baixo, dos jardins e mata de Nova Sintra, do edifício das Compras na sede da empresa e do

Pavilhão da Água no Parque da Cidade, juntaram-se o projeto de musealização do rio da Vila e a requalificação do antigo reservatório da Pasteleira.

Em fase de projeto encontra-se ainda o edifício do Laboratório, cujo projeto de requalificação e ampliação foi entregue pela **Águas do Porto, EM**, ao arquiteto Souto Moura. São estes projetos relacionados com a reabilitação do património que permitem à empresa contribuir para a concretização do objetivo estratégico “Fazer da água em fator de afirmação da cidade”.

O futuro polo do Museu da Cidade será instalado no antigo reservatório da Pasteleira, cuja reabilitação representou um investimento de 703 mil euros e será dotado de peças do acervo do Município do Porto, elementos multimédia e novos conteúdos.



Fig. 4 | Reabilitação do antigo reservatório da Pasteleira

No período em análise, a empresa concluiu uma importante empreitada: o desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto, o que representou um investimento de 718 mil euros. O mesmo sucedeu com a obra do Grupo 4 no âmbito da remodelação da rede de abastecimento de água, que incluiu a substituição de 14 km de condutas, correspondendo a um investimento total de 1,5 milhões de euros.

Entrou também em fase final uma empreitada muito exigente em Santos Pousada/Campo 24 de Agosto, que visou a modernização da rede de águas pluviais nesta zona e, conseqüentemente, a resolução de um problema antigo de insuficiente escoamento dessas águas e de inundações frequentes, em dias de maior pluviosidade. Esta intervenção foi adjudicada por três milhões de euros, tendo metade deste valor sido concretizado em 2017.

A bom ritmo decorreu a obra de construção do intercetor de rio Tinto, um dos maiores projetos em curso a nível ambiental na região Norte, com o objetivo de despoluir esta linha de água e de requalificar as suas margens. Mais de um quarto da empreitada encontra-se já executada, interligando-se com a construção do Parque Urbano de Rio Tinto e com a duplicação da área do Parque Oriental da cidade do Porto, que tem atualmente dez hectares.

Trata-se de um investimento de oito milhões de euros, que resulta de uma parceria entre as autarquias do Porto e de Gondomar, cabendo à **Águas do Porto, EM**, o pagamento de três milhões de euros. Estes valores são comparticipados em 85% por fundos comunitários (POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).



Fig. 5 | Construção do intercetor de Rio Tinto

No ano de 2017 iniciaram-se ainda três intervenções de monta correspondentes a um investimento total de 3,4 milhões de euros, nomeadamente a reformulação da conduta adutora de Nova Sintra-Pasteleira, a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e da central elevatória de Nova Sintra e a remodelação das redes de água, saneamento e águas pluviais no Bairro do Regado, incluindo a infraestruturização da Rua Particular de Monsanto pelo facto de a mesma ainda não possuir coletor de águas residuais.

Tendo em vista a promoção da mobilidade elétrica, o Grupo Câmara Municipal do Porto lançou um concurso público para o fornecimento, em regime de *renting*, de 274 veículos ligeiros elétricos e híbridos plug-in. A assinatura do contrato foi realizada em março de 2018 e, no caso da **Águas do Porto, EM**, totaliza o montante de € 1.589.053,91 para 84 viaturas, das quais 50 são totalmente elétricas, 7 híbridas e as restantes a combustão.

A empresa abriu também um concurso público para a empreitada de construção de um espaço de estacionamento automóvel parcialmente coberto dotado de postos de carregamento elétrico dos veículos, incluindo uma edificação destinada à lavagem da frota automóvel e uma reorganização de parte do edifício dos transportes, equivalendo a um investimento de 965 mil euros. A este soma-se ainda um investimento de 210 mil euros para aquisição dos equipamentos de carregamento de viaturas elétricas e *software* de gestão.

Em curso encontra-se também um projeto de produção de eletricidade a partir de energias renováveis no valor de 323 mil euros, designadamente a conceção e construção de uma central fotovoltaica no edifício Sede. A produção anual estimada de energia é de 462.396 kWh, dos quais 66% serão utilizados para autoconsumo, sendo os restantes 159.162 kWh vendidos e injetados na rede. As emissões de dióxido de carbono (CO₂) evitadas representam 217.403 kg por ano.

No domínio dos Sistemas de Informação, destaca-se a implementação da Plataforma Tecnológica para a Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água (H2PORTO), adjudicada pelo valor de € 718.000. O projeto tem como finalidade desenvolver um sistema de monitorização, alerta e informação ao público, em tempo real, das diferentes redes que integram o ciclo urbano da água, constituindo uma importante ferramenta de apoio às operações e à tomada de decisão.

O projeto iniciou-se com o levantamento da informação disponível e de desenho da arquitetura de dados e *layouts*. Encontra-se atualmente na fase de desenvolvimento de *dashboards* de gestão operacional a disponibilizar a diversos níveis de gestão, bem como de desenvolvimento dos modelos da rede de abastecimento de água e de drenagem (águas residuais, pluviais, ribeiras e praias).



Fig. 6 | Exemplos de *dashboards* da Plataforma Tecnológica H2PORTO

Na gestão operacional, a água não faturada atingiu os 19%. Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Quanto à qualidade da água, foram obtidos valores de excelência, com um nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,79%, tendo sido atribuído pela entidade reguladora do setor (ERSAR) o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano.

A acessibilidade física do serviço de saneamento fixou-se em 99,48%, o que significa que a construção da rede de drenagem de águas residuais se encontra perto da sua conclusão. Complementarmente, a taxa de prédios ligados à rede pública de saneamento aumentou para 99,51%.

Um trabalho decisivo para a melhoria da qualidade da água das ribeiras que atravessam a cidade do Porto, em paralelo com um projeto de eliminação das aflúências indevidas e infiltrações.

No que respeita à frente marítima, a **Águas do Porto, EM**, conquistou novamente os galardões Bandeira Azul e Qualidade de Ouro em todas as praias do Porto, com exceção da zona balnear do Castelo do Queijo. Este ano, pela primeira vez, a praia do Carneiro recebeu a distinção de “Praia Acessível – Praia para Todos!”, que foi igualmente atribuída pelo décimo ano consecutivo à praia do Homem do Leme.

Relativamente ao cumprimento dos critérios do programa Bandeira Azul, manteve-se o controlo analítico diário da qualidade da água das praias, a monitorização do estado de funcionamento e conservação dos equipamentos e serviços de apoio à prática balnear, assim como a prestação de informação ao público e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Este último foi também um dos aspetos positivos da época balnear 2017 pelo número recorde de ações desenvolvidas nas praias, o que conduziu à premiação do Porto como “Município Mais Azul”.

O ano de 2017 fica ainda marcado por dois projetos estratégicos no que concerne à gestão de recursos humanos: o modelo de gestão de carreiras e o Acordo de Empresa.

Foi, assim, implementado, no exercício em apreço, um sistema de gestão de carreiras cujo ponto de partida consistiu no levantamento funcional, permitindo identificar 110 funções descritas por responsabilidades e resultados esperados. Essa caracterização funcional baseou-se em diferentes níveis de *know how*, de capacidade de resolução de problemas e de *accountability*, culminando na renomeação de todos os colaboradores, e tem associada uma nova política salarial com critérios objetivos, sustentada na meritocracia e com expectativas de promoção na carreira.

Os colaboradores da **Águas do Porto, EM**, independentemente do tipo de vínculo contratual, dispõem agora desta importante ferramenta de gestão, que lhes permite traçar planos a médio e longo prazo em relação ao seu percurso profissional, o que contribui decisivamente para a melhoria do seu desempenho profissional e, conseqüentemente, para o aumento do seu envolvimento na estratégia da empresa e para a obtenção de melhores resultados globais.

Complementarmente, e de modo a criar condições mais favoráveis e equitativas para a generalidade dos colaboradores, foi assinado o Acordo de Empresa, após importantes negociações com os sindicatos. Este instrumento possibilitou melhorar e igualar as condições retributivas dos seus colaboradores através da definição do subsídio de turno e da possibilidade de participação nos resultados da empresa, entre outros benefícios. Neste momento, o Acordo de Empresa abrange 85% dos colaboradores.

4.1. GESTÃO OPERACIONAL

4.1.1. Aquisição e Venda de Água

Em 2017, a **Águas do Porto, EM**, adquiriu um volume total de 21.621.661 m³ de água tratada à empresa multimunicipal Águas do Douro e Paiva (AdDP), o que corresponde a uma média diária de 59.237 m³ e representa um acréscimo de 3,85% relativamente ao ano transato. Esta variação positiva reflete um aumento total de 801.125 m³, isto é, um incremento médio diário de 2.194 m³ comparando com 2016.

Pelo terceiro ano consecutivo desde a criação da empresa, em outubro de 2006, a água entrada no sistema (AES) apresenta uma subida relativamente ao ano anterior, o que fica demonstrado na figura infra. Facto que é explicado sobretudo pelo crescimento da cidade do Porto em termos habitacionais e turísticos e pelo incentivo crescente ao consumo de água da torneira.

No que respeita à venda de água, no presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, faturou um volume total de 17.508.977 m³ de água aos seus clientes, o que equivale a uma média diária de 47.970 m³. Este valor espelha um aumento de 3,31% de água faturada em relação ao ano de 2016 (16.947.151 m³), o que corresponde a um incremento médio de 1.665 m³ por dia face ao ano transato.

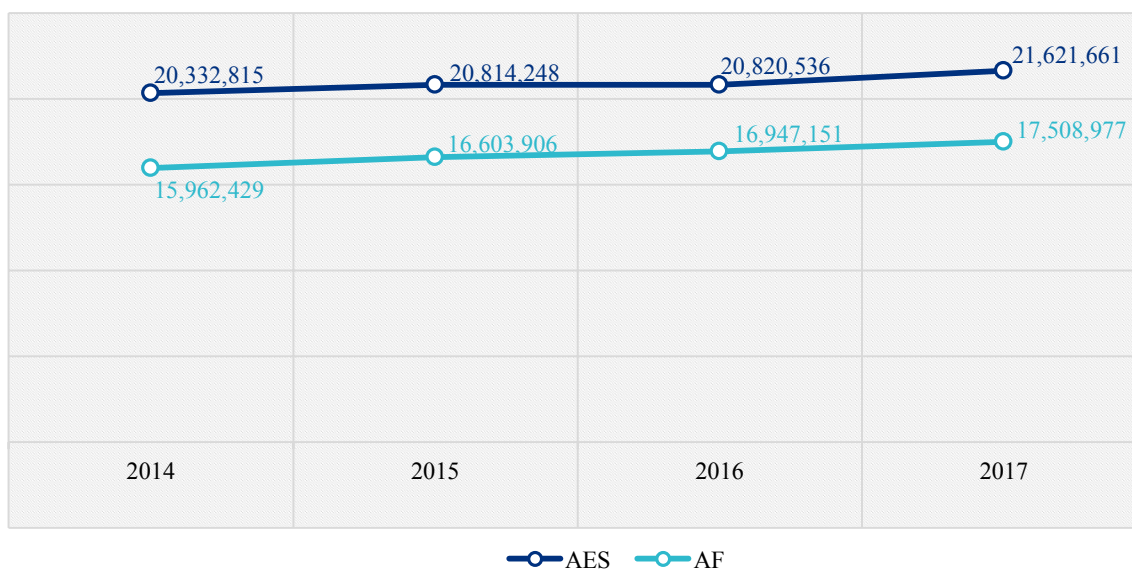


Fig. 7 / Evolução da água entrada no sistema e da água faturada (m³/ano) – (2014-2017)

De acordo com a Fig. 7, e analisando o período entre 2014 e 2017, tem vindo a verificar-se o aumento do consumo de água na cidade do Porto, contrariando a tendência de contenção gradual registada nos anos precedentes. Esta situação resulta do crescimento do universo de clientes da empresa, sendo de sublinhar os consumos associados à área turística, designadamente hotelaria, alojamento local e restauração. São também relevantes as estratégias internas de consolidação da faturação, quer ao nível comercial, quer ao nível técnico através do controlo e monitorização apertada dos consumos dos grandes clientes e da renovação do parque de contadores por razões de controlo metrológico.

No entanto, a evolução do consumo doméstico é aquela que tem maior peso no aumento do consumo de água uma vez que representa 61,6% do volume total. Os agregados familiares portugueses consumiram mais 89.458 m³ entre 2016 e 2017, o que corresponde a uma variação positiva de 0,8%. Foi também relevante o papel dos clientes empresariais, que, correspondendo a 24,2% da água vendida, consumiram mais 304.438 m³ [7,7%]. O comportamento do consumo de água por tipologia de cliente é revelado na tabela seguinte.

Tabela 1 / Evolução da água consumida por tipologia de cliente (m³)

Tipo de Cliente	2017	2016	Δ % 2017-2016
Doméstico	10 785 424	10 695 966	0,8
Social	893 667	948 791	-5,8
Empresarial	4 234 914	3 930 476	7,7
Público	585 457	580 273	0,9
Autárquico	866 872	706 067	22,8
Próprios	142 643	85 578	66,7
Total	17 508 977	16 947 151	3,3

No final de 2017, e tal como explanado na Tabela 2, o número total de clientes da **Águas do Porto, EM**, ascendia a 155.667, ou seja, mais 1.846 clientes relativamente ao ano transato (+1,2%). Os consumidores domésticos representavam 82,5% do universo total de clientes, seguindo-se os consumidores do setor empresarial com um peso de 16,2%. As restantes tipologias apresentaram um peso residual na estrutura de clientes da empresa (1,2%).

Tabela 2 / Evolução do n.º de clientes por tipologia de consumo

Tipo de Cliente	2017	2016	Δ % 2017-2016
Doméstico	128 498	129 050	-0,4
Social	467	493	-5,3
Empresarial	25 251	22 829	10,6
Público	346	357	-3,1
Autárquico	1 081	1 081	0,0
Próprios	24	11	118,2
Total	155 667	153 821	1,2

4.1.2. Água Não Faturada

Deste modo, no presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, registou um ligeiro incremento do índice de água não faturada (ANF), cujo valor anual se cifrou em 19%. Este resultado corresponde a um volume anual de 4.112.684 m³ de água, o que equivale a uma média diária de 11.267 m³. Porém, salienta-se que a empresa continua a apresentar uma qualidade de serviço boa no que respeita a este indicador, de acordo com a avaliação da ERSAR.

A Fig. 8 ilustra a evolução do índice de ANF da empresa entre 2014 e 2017, comparando com a água adquirida e vendida.



Fig. 8 | Evolução da água não faturada (m³/dia) – (2014-2017)

Apesar de 2017 ter sido um ano atípico no que respeita aos resultados obtidos no controlo das perdas de água e da ANF, houve uma notória melhoria dos resultados mensais no final do ano.

Este desempenho é fruto do reforço da estratégia da **Águas do Porto, EM**, focada na deteção de roturas e avarias na rede de distribuição de água através do trabalho diário das equipas de controlo ativo de perdas e da rápida intervenção na reparação das anomalias detetadas, assim como na remodelação da rede (condutas problemáticas e com materiais obsoletos) e na renovação do parque de contadores, nomeadamente os equipamentos avariados e em submedição.

No presente exercício, a empresa canalizou aproximadamente 2 milhões de euros para a remodelação da rede de distribuição de água, o que se traduziu na substituição de 7,68 km de condutas e 1.189 ramais domiciliários. Verifica-se que o valor médio de reabilitação de condutas nos últimos cinco anos é de 1,7%/ano, o que corresponde a uma boa qualidade de serviço.

No domínio do combate às perdas aparentes, a empresa prosseguiu também a campanha de renovação do parque de contadores, através da substituição criteriosa e seletiva de 10.533 aparelhos. A taxa de substituição de contadores situou-se em 6,9% em 2017, o que representa um aumento de 8,3% relativamente ao valor alcançado no ano anterior. Adicionalmente, a empresa prosseguiu a política de instalação de contadores inteligentes através da instalação de 2.837 equipamentos munidos de sistema de telemetria, correspondendo a 20,6% dos novos contadores instalados na rede.

Outro eixo da estratégia da empresa está associado à deteção e controlo de consumos não autorizados na cidade do Porto, particularmente ligações ilícitas (doméstico e comércio), contadores manipulados, *by-passes*, aberturas abusivas, violação do selo de corte, entre outros, em correlação com a diminuição da dívida e o aumento da receita. Contabilizam-se 800 participações em 2017, que deram origem ao processo contraordenacional através da acusação ao arguido.

4.1.3. Qualidade da Água

O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) constitui um programa de controlo analítico cujo objetivo é verificar o cumprimento dos valores paramétricos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, relativos à qualidade da água para consumo humano. Obedecendo a este plano aprovado pela ERSAR, o Laboratório da empresa, acreditado segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005, desde junho de 2000, realizou 7.134 análises correspondentes 1.200 amostras colhidas na torneira dos consumidores.

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos, os dados apontam para 99,79% de análises realizadas em conformidade com esses valores de referência fixados na legislação. Deste modo, a **Águas do Porto, EM**, continuou a registar um desempenho excelente no que respeita ao indicador “Água Segura”, definido como a percentagem de água controlada e de boa qualidade na rede predial, apresentando uma ligeira melhoria relativamente ao ano de 2016.

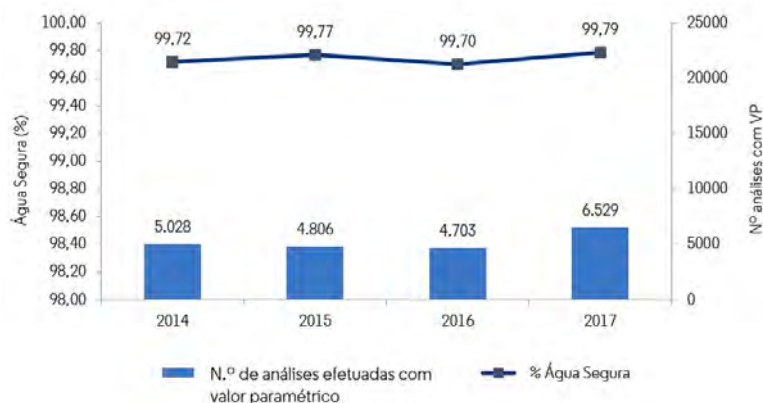


Fig. 9 | Evolução do indicador Água Segura (2014-2017)

Salienta-se que empresa executou também o Plano de Controlo Operacional (PCO), que reforça o controlo da qualidade da água que é introduzida na rede de distribuição pública. Em 2017, o Laboratório colheu 3.148 amostras nas condutas adutoras, fontes, fontanários, fins de rede e condutas de ligação dos reservatórios à rede, tendo efetuado um total de 42.920 análises. Observou-se que 99,71% das análises efetuadas respeitavam os valores paramétricos legais.

A excelente qualidade da água distribuída é, precisamente, um dos pilares do Programa de Alteração Comportamental para Incentivo ao Consumo de Água da Torneira, lançado em março de 2015, sob o mote “Beba Água do Porto: É boa todos os dias!”. A mensagem é simples: a água da torneira é segura, faz bem à saúde e é barata. Em 2017, a empresa esteve presente em 13 eventos de massas que tiveram como palco a cidade do Porto, com o intuito de informar os consumidores e reforçar a sua confiança na qualidade da água da rede pública.

É de realçar a realização desta campanha durante as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, presididas pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Nos dias 9 e 10 de junho, os aguadeiros distribuíram centenas de litros de água da torneira aos cidadãos presentes na Avenida dos Aliados e na Avenida Brasil.



Fig. 10 | Campanha *Beba Água do Porto* presente nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

4.1.4. Drenagem Urbana

No que concerne à drenagem de águas residuais, a acessibilidade física ao serviço fixou-se em 99,48% no final de 2017, prevendo-se que a rede fique concluída em 2019. No corrente exercício, as empreitadas de saneamento incluíram 1,62 km de coletores (0,64 km novos e 0,98 km substituídos), 191 ramais (68 novos e 123 substituídos) e 66 câmaras de ramal de ligação (CRL).

Os técnicos da **Águas do Porto, EM**, realizaram 3.773 visitas às instalações dos clientes sem ligação à rede pública de saneamento ou com ligações desadequadas e necessidade de adaptação das redes prediais. Verificou-se a existência de 184 prédios com as redes de drenagem predial interligadas e 175 prédios com rede predial inundável.

O fruto desse trabalho observou-se na ligação de mais 249 prédios à rede pública de drenagem de águas residuais durante o presente exercício. Na Tabela 3 são evidenciados os resultados relativos às novas ligações prediais à rede pública de drenagem de águas residuais. Consequentemente, o nível de adesão da população ao serviço de saneamento atingiu os 99,5% neste exercício.

Tabela 3 / Evolução das ligações prediais à rede pública de saneamento (2016-2017)

	2017	2016
Novas ligações	249	253
N.º de visitas realizadas	3 773	3 903
Total de prédios ligados	40 739	40 490

Destas 3.773 visitas, 1.456 foram realizadas na bacia hidrográfica da ribeira de Aldoar, dando-se, assim, por concluída a verificação de todos os prédios desta área. Pretende-se dar continuidade a este projeto de verificação de ligações prediais, arrancando em 2018 com as verificações na bacia hidrográfica do rio da Vila, considerada prioritária e estratégica para a empresa.

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 4, o volume de efluentes tratados nas duas ETAR existentes (Sobreiras e Freixo) totalizou 18.718.038 m³, o que equivale a uma diminuição de 11,5% em comparação com o ano precedente. Esta redução deveu-se à diminuição da pluviosidade e a um menor volume de aflúncias indevidas de águas pluviais.

Tabela 4 / Evolução das águas residuais tratadas nas ETAR (m³) – (2016-2017)

	2017	2016	Δ%
ETAR do Freixo	6 64 462	8 708 157	-23,7
ETAR de Sobreiras	12 071 576	12 445 960	-3,0
Total	18 719 038	21 154 117	-11,5

A ETAR de Sobreiras tratou 12.071.576 m³ de águas residuais em 2017, menos 3,0% relativamente a 2016, o que corresponde a 64% dos efluentes recolhidos na cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo fixou-se em 6.647.462 m³, assinalando uma variação negativa de 23,7% quando comparada com o ano anterior.

A variação do volume de águas residuais tratadas em cada ETAR, relativamente ao ano anterior, foi mais significativa na ETAR do Freixo (-23,7%) dado que, por questões operacionais, parte do caudal afluente, usualmente tratado nesta estação de tratamento, foi desviado para a ETAR de Sobreiras.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga se manteve nos 100%. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

No que compete ao sistema público de drenagem de águas pluviais, a prioridade de intervenção manteve-se no levantamento, atualização e informatização cadastral das infraestruturas existentes. Para o efeito, para além do trabalho de equipas internas, a **Águas do Porto, EM**, abriu um concurso público internacional para o levantamento cadastral, tendo já adjudicado as respetivas prestações de serviço correspondentes a dois lotes pelo valor global de 336 mil euros.

No exercício em apreço, o índice de conhecimento infraestrutural situava-se em 44,5%. Por isso, este projeto tem como objetivo concentrar numa base de dados SIG informação gráfica e alfanumérica considerada importante para apoio à exploração e gestão deste sistema público, possibilitando a integração desta informação com outras bases de dados.

Do ponto de vista operacional, o segundo objetivo da empresa nesta área de atividade prende-se com a renovação dos pontos de recolha de águas pluviais (sarjetas, sumidouros, canais e valetas), com o intuito de contrariar a formação de lençóis de água e a ocorrência de inundações em períodos de intensa pluviosidade, assim como com a reformulação de ramais de descarga de uso exclusivo dos prédios a fim de impedir descargas para os passeios dos arruamentos.

4.1.5. Gestão de Ribeiras

As ribeiras do Porto são um exemplo da gradual artificialidade dos ecossistemas fluviais que atravessam uma área urbana de génese secular. Verifica-se que, atualmente, 76% dos 66 km de extensão das linhas de água que cruzam a cidade se encontram entubadas (49,7 km de extensão).

Reconhecendo a importância das linhas de água como um eixo de sustentabilidade em contexto urbano e do seu valor ambiental e paisagístico, a **Águas do Porto, EM**, tem vindo a investir cada vez mais em projetos que promovem a reabilitação e valorização destes recursos. A sua gestão assenta em três eixos de intervenção – despoluição, desentubamento e reabilitação –, de forma a promover a proteção de recursos hídricos, o controlo de cheias e prevenção de riscos ambientais, bem como a qualificação territorial e ambiental das zonas de intervenção em benefício da melhoria da qualidade de vida da população.

No ano de 2017 tiveram continuidade os projetos iniciados em 2016, nomeadamente o projeto de desentubamento e reabilitação da ribeira de Aldoar, mais precisamente no troço da Avenida da Boavista, a construção do interceptor do rio Tinto, a reabilitação do troço central da ribeira da Asprela e a musealização do rio da Vila.

As intervenções de desentubamento e de reabilitação das ribeiras trazem benefícios muito significativos para os ecossistemas e a comunidade envolvente, mas, ao mesmo tempo, torna-as mais frágeis e expostas a problemas de poluição. Neste sentido, o ano de 2017 ficou marcado pela elaboração do Plano de Ação para a Despoluição das Linhas de Água, cuja implementação teve início em 2018, dando prioridade ao rio da Vila e às ribeiras da Asprela, de Aldoar e da Granja.

A monitorização das linhas de água, em termos de qualidade e quantidade, continua a ser um pilar fundamental. Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, a **Águas do Porto, EM** intensificou a monitorização da qualidade da água, através do aumento do número de pontos de amostragem (duplicando mesmo em algumas ribeiras) e da frequência (passou de mensal a bimensal). Foi ainda instalado um caudalímetro na ribeira de Aldoar, a montante do troço que será desentubado na Avenida da Boavista.

Em 2017 foi, ainda, definido um roteiro de acompanhamento ambiental de troços a céu aberto das linhas de água, com implementação em 2018, que pretende realizar uma monitorização das ribeiras a nível de presença de cheiros, cor e resíduos nos leitos e margens, permitindo uma identificação mais célere de anomalias.

4.1.6. Gestão da Frente Marítima

A orla costeira do Município do Porto manteve, na época balnear 2017, a Bandeira Azul em três zonas balneares, numa faixa litoral contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à zona balnear do Homem do Leme, abrangendo oito praias de banhos.

A atribuição deste galardão pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) atesta a qualidade das águas balneares e dos areais, assim como dos equipamentos e serviços de apoio das seguintes praias: Luz, Ingleses, Ourigo, Carneiro e Pastoras (Zona Balnear da Foz); Gondarém e Molhe (Zona Balnear de Gondarém); e Homem do Leme (Zona Balnear do Homem do Leme).

Neste sentido, para além da monitorização efetuada mensalmente pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Laboratório da **Águas do Porto, EM**, mantém, durante a época balnear, um programa de monitorização diária da qualidade microbiológica das águas balneares de modo a garantir as condições adequadas para a prática balnear, o que permite adotar medidas de gestão em tempo útil tendo em vista a salvaguarda da saúde pública. Fora da época balnear procede-se a um controlo mensal. Neste contexto, o Laboratório da empresa efetuou um total de 372 colheitas, correspondente a um total de 1.080 análises.

Na Fig. 11 é apresentada a evolução da classificação da qualidade da água das zonas balneares do Porto, segundo as análises oficiais realizadas pela APA.

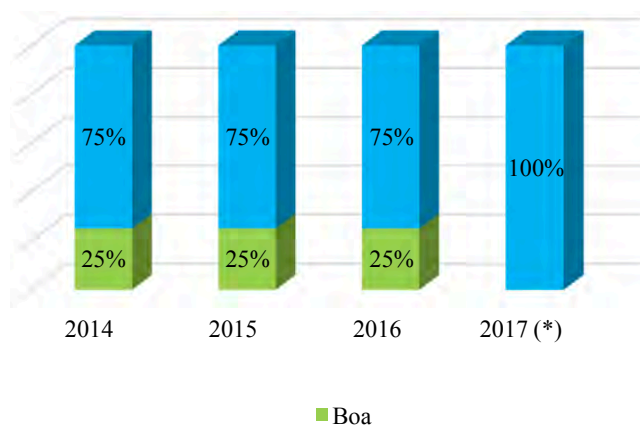


Fig. 11 | Percentagem de águas balneares agrupadas por classificação (2014-2017)

Analisando a figura anterior é possível constatar que, em 2017, todas as águas balneares do Porto apresentam classificação provisória da qualidade da água “Excelente”, já que, pela primeira vez, a zona balnear do Castelo do Queijo apresenta um historial de análises microbiológicas compatível com esta distinção. Tal como já referido, estas são ainda classificações provisórias que carecem de validação pela Agência Europeia do Ambiente e pela Comissão Europeia.

No presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, robusteceu a monitorização tecnológica dos pontos estratégicos das redes de drenagem da frente marítima (*bypasses*, estações elevatórias e ribeiras). Antes do início da época balnear foi efetuada uma análise ponderada dos pontos das redes de drenagem com potencial impacto na qualidade das águas balneares. Após essa identificação foram instalados 11 sensores de nível que permitem a monitorização em tempo real e a deteção precoce de avarias/anomalias nas redes de drenagem.

Na época balnear de 2017, para além da Bandeira Azul, as zonas balneares da Foz, Gondarém e Homem do Leme, foram premiadas com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuído pela associação ambientalista Quercus. Assistiu-se também ao reforço da política de responsabilidade social na gestão da frente marítima do Porto que se materializou na atribuição, pela primeira vez, do galardão “Praia Acessível – Praia para Todos!” à praia do Carneiro.

Esta distinção foi, igualmente, atribuída, pelo décimo ano consecutivo, à praia do Homem do Leme devido ao cumprimento de todos os requisitos relativos à acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, como sendo as aplicáveis às instalações sanitárias, às rampas de acesso e às condições de mobilidade na água, através da existência de uma cadeira anfíbia.

O ano de 2017 ficou ainda marcado pela implementação do código ColorADD nas zonas balneares, um sistema de identificação das cores, nas bandeiras de praia e nos contentores de recolha seletiva de resíduos, permitindo a integração do público daltónico.

O trabalho desenvolvido pela **Águas do Porto, EM**, e restantes entidades com responsabilidade na gestão da frente marítima do Porto (APA / ARH do Norte, Unidade de Saúde Pública – ACES Porto Ocidental, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA, Capitania do Porto do Douro, Capitania do Porto de Leixões e concessionários), conduziu à atribuição de uma distinção pela ABAE à praia do Homem do Leme devido aos 10 anos de Bandeira Azul.

Esta entidade premiou ainda, pela segunda vez consecutiva, a cidade do Porto enquanto “Município Mais Azul” devido ao número recorde de atividades de educação ambiental desenvolvidas pela Unidade Orgânica Educação Ambiental ao abrigo do critério imperativo n.º 2 do programa Bandeira Azul.



Fig. 12 | Entrega da distinção pelos 10 anos da Bandeira Azul na praia Homem do Leme e do prémio “Município Mais Azul”

4.1.7. Educação Ambiental

As atividades de educação ambiental realizadas durante a época balnear de 2017 foram dinamizadas pela equipa da Unidade Orgânica Educação Ambiental, promovendo a inclusão e diversidade de faixas etárias, através de ações práticas e de efeito multiplicador dedicadas ao tema

anual da Bandeira Azul – “O teu planeta é a tua terra”. Uma vez que o Pavilhão da Água, oficialmente reconhecido como Centro Azul pela ABAE, se encontrava encerrado para requalificação arquitetónica e expositiva desde o final de 2016, a aposta incidu na diversificação de parcerias e atividades nos areas do Porto.

Com o objetivo de promover a requalificação do edifício e a criação de uma nova área expositiva, a empreitada de remodelação do Pavilhão da Água decorreu durante todo o ano transato. Consequentemente, o plano de atividades externas foi intensificado, incluindo oficinas temáticas, laboratórios *hands-on*, saídas de campo, conferências, workshops participativos e deslocações às escolas.

A implementação do projeto H2Out consiste na realização de atividades de educação ambiental fora de portas, tendo por base o conceito de laboratórios *hands-on*. As oito oficinas desenvolvidas correspondem a sessões experimentais sobre a temática dos recursos hídricos semelhantes às realizadas num laboratório de investigação científica. Através da ativação da marca e dos protocolos estabelecidos com outros municípios do Grande Porto, este programa chegou a 6.500 alunos, de diferentes faixas etárias, durante o ano de 2017.

Merece destaque o protocolo celebrado entre a **Águas do Porto, EM**, e a Câmara Municipal de Gondomar que transformou o conceito H2Out no projeto “O Pavilhão da Água sobre rodas”, abrangendo dez agrupamentos escolares deste concelho, correspondentes a 39 estabelecimentos de ensino, e envolvendo a participação ativa de 3.153 alunos no ano letivo de 2016/2017.

4.1.8. Sistemas de Informação

Dos principais projetos desenvolvidos nesta área, evidencia-se, tal como anteriormente referido, a Plataforma Tecnológica H2PORTO. Ao mesmo tempo, e em articulação com este projeto, o antigo sistema de gestão operacional que serviu a empresa durante mais de 15 anos foi substituído por um novo sistema, de forma a dar resposta às mais variadas solicitações dos utilizadores, nomeadamente no que respeita à uniformização de processos de registo de dados, dotação das equipas com dispositivos móveis (*tablets*), consulta e disponibilização de informação fidedigna e redefinição de processos internos.

Esta organização de dados e a harmonização de processos tecnológicos e da arquitetura permite construir interfaces ágeis de informação, mais fiáveis, com elevada disponibilidade e tendencialmente em tempo real, de forma cada vez mais transversal a toda a empresa. Assim, em 2017, foram desenvolvidos múltiplos *dashboards* com vista à disponibilização imediata de informação necessária à gestão diária das operações, de forma a permitir a melhoria dos processos de tomada de decisão e ação em áreas chave da empresa.

Neste sentido, a **Águas do Porto, EM**, implementou um *datawarehouse* para consolidação das várias fontes de dados que se encontravam dispersas nos mais variados locais. A concentração destes dados num único local, organizado de forma lógica e evitando duplicação da informação, obrigou à alteração de muitos processos e sistemas informáticos que se encontram em produção. Esta mudança está já a permitir uma entrega rápida de informação atualizada sob a forma de *dashboards* às várias unidades orgânicas que anteriormente faziam o pedido de relatórios com tempos de entrega desfasados das suas necessidades.

Com o objetivo de aumentar a fiabilidade das comunicações fixas e minimizar as interrupções deste serviço, foi feita uma mudança para a tecnologia *SIPTRUNK*, materializando as comunicações com transmissão integral de dados transmitidos por fibra ótica. Esta mudança estrutural permitiu que a central telefónica da empresa deixasse de ser um equipamento físico passando a ser um sistema informático facilmente escalável e replicável em caso de falha, e totalmente virtualizado. Nesta sequência, as equipas operacionais em serviço na rua podem atualmente realizar chamadas tal como se estivessem na Sede, fazendo uso exclusivamente de uma ligação remota com dados, a partir do *tablet* ou *smartphone* operacional.

No que respeita ao SIG, enquanto interface geográfico de análise espacial da informação gerada para apoio às operações e gestão, o trabalho de modernização e democratização da ferramenta tem permitido transferir informação em tempo real aos mais diversos intervenientes da

empresa. Fez-se um estudo exaustivo de melhoria de performance, organização da informação e revisão de processos internos, originando um novo modelo de dados, que será implementado durante o ano de 2018.

A melhoria de processos através de soluções tecnológicas estendeu-se também aos contadores com telemetria. Foram implementados pilotos de comunicação com tecnologias abertas do tipo *wireless MBus* com o propósito de sustentar a expansão racional do parque de concentradores fixos. Esta experiência revelou-se pioneira e disruptiva, contando com a participação de vários *players* do mercado e ainda com instituições académicas.

Paralelamente, está ainda em curso uma análise e implementação de protótipos utilizando tecnologia *LoRa*, de modo a avaliar a capacidade e condições de transmissão de dados de novos protótipos de contadores de telemetria, que utilizarão esta tecnologia de forma integrada com a dinâmica de comunicações de *IoT* definidas pelo Município do Porto, em estreita ligação com a Associação Porto Digital.

Assumindo-se a **Águas do Porto, EM**, como um laboratório vivo, iniciaram-se nove projetos diferenciadores e aceleradores de inovação, que dão possibilidade às *start-ups* de experimentar e validarem os seus produtos, em ambiente real, utilizando infraestruturas em funcionamento e abordando problemas reais e concretos da organização. Sublinham-se, por estarem numa fase de desenvolvimento mais avançada, os seguintes projetos:

1. Desenvolvimento de uma válvula de corte remoto e implementação de leitores digitais de controlo remoto equipados com válvulas de corte/redução de caudal que poderão, se bem-sucedidas, representar novos serviços para os clientes da empresa;
2. Desenvolvimento de um protótipo de uma turbina triboelétrica para ser testada em ambiente real numa conduta da cidade do Porto, pretendendo-se que o dispositivo desenvolvido pela Universidade do Porto (PAT255) seja capaz de gerir energia para alimentar sensores de medição da rede de abastecimento de água.

4.1.9. Outros Acontecimentos

Durante sete dias, entre 24 e 30 de setembro, a cidade do Porto transformou-se na capital europeia da água e inovação com a realização da *Porto Water Innovation Week* (PWIW). O evento reuniu 1.252 participantes oriundos de 60 países de todos os continentes, envolvendo 19 conferências e eventos paralelos, 68 fóruns empresariais, 116 expositores e 546 reuniões bilaterais.

A organização da PWIW foi liderada pela Câmara Municipal do Porto, através da **Águas do Porto, EM**, em parceria com o Grupo Águas de Portugal, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Parceria Portuguesa para a Água, tendo o apoio institucional da Comissão Europeia e do Governo Português. Em foco estiveram as estratégias para ultrapassar, de modo colaborativo e inovador, as barreiras à inovação no setor da água, assim como as oportunidades de negócio, as parcerias entre agentes do setor e as novas tecnologias lançadas no mercado.

Um dos pontos altos do evento correspondeu à realização da quarta edição da *EIP Water Conference*, nos dias 27 e 28 de setembro, cuja sessão de abertura consistiu na exibição de um *video mapping* de 270 graus que resumiu a história de Portugal e do Porto na sua ligação intrínseca ao mar e aos rios. Este momento inaugural contou com a presença do Ministro do Ambiente, Matos Fernandes, e do Vice-Presidente da Câmara do Porto, Rui Loza.

Em paralelo realizou-se uma competição de *pitches* dirigida às *startups* mais inovadoras no setor da água, denominada *Splash Innovation Stage*. Os três prémios monetários foram atribuídos à dinamarquesa *Flow Loop*, à inglesa *Oxfinity* e à portuguesa *InanoEnergy*, como resultado de uma decisão combinada entre um júri conceituado e a opinião do público presente.

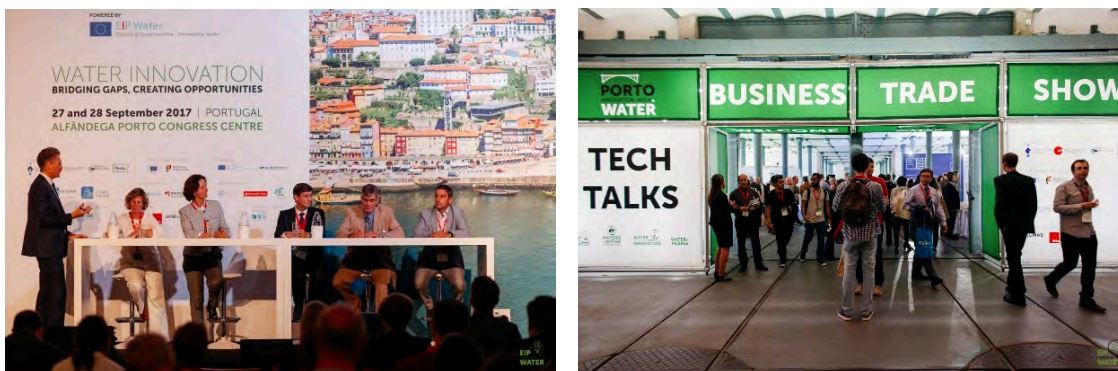


Fig. 13 | Porto Water Innovation Week

Por sua vez, no dia 29 de setembro, a *Mayors & Water Conference* incidiu no lançamento oficial da Agenda Urbana para a Água 2030. A assinatura da Declaração do Porto materializou o compromisso em apoiar um processo de cooperação entre as cidades europeias e a Comissão Europeia para enfrentar os desafios emergentes da água e sublinhar a importância de uma boa gestão da água num contexto urbano. O documento foi subscrito por 18 cidades, como por exemplo Paris, Copenhaga, Amesterdão e Estocolmo, para além do Porto e Lisboa.

Dirigido a um público alvo jovem, dos 18 aos 35 anos, o *Water Innovation Lab Europe Porto 2017* foi promovido pela organização canadiana *Waterlution* com o objetivo de proporcionar uma experiência única e inesquecível de aprendizagem intergeracional e intersetorial, contando com a presença de 40 jovens líderes, mentores e facilitadores, provenientes de todos os continentes.

A iniciativa transversal a todos estes eventos internacionais, designada *Water & People*, visou o envolvimento dos cidadãos na temática da água e inovação. Incluiu, por isso, uma campanha de ativação de marca batizada como *Save the Water*, dinamizada pelas Brigadas da Água em vários pontos emblemáticos da Baixa da cidade do Porto, com o intuito de alertar a população para o uso eficiente da água num cenário de agudização das alterações climáticas.

Destaque ainda para a quarta edição do Festival da Água (AquaPorto), que fechou a PWIW, tendo reunido 15.000 participantes junto ao Pavilhão da Água, no Parque da Cidade do Porto, onde usufruíram de 86 atividades nas áreas da ciência e lazer.

4.2. GESTÃO DE CLIENTES

4.2.1. Qualidade do Atendimento

No presente exercício, e tal como demonstra a Tabela 5, foram atendidos 179.339 clientes, por via telefónica (*Call Center*) e presencial (Sede e Gabinete do Município). Este valor contraria a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos. Em 2017, houve uma subida de 14,1% em comparação com 2016.

Tabela 5 / Evolução do atendimento aos clientes (telefónico e presencial)

Tipo de Atendimento	2017	2016	Δ % 2017-2016
ATENDIMENTO TELEFÓNICO			
Call Center	88 563	64 299	37,7
Subtotal	88 563	64 299	37,7
ATENDIMENTO PRESENCIAL			
Sede	53 638	50 656	5,9
Gabinete do Município	37 138	38 688	-4,0
Subtotal	90 776	89 344	1,6
Total	179 339	157 145	14,1

No âmbito do atendimento presencial, assistiu-se a uma tendência semelhante: o número de clientes atendidos passou de 89.344 para 90.776. Conclui-se, assim, que houve um aumento de 1,6% na afluência dos clientes aos dois balcões de atendimento em funcionamento em 2017 (Sede e Gabinete do Município). Nestes dois casos, observou-se um comportamento distinto: os clientes que se dirigiram à Sede da empresa cresceram 5,9% relativamente a 2016, ao passo que a afluência aos postos de atendimento no Gabinete do Município desceu 4%.

Por sua vez, as chamadas telefônicas no *Call Center* passaram de 64.299 em 2016 para 88.563 em 2017, o que equivale a um incremento de 37,7%. Esta situação não se refletiu negativamente nos indicadores relativos ao tempo médio de espera e ao tempo médio de atendimento dos clientes dado que a **Águas do Porto, EM**, procedeu, em fevereiro do exercício em apreço, ao redimensionamento do *Call Center*.

Esta medida foi decisiva para uma queda de 81% no tempo médio de espera dos clientes em linha, que se situou em 1 minuto, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de junho, que determina que “uma vez atendida a chamada, o período de espera em linha não deve ser superior a 60 segundos”. Como tal, observou-se também uma redução significativa na taxa de abandono de chamadas, tendo este indicador passado de 44,3% em 2016 para 8,2% em 2017. A mesma tendência constatou-se no tempo médio de atendimento telefónico na medida em que o mesmo diminuiu 18,4%, tal como ilustrado na Tabela 6.

Tabela 6 / Tempo médio de espera e de atendimento no *Call Center*

Tipo de Atendimento	Tempo Médio de Espera			Tempo Médio de Atendimento		
	2017	2016	Δ % 2017-2016	2017	2016	Δ % 2016-2015
ATENDIMENTO TELEFÓNICO						
<i>Call Center</i>	00:01:00	00:05:15	-81,0%	00:03:20	00:04:05	-18,4%

As Tabelas 7 e 8 demonstram os tempos médios de espera e de atendimento nos balcões de atendimento da Sede e do Gabinete do Município nos dois anos em análise. O tempo médio de espera caiu para metade relativamente ao ano de 2016, enquanto o tempo de atendimento subiu 15% em comparação com o mesmo período.

Tabela 7 / Tempo médio de espera nos balcões de atendimento

Balcão de Atendimento	2017	2016	Δ % 2017-2016
Sede	00:09:51	00:15:21	-35,8%
Gabinete do Município	00:17:56	00:29:03	-38,3%
Tempo médio total	00:13:05	00:26:16	-50,2%

Tabela 8 / Tempo médio de atendimento nos balcões de atendimento

Balcão de Atendimento	2017	2016	Δ % 2017-2016
Sede	00:08:26	00:08:38	2,3%
Gabinete do Município	00:06:15	00:06:23	2,1%
Tempo médio total	00:07:32	00:06:33	15,0%

4.2.2. Gestão de Reclamações

Na **Águas do Porto, EM**, as reclamações apresentadas pelos clientes são encaradas como uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, de modo a prevenir as situações que lhes deram origem, e que traduzam as suas expectativas, preocupações e interesses. Nesta perspetiva, a análise de reclamações e a interligação com o cliente para a sua resolução e/ou elucidação é uma constante preocupação dos diferentes intervenientes internos.

No ano em análise, a empresa elaborou o manual de procedimentos de reclamações, sugestões e elogios, tendo tipificado de uma forma mais clara as reclamações para melhorar o tratamento das mesmas e aumentar a eficiência de resposta ao cliente. A maturidade do processo exigiu a progressão para uma gestão mais abrangente, que permita apoiar, de forma objetiva, a tomada de decisão e estabelecer bases para as ações de melhoria.

Neste domínio, com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho, que entrou em vigor em 1 de julho, foi alterado o regime jurídico do Livro de Reclamações, através de uma nova plataforma digital, que permite aos clientes apresentar reclamações e submeter pedidos de informação por via eletrónica, e da redução do prazo máximo de resposta para 15 dias úteis.

Em 2017, a empresa recebeu 265 reclamações escritas, o que representa uma diminuição de 21,4% em comparação com o ano anterior. Verifica-se que 43% destas reclamações foram apresentadas no Livro de Reclamações em papel disponibilizado nos postos de atendimento e no Livro de Reclamações online. Esta tipologia de reclamações é obrigatoriamente enviada para ERSAR, que, no exercício das competências que lhe estão atribuídas, apresentou 20 pedidos de esclarecimentos adicionais.

Tabela 9 / Evolução das reclamações escritas (2016-2017)

	2017	2016	Δ % 2017-2016
Livro de Reclamações	123	124	-0,8
Reclamações	142	213	-33,3
Total	265	337	-21,4

Do total de reclamações recebidas, 85% estão relacionadas com o setor de abastecimento de água, 8% com a área de drenagem e tratamento de águas residuais e 7% com outras atividades. Com base na classificação adotada pela ERSAR, verifica-se que 47% respeitam a faturação e leitura, 15% a qualidade de serviço, 12% a atendimento e 8% a contratação, apresentando as restantes tipologias valores inferiores a 5%.

O tempo médio de resposta às reclamações escritas apresentadas em 2017 foi de 5,3 dias úteis contra 7,2 dias úteis em 2016, o que equivale a uma boa qualidade de serviço (100%), segundo o indicador da ERSAR referente a este aspeto. Analisando o seu conteúdo, a **Águas do Porto, EM**, decidiu dar deferimento a 33% por entender que os clientes tiveram motivos para manifestar a sua não satisfação.

O correio eletrónico foi o meio de comunicação mais utilizado pelos clientes na apresentação de reclamações escritas (73%), seguindo-se a correspondência postal (15%) e o contato presencial (12%).

5 INVESTIMENTOS

5.1. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS

Tal como detalhado na Tabela 10, o investimento global da **Águas do Porto, EM**, em 2017 ascendeu a 10,2 milhões de euros, representando 55,3% do valor total orçamentado para o plano de investimentos a executar no presente ano, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2017-2019.

Tabela 10 / Investimentos executados em 2017

Áreas de Atividade	Valor Orçamentado	Valor Executado
Abastecimento de Água	3 345 224	3 080 006
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	5 655 471	2 088 105
Drenagem de Águas Pluviais	4 301 731	2 047 733
Edifícios e Outras Construções	2 777 710	2 164 768
Sistemas de Informação	830 450	440 653
Outros Investimentos	1 575 550	408 577
Total	18 486 136	10 229 843

Verifica-se que a maioria do investimento concretizado em 2017 diz respeito ao setor do abastecimento de água (30,1%), perfazendo € 3.080.006,30. Na segunda posição encontra-se a rubrica “Edifícios e Outras Construções”, no valor de € 2.164.767,75 (21,2%), devido à aposta da empresa na reabilitação dos seus bens patrimoniais.

Com valores de investimento próximos estão as áreas de drenagem e tratamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, tendo atingido € 2.088.105,49 (20,4%) e € 2.047.733,09 (20%), respetivamente. Em quinto lugar posicionam-se os sistemas de informação com um peso relativo de 4,3%, que reporta sobretudo ao investimento na Plataforma Tecnológica H2PORTO. Por fim, a rubrica “Outros Investimentos” encerra as restantes categorias de investimentos (4%).

5.2. PROJETOS DE INVESTIMENTO COM FINANCIAMENTO EXTERNO

No final de 2017, a **Águas do Porto, EM**, contava com seis candidaturas com financiamento comunitário (Fundo de Coesão e FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e uma com financiamento nacional (Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos) aprovado. Cinco destas candidaturas transitaram de anos anteriores, das quais duas foram encerradas, e uma foi aprovada no ano em análise.

A despesa elegível total inscrita nas referidas Operações perfaz 5 milhões de euros, o que representa um valor de comparticipação aprovada de 4,3 milhões de euros. A comparticipação total recebida pela empresa em 2017 situou-se em 1,2 milhões de euros.

Relativamente às referidas candidaturas consideradas, a evolução registada no período em apreço foi a seguinte:

OPERAÇÕES ENCERRADAS EM 2017

1. Reabilitação Estrutural da Galeria da Ribeira da Granja – FPRH/0002/2ª/2014

A intenção de projeto foi aprovada a 22/05/2015, no âmbito do Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRH). No dia 12 de outubro de 2016, foi assinado o contrato de financiamento.

O FPRH foi extinto e substituído pelo Fundo Ambiental (FA), através do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, o que obrigou à elaboração de uma adenda ao contrato de forma a adaptar o projeto à realidade do novo fundo. A adenda foi assinada no dia 28 de abril.

No dia 25 novembro de 2016, foi enviado o pedido de pagamento global, no valor de € 654.248,56. Após validação do pedido de pagamento, o FA transferiu a comparticipação durante o ano em análise, o que corresponde a 100% do custo total da Operação.

2. Beneficiação da rede Viária - 3 – Sinistralidade – NORTE-10-0350-FEDER-000581

Esta candidatura foi submetida em 2015 e o cofinanciamento FEDER foi aprovado, de forma condicionada, em regime de *overbooking*, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2).

Efetuada o apuramento da disponibilidade do Eixo Prioritário no qual se insere a Operação, verificou-se haver disponibilidade financeira pelo que o cofinanciamento passou a efetivo.

No dia 24 de maio, foi assinada a adenda ao contrato, seguindo-se a transferência da comparticipação e posterior encerramento da Operação.

OPERAÇÕES ATIVAS A 31/12/ 2017

3. Construção do Intercetor do Rio Tinto - POSEUR-03-2012-FC000041

Esta candidatura foi apresentada em agosto de 2015 em parceria com o Município de Gondomar e, no dia 16 de janeiro de 2016, foi assinado o termo de aceitação. O valor global do investimento ascende a € 9.257.584,39, sendo que a parte correspondente à **Águas do Porto, EM**, é de € 3.699.668,75.

O início da obra de construção do intercetor, ocorreu no passado dia 11/05/2017. No final do ano, mais de um quarto do projeto que integra a construção de um intercetor e a criação de um extenso espaço verde e de lazer, estava já concretizado, pese embora a sua complexidade.

Este é um dos maiores projetos atualmente em curso a nível ambiental na região Norte, representando a solução do maior problema ambiental no Porto. Prioritária para a qualidade ambiental da área metropolitana, a intervenção permitirá despoluir o rio Tinto e dar nova vida às suas margens. No âmbito deste processo de regeneração, o rio Tinto deverá atingir o bom estado ecológico até ao final de 2021.

Conforme o projeto, os lugares atravessados por este afluente do rio Douro serão reabilitados urbanisticamente, permitindo o surgimento de uma nova área verde do centro de Gondomar até ao Freixo. Da obra em curso resultará a ligação entre o Parque Urbano de Rio Tinto, que terá 36.500 metros quadrados, e o Parque Oriental da Cidade do Porto, que aumentará a sua área para o dobro (20 hectares).

4. Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Freixo – POSEUR-03-2012-FC-000420

A rede de águas residuais domésticas (ARD) da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema do Freixo. Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema de Sobreiras, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fique completa, garantindo uma cobertura de 100%.

Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no 28 de novembro. O valor global do investimento ascende a € 386.841,25. Durante o ano de 2017 foram submetidos vários pedidos de pagamento e recebida a respetiva comparticipação. Nesta data, a Operação já recebeu 36% do financiamento aprovado.

No final de 2017 também foi solicitada uma reformulação temporal, a qual aguarda decisão.

5. Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Sobreiras – POSEUR-03-2012-FC-000421

A rede de ARD da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema de Sobreiras. Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema do Freixo, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fique completa, garantindo uma cobertura de 100%.

Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 25 de novembro. O valor global do investimento ascende a € 262.693,34. Durante o ano de 2017 foram submetidos vários pedidos de pagamento e recebida a respetiva comparticipação. Nesta data, a Operação já recebeu 9% do financiamento aprovado.

No final de 2017 também foi solicitada uma reformulação temporal, a qual aguarda decisão.

6. AQUALITRANS – *Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la depuración y la calidad ambiental de aguas a nivel transfronterizo*

O Município do Porto e a Xunta da Galiza vão colaborar neste projeto de cooperação transfronteiriça para tornar mais sustentável o processo de tratamento de águas residuais. O *Aqualitrans* tem como missão aumentar a qualidade da água, reduzir o consumo energético e as emissões de CO₂ e diminuir os custos de funcionamento das ETAR.

No projeto, liderado pela Águas da Galiza, participam a **Águas do Porto, EM**, e o Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI) da Universidade do Porto. Do lado espanhol, integram também o projeto outras entidades, nomeadamente o Instituto Energético de Galicia (INEGA), a *Consellería de Economía, Empleo e Industria* e a *Fundación Instituto Tecnológico de Galicia* (ITG).

Apresentado em Santiago de Compostela, o Aqualitrans resulta do compromisso assumido pelas administrações públicas para a criação de um modelo energético eficiente e sustentável para as ETAR, contribuindo para alcançar os objetivos gerais de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental definidos na Estratégia europeia 2020.

A primeira fase do projeto prevê um estudo sobre o consumo energético em 20 ETAR localizadas na Galiza e no Norte de Portugal (Freixo, Sobreiras, Ave, Barcelos, Cávado, Homem, Lamego, Ponte da Baia, Serzedo, Sousa e Vila Real), seguindo-se a implementação de um projeto-piloto nas instalações selecionadas de melhoria energética.

O projeto conta com uma dotação orçamental na ordem dos 950 mil euros, cofinanciado por fundos europeus do FEDER. O custo total que a **Águas do Porto, EM**, irá suportar é de € 102.050,00 sendo que a comparticipação aprovada é de 75%.

Em termos de execução financeira, o quadro seguinte reproduz a comparticipação recebida pela **Águas do Porto, EM**, até 31 de dezembro de 2017.

Tabela 11 / Projetos de investimento com financiamento comunitário – Situação em 31 de dezembro de 2017

Designação da Operação	Despesa Elegível Aprovada	Funding Gap	Taxa		Comparticipação			Taxa de Execução Financeira
			Cofinanciamento	Comparticipação	Aprovada	Recebida em 2017	Recebida Total	
FUNDOS COMUNITÁRIOS								
QREN (2007-2013)								
NORTE-10-0350-FEDER-000581 "Beneficiação da rede viária - 3 - sinistralidade"	21 147,66	100,00%	60,00%	60,00%	12 688,60	12 688,60	12 688,60	100,00%
PORTUGAL 2020								
POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto"	3 699 668,75	100,00%	85,00%	85,00%	3 144 718,44	455 390,68	518 978,12	16,50%
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	328 231,58	100,00%	85,00%	85,00%	278 996,84	100 579,61	100 579,61	36,05%
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	231 150,92	100,00%	85,00%	85,00%	196 478,28	17 504,15	17 504,15	8,91%
POCTEP								
0092_AQUALITRANS_I_E-Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la deputacion y la calidad ambiental de aguas a nivel transfronteirizo	102 050,00	100,00%	75,00%	75,00%	76 537,50	0,00	0,00	0,00%
FUNDOS NACIONAIS								
FPRH/0002/2 ^a /2014 "Reabilitação Estrutural da Galeria da Ribeira da Granja"	654 248,56	100,00%	99,78%	99,78%	652 779,94	652 779,94	652 779,94	100,00%
TOTAL	5 036 497,47				4 362 199,60	1 238 942,98	1 302 530,42	29,86%

Tabela 12 / Projetos de investimento com financiamento comunitário – Participação recebida entre 2014 e 2017

Identificação da Operação	Comparticipação Aprovada	Comparticipação Recebida				
		2014	2015	2016	2017	Total
FUNDOS COMUNITÁRIOS						
QREN (2007-2013)						
POVT-12-0154-FCOES-000126 "Reforço, Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 1.ª Fase "	5 007 455,02 €	0,00 €	0,00 €	934 413,83 €	0,00 €	934 413,83 €
POVT-12-0154-FCOES-000031 "Reforço, Remodelação e Eco-eficiência da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 2.ª Fase"	975 057,61 €	0,00 €	0,00 €	37 000,71 €	0,00 €	37 000,71 €
POVT-12-0154-FCOES-000074 "Reforço e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 3.ª Fase"	696 656,13 €	640 376,88 €	0,00 €	56 279,25 €	0,00 €	696 656,13 €
NORTE-09-0132-FEDER-000043 "Ações de Valorização do Litoral do Porto, 1.ª Fase (AVLI/2010)"	1 278 211,92 €	4 251,25 €	113 325,99 €	121 133,70 €	0,00 €	238 710,94 €
POVT-12-0146-FCOES-000223 "Instalação/Extensão da Rede de Saneamento no Concelho do Porto (POVT/2009)"	4 385 793,75 €	747 335,05 €	0,00 €	911 170,37 €	0,00 €	1 658 505,42 €
NORTE-10-0350-FEDER-000306 "Requalificação Urbana e Promoção da Mobilidade no Eixo Rua da Estação, Rua do Freixo (parte) e Rua do Heroísmo"	651 557,38 €	0,00 €	618 979,51 €	32 577,87 €	0,00 €	651 557,38 €
NORTE-10-0350-FEDER-000498 "Requalificação da Av.ª da Boavista - Fases I, II, III e IV"	766 567,62 €	0,00 €	738 022,60 €	28 545,02 €	0,00 €	766 567,62 €
NORTE-10-0350-FEDER-000497 "Requalificação da Av.ª da Boavista - Fases V e VI"	233 083,85 €	0,00 €	234 070,38 €	-986,53 €	0,00 €	233 083,85 €
NORTE-10-0350-FEDER-000581 "Beneficiação da rede Viária - 3 - Sinistralidade"	17 975,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 688,60 €	12 688,60 €
PORTUGAL 2020						
POSEUR-03-2012-FC000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto"	3 144 718,44 €	0,00 €	0,00 €	63 587,44 €	455 390,68 €	518 978,12 €
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	278 996,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 579,61 €	100 579,61 €
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	196 478,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 504,15 €	17 504,15 €
FUNDOS NACIONAIS						
FPRH - "Reabilitação Estrutural da Ribeira da Granja"	654 248,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	652 779,94 €	652 779,94 €
TOTAL	18 286 800,91 €	1 391 963,18 €	1 704 398,48 €	2 183 721,66 €	2 183 721,66 €	6 519 026,30 €

5.3. OBRAS E PROJETOS

5.3.1. Obras Executadas

A Tabela 11 resume as obras realizadas pela **Águas do Porto, EM**, durante o ano de 2017. No setor de abastecimento de água, a empresa substituiu 7,68 km de condutas, 1.189 ramais domiciliários e 91 hidrantes. No que toca à remodelação da rede de drenagem de águas residuais, verificou-se a substituição de 0,98 km de coletores, 123 ramais e 66 CRL. Embora os números sejam menos expressivos, foram também instaladas novas infraestruturas: 0,64 km de coletores e 68 ramais. Acresce a remodelação de 3,95 km de coletores de águas pluviais.

Tabela 13 / Obras executadas em 2017

	Novo	Substituído	Total
ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Condutas (km)	0	7,68	7,68
Ramais (un.)	353	1 189	1 542
Hidrantes (un.)	0	91	46
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
Coletores (km)	0,64	0,98	1,62
Ramais (un.)	68	123	191
CRL (un.)	0	66	66
DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Coletores (km)	0	3,95	3,95

5.3.1.1. Plano de remodelação da rede de abastecimento de água (Grupos 1, 3 e 4)

Em 2017, o Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água entrou em velocidade de cruzeiro. Em causa está um investimento total de 8,8 milhões de euros, dividido em cinco empreitadas distintas, que implica a substituição de 60 km de condutas.

Encontra-se já fechada a empreitada do Grupo 4 correspondente a um investimento de 1,7 milhões de euros, cujos trabalhos consistiram na remodelação de 13,8 km da rede de distribuição de água. Decorreu também a bom ritmo a obra do Grupo 1, que pressupõe um volume de investimento semelhante para a substituição de 11,1 km de condutas, prevendo-se que fique concluída em 2018.

Arrançou, igualmente, em 2017 a empreitada do Grupo 3, que incide em 5,7 km de rede, representando um investimento próximo de 1,5 milhões de euros. Prevê-se que as intervenções contempladas nos Grupos 2 e 5 terminem em 2019.

5.3.1.2. Remodelação da conduta adutora Nova Sintra-Pasteleira

No âmbito das intervenções de exploração da rede de água, a **Águas do Porto, EM**, identificou a necessidade de reformulação da conduta adutora de Nova Sintra-Pasteleira, no troço entre Nova Sintra e Cais das Pedras, e de proteção desta conduta na Escarpa das Fontainhas. Absorvendo um investimento de 1,1 milhões de euros, a empreitada foi adjudicada e iniciada em 2017, prevendo-se a sua finalização no próximo ano.

Aproveitando a substituição da conduta, serão também reabilitadas as galerias de Nova Sintra e da Alfândega (esta última apenas na zona de substituição da conduta, até ao Cais das Pedras). Para além dos trabalhos descritos, e tendo em vista melhorar a operação e fiabilidade do sistema, esta intervenção inclui a telegestão e automação das válvulas existentes e a instalar e a colocação de medidores de caudal nas derivações para a rede de distribuição da linha Nova Sintra-Pasteleira.

5.3.1.3. Reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim

De modo a reforçar a segurança e fiabilidade do sistema de abastecimento de água da cidade, estão em curso as obras de requalificação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim, implicando um investimento total próximo de 1,1 milhões de euros. Trata-se de duas importantes infraestruturas de armazenamento de água da rede de distribuição do Porto que estão em funcionamento desde 1950 e 1960, respetivamente.

As obras de reabilitação destes reservatórios terminam em 2018 e abrangem a recuperação estrutural dos edifícios e a reformulação dos circuitos hidráulicos associados, melhorando a sua operacionalidade através da instalação de válvulas motorizadas e de novos caudalímetros de entrada e saída, com vista ao aumento da fiabilidade de medição das ZMC associadas.

5.3.1.4. Remodelação de redes de abastecimento de água, águas residuais domésticas e águas pluviais do Bairro do Regado

No lado nascente do Bairro do Regado, iniciou-se em 2017 a empreitada de remodelação das redes de águas residuais, assim como as de abastecimento de água e de águas pluviais, pelo facto de estas infraestruturas estarem a funcionar em condições deficientes. A intervenção compreende também a infraestruturização da rua Particular de Monsanto, onde não existe rede pública de saneamento. Ambas as intervenções implicam um investimento de 1,1 milhões de euros a executar até 2018.

Dado que os terrenos e pavimentos da travessia sob a VCI, junto ao Bairro do Regado, são da responsabilidade da AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A., que não permite o recurso ao método de vala aberta para instalação ou substituição de infraestruturas, a **Águas do Porto, EM**, irá proceder à instalação de 64 metros de coletor de águas residuais através da perfuração horizontal.

5.3.1.5. Porto Saneamento 100% - Fecho do Subsistema do Freixo

O projeto Porto Saneamento 100% prosseguiu, no exercício em análise, através da infraestruturização de diversos arruamentos na zona ocidental da cidade, mais precisamente nas freguesias do Bonfim, Campanhã e Paranhos. Foram investidos 315 mil euros numa empreitada com um custo de 1,2 milhões de euros.

No total, a intervenção em curso inclui a instalação de 2,1 km de coletor gravítico e de 487 m de coletor sob pressão, assim como a execução de 251 ramais e 128 CRL. No final deste projeto, previsto para 2018, o nível de acessibilidade física ao serviço de águas residuais domésticas atingirá 100%, o que pressupõe a disponibilização de rede a mais 210 prédios.

As águas residuais recolhidas passaram, então, a ser encaminhadas para a ETAR do Subsistema do Freixo, deixando de ser rejeitadas para o meio recetor e, em consequência, pondo cobro às situações de insalubridade existentes.

5.3.1.6. Remodelação da rede de águas pluviais em Santos Pousada

Os trabalhos de modernização das infraestruturas de águas pluviais na zona de Santos Pousada entraram na reta final em 2017. Este investimento de 3 milhões de euros resolveu o principal problema de drenagem de águas pluviais existente na cidade do Porto, que provocava inundações frequentes, em dias de maior pluviosidade, no Campo 24 de Agosto.

Para o efeito, a **Águas do Porto, EM**, instalou um coletor com 1800 mm de diâmetro para desviar, por via gravítica, os caudais que afluem ao Campo 24 de Agosto, provenientes das bacias da rua de Santos Pousada e do lado poente da Avenida Fernão Magalhães, pela rua Fernandes Tomás. Iniciada em agosto de 2015, esta obra incluiu, igualmente, a remodelação das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



Fig. 14 Remodelação da rede de águas pluviais em Santos Pousada

5.3.1.7. Desvio de águas pluviais no Mercado do Bolhão

Em 2017, a empresa deu por terminadas as obras de desvio de infraestruturas de águas pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto, o que representa um investimento de 718 mil euros.

Os trabalhos implicaram a intervenção de uma tuneladora para desviar a linha de água, que atravessa toda a zona do terraço do mercado, para as ruas Sá da Bandeira e Fernandes Tomás, tornando, assim, possível o posterior avanço seguro das obras que estabilizarão o edifício e que permitirão a construção de uma cave logística no subsolo para cargas/descargas e áreas técnicas.

5.3.1.8. Construção do Intercetor de Rio Tinto

No primeiro semestre de 2017, teve início a empreitada de instalação do intercetor de Rio Tinto, que permitirá despoluir este curso de água, melhorar o seu estado ecológico e promover a reabilitação do seu leito e margens. Desenvolvida em parceria com o Município de Gondomar, esta obra representa um investimento global de 7,95 milhões de euros, dos quais 3,1 milhões dizem respeito à **Águas do Porto, EM**, sendo cofinanciada em 85% pelo POSEUR.

A intervenção consiste essencialmente no transporte e união das águas residuais tratadas nas ETAR de Rio Tinto (Gondomar) e do Freixo (Porto) através da construção de um emissário e na sua descarga final no rio Douro, bem como na reabilitação do intercetor existente entre a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto e a ETAR de Rio Tinto. O objetivo é garantir a plena salubridade do efluente lançado nesta massa de água, a proteção ambiental da zona envolvente e o pleno cumprimento da Diretiva 91/271/CEE, de 21 de maio de 1991, posteriormente alterada pela Diretiva 98/15/CE da Comissão Europeia, de 27 de fevereiro de 1998, ou seja, a Diretiva de Águas Residuais Urbanas.

Embora ambas as ETAR respeitem os parâmetros legais de descarga no rio Tinto, o caudal insuficiente deste curso de água não permite a diluição necessária das águas residuais rejeitadas, inviabilizando que esta massa de água superficial consiga atingir um Bom Estado global. Esta é, precisamente, uma das principais causas para o facto de o rio Tinto, classificado como uma massa de água fortemente modificada, obter a classificação “Mau” no que concerne ao Estado/Potencial Ecológico e “Insuficiente” no que diz respeito ao Estado Químico, com base na informação apresentada no projeto do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Douro 2016-2021.

Com conclusão prevista para 2019, o projeto desenvolve-se em três frentes de obras, duas no concelho do Porto e uma no de Gondomar, e integra a construção do intercetor do rio Tinto numa extensão de quase 2 km, a construção de um exutor com 4,1 km unindo as descargas.

Acresce que este projeto implica, por razões inerentes à construção do intercetor, a regularização fluvial, o controlo de cheias e a requalificação ambiental do leito e margens do rio Tinto, no troço que atravessa os concelhos de Gondomar e do Porto, contribuindo para a despoluição e renaturalização desta linha de água em consonância com as exigências estabelecidas na Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), e no PGRH do Douro.

Destes trabalhos, com conclusão prevista para 2019, resultará a ligação entre o Parque Urbano de rio Tinto, que passará a ter 36.500 metros quadrados, e o Parque Oriental da cidade do Porto, que aumentará a sua área para 20 hectares.

5.3.1.9. Requalificação do Reservatório da Pasteleira

Encontra-se terminada a obra de reabilitação do antigo reservatório da Pasteleira, com o objetivo de ser convertido num foco de interesse museológico espalhado pelo Porto sob o conceito Museu da Cidade. Este projeto de 703 mil euros enquadra-se na estratégia da **Águas do Porto, EM**, de valorização do património associado ao ciclo urbano da água, indo ao encontro do desígnio do Município do Porto de diversificação da oferta cultural, de lazer e turística da cidade.

A construção foi intervencionada pelos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez que, desde logo, decidiram evidenciar a rudez dos materiais que a caracterizam, privilegiar a criação de um espaço verde para lazer na sua cobertura e potenciar toda a qualidade deste espaço complexo, abrindo-o ao parque e tornando possível a sua fruição pública.

5.3.1.10. Reformulação do Pavilhão da Água

O Pavilhão da Água, polo de educação ambiental da empresa, entrou num novo ciclo, que se pretende que fique marcado por uma maior competitividade em relação aos outros museus existentes nesta área. Por conseguinte, e após a sua reabertura, prevê-se um aumento quer do número de visitantes, quer do valor das receitas associadas à exploração deste equipamento.

A obra no edifício, no valor de 1 milhão de euros, consubstancia-se em vários aspetos: otimização da funcionalidade interna das infraestruturas, reenquadramento de espaços (bilheteira no interior), criação de uma área para loja, reformulação e criação de experiências interativas e multigeracionais e melhoria de acessos a espaços comuns.

Para além da ampliação e melhoria do espaço físico, cujo projeto de arquitetura é assinado por Alexandre Burmester, coautor da estrutura original, a área expositiva será alargada, enriquecida e atualizada através de um investimento de 260 mil euros. Os módulos existentes serão reenquadados e redecorados para que mantenham uma imagem apelativa. A visita atual feita de forma livre será substituída por um percurso concetualmente organizado, ao longo do qual os visitantes poderão descobrir as várias etapas do ciclo urbano da água em módulos novos e interativos.

5.3.1.11. Requalificação da Quinta de Baixo

A empreitada de recuperação, reconstrução e ampliação do edificado e da área de logradouro envolvente da Quinta de Baixo, contígua à Sede da empresa, registou um progresso significativo durante o ano de 2017. O projeto de arquitetura é da autoria da equipa composta pelas arquitetas Olga Feio de Azevedo, Inês da Silva Pimentel e Joana Mendes Barata.

A recuperação deste património, anteriormente em ruínas, destina-se a aumentar a oferta de áreas de trabalho para acolher algumas Unidades Orgânicas e colmatar uma falha nas atuais instalações, onde não existe um espaço adequado para a realização de reuniões alargadas ou para o acolhimento de ações de formação dos colaboradores. O investimento total ascende a 759 mil euros.

5.3.1.12. Recuperação Paisagística dos Jardins e Mata de Nova Sintra

Elaborado pelos arquitetos paisagistas da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, este projeto está dividido entre a mata e roseiral (22 hectares) e os jardins formais e bosque (0,76 hectares), representando mais um contributo importante para a dinamização da zona oriental da cidade, eleita pela Câmara Municipal como prioritária na sua estratégia de planeamento e investimento. Trata-se de um investimento aproximado de 700 mil euros, que abriu as portas ao público em março de 2018.

No caso dos jardins formais do século XIX que se desenvolvem no patamar do edifício sede da **Águas do Porto, EM**, a intervenção realizada promoveu a sua qualidade e interesse paisagístico e arquitetónico, com encargos mínimos de conservação e manutenção, numa perspetiva de valorização do espaço enquanto jardim histórico de interesse significativo para a cidade.

Na zona da mata, que corresponde à área mais a sul da propriedade, os trabalhos incidiram em três áreas distintas (mata ornamental, clareira da mata e encosta da mata), com o propósito de enriquecer o seu interesse botânico e paisagístico, favorecendo a vista para o Douro e desenvolvendo melhores condições de passeio e estadia. Foram feitos diversos abates devido à significativa presença de espécies nativas e exóticas infestantes, tendo sido plantada vegetação arbórea composta fundamentalmente por folhosas da paisagem cultural do Porto.

Destaca-se também a valorização artística e histórica de várias fontes e chafarizes presentes nestes espaços, outrora espalhados por vários pontos da cidade. Esta componente foi reforçada com a inauguração, em junho do presente exercício, da escultura "Self-portrait as a Fountain (Fat Chance Bruce Nauman)", do consagrado artista Julião Sarmento, que integra o conjunto de 219 obras do Mapa de Arte Pública da cidade do Porto.



Fig. 15 | Inauguração da escultura do artista Julião Sarmento na mata de Nova Sintra

5.3.2. Projetos Estratégicos

5.3.2.1. Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Com o objetivo de otimizar a vida útil das infraestruturas, garantindo o equilíbrio entre desempenho, custo e risco, pretende-se desenvolver e aplicar uma metodologia multicritério para a priorização de ações de intervenção nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais de forma integrada e articulada, bem como otimizar os planos estratégico e táticos desenvolvidos neste âmbito.

A gestão de informação associada aos ativos é basilar em todo o processo de gestão patrimonial de uma entidade gestora e em especial quando se tratam de redes enterradas. Neste contexto, a **Águas do Porto, EM**, retomou, no final de 2017, a compilação e análise dos dados de cadastro, exploração e custos. Foram analisadas e georreferenciadas as roturas da rede de água ocorridas no quinquénio 2013-2017 e calculadas taxas de roturas por material em função do histórico existente. Foram ainda calculados indicadores de custos de reparações de roturas e de substituição de condutas.

Desta forma, foram dados os primeiros passos de um extenso trabalho que se pretende realizar de consolidação e sistematização de informação, que visam garantir maior fiabilidade dos dados, auxiliando a tomada sustentada de decisões ao longo do ciclo de vida de cada ativo.

5.3.2.2. Plano de Controlo de Afluências Indevidas

Apesar das afluências indevidas serem reconhecidas como uma causa da deterioração do desempenho dos sistemas de drenagem, frequentemente não é conhecida a sua real dimensão. Geralmente, reconhecem-se evidências de um número desconhecido de ligações indevidas, excesso de infiltração ou episódios de caudais excessivos, traduzindo-se em inundações, descargas, ou outros, com consequências ao nível do desempenho hidráulico, ambiental, estrutural e socioeconómico do sistema de drenagem.

A Iniciativa Nacional para o Controlo de Afluências Indevidas (iAFLUI) foi um projeto colaborativo dinamizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil que visou apoiar a implementação do PENSAAR 2020 e das políticas públicas associadas ao POSEUR, tendo como principal objetivo capacitar as entidades gestoras participantes para a melhoria da eficiência dos seus sistemas de águas residuais através do controlo das afluências indevidas. Treze entidades gestoras nacionais, entre elas a **Águas do Porto, EM**, participaram nesta iniciativa, que decorreu entre maio de 2016 e janeiro de 2018.

Neste âmbito, desenvolveu-se o Plano Estratégico de Controlo de Afluências Indevidas 2018-2030, o Plano Tático de Controlo de Afluências Indevidas 2018-2020, e o Plano de Controlo de Afluências Indevidas à Rede de Drenagem de Águas Residuais 2018-2030. Foi também dado início ao estudo da bacia de drenagem de águas residuais de Aldoar, através da análise de registos de caudal e precipitação.

5.3.2.3. Desentubamento e Reabilitação da Ribeira de Aldoar: Troço da Av. Boavista

Dado que o entubamento de uma linha de água com secção e perfil irregulares, incluindo estreitamentos de montante para jusante e inflexões bruscas (artificialização do escoamento fluvial) está diretamente relacionado com a ocorrência frequente de inundações que provocam danos, a **Águas do Porto, EM**, elegeu como prioridade o desentubamento e reabilitação da ribeira de Aldoar, no troço da Avenida da Boavista, tendo em vista o controlo de cheias e prevenção de riscos ambientais, garantindo boas condições de escoamento de água em situações normais e extremas.

A intervenção está orçada em 5,3 milhões de euros e deverá arrancar em 2018. Está planeado que a obra se prolongue até 2020, altura em que, seguindo o projeto do arquiteto Rui Mealha, um troço de 700 metros desta ribeira vai passar a correr à superfície, ocupando parte do separador central entre a Avenida Dr. Antunes Guimarães/Rua de Sagres e a Avenida do Parque.



Fig. 16 | Desentubamento da ribeira de Aldoar na Avenida da Boavista

As obras de requalificação do espaço público no sector B2 da Avenida da Boavista, entre a Avenida do Dr. Antunes Guimarães e a Avenida do Parque, apresentam uma expressão significativa pelo seu reperfilamento, repavimentação integral e arborização, renovação dos sistemas superficiais das redes hidráulicas e rede de iluminação pública, pela renovação da maioria dos elementos de mobiliário e equipamento urbano e, sobretudo, pelo desentubamento e inserção urbana da ribeira de Aldoar ao eixo do arruamento.

Em suma, o presente projeto visa melhorar as condições de acessibilidade, conforto e qualificação ambiental do espaço público, privilegiando a sua utilização pedonal, capacitando-o para modos de mobilidade suave, sem prejudicar as competências atribuídas enquanto via distribuidora estruturante e de articulação intermunicipal. Pretende-se, assim, assegurar um nível de serviço viário adequado ao sistema em que se insere a avenida, mas compatibilizado com uma qualificação urbanística e ambiental relevante, consonante com as atuais expectativas de qualidade de vida dos usuários da cidade.

5.3.2.4. Reabilitação da Ribeira da Asprela: Parque Central da Asprela

O projeto para o Parque Central da Asprela, incidindo numa área de cerca de 56 855 m², surge numa perspetiva de valorização das funções de proteção dos recursos, controlo de cheias e inundações e prevenção de riscos ambientais, que garantam boas condições de escoamento de água e sedimentos da ribeira da Asprela, em situações normais e extremas. O propósito principal consiste em salvaguardar situações de risco, no que diz respeito a áreas inundáveis, criando zonas de boa drenagem hídrica, assim como permitir a inundação de zonas verdes, não colocando em causa pessoas e bens.

A ribeira da Asprela nasce no Porto, onde possui uma extensão de 4,2 km (dos quais apenas 0,93 km estão a céu aberto), apresentando uma bacia hidrográfica de 3,23 km². A área que se pretende intervencionar localiza-se a sul e a poente da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP); confina a nascente com a rua Roberto Frias, a sul com a rua Júlio Amaral de

Carvalho, a sudoeste com o Metro e rua Alfredo Allen, a poente pela rua Dr. António Bernardino Almeida e a norte pela rua Dr. Plácido da Costa e FADEUP.

Para o desenvolvimento deste projeto foi constituída uma equipa multidisciplinar entre vários parceiros, nomeadamente a **Águas do Porto, EM**, a Câmara do Porto, a Porto Lazer, a Universidade do Porto, o Instituto Politécnico do Porto e a Agência Portuguesa do Ambiente, almejando a concretização de soluções inovadoras e sustentáveis num espaço verde de referência. A intervenção em causa totaliza um investimento de 2,3 milhões de euros repartido pelas várias entidades envolvidas, sendo que 1,4 milhões de euros serão assegurados pela empresa.

O Parque Central da Asprela contempla soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactes em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulnerável face a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade.

5.3.2.5. Musealização do rio da Vila

O rio da Vila, por se tratar de uma das linhas de água entubadas com maior importância histórica e social, foi o primeiro a ser escolhido para se dar início à sua musealização. Este projeto inclui a estruturação de um discurso interpretativo e de conteúdos para apoio à visita no troço entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, passando a integrar o Circuito Urbano da Água na cidade do Porto.

O seu percurso corresponde a uma galeria constituída por hasteais e abóboda em pedra granítica, constituindo um valioso e interessante património histórico e cultural. Escavações arqueológicas recentes revelaram a presença nesta zona da cidade, nomeadamente no eixo das ruas Mouzinho da Silveira-Flores, de um conjunto apreciável de vestígios arqueológicos datados do período romano até à época contemporânea.

A entrada neste novo espaço, cujo investimento estimado ascende a 820 mil euros, realizar-se-á através da estação de metro de São Bento para uma sala onde será instalado o serviço de bilheteira, local para exposições e apresentações e posterior porta de acesso ao percurso visitável. Prevê-se que a obra fique concluída em 2018.

6 PERSPETIVAS FUTURAS

Se a análise do percurso da **Águas do Porto, EM** neste último ciclo de gestão nos permite entender a evolução e o desenvolvimento da empresa durante os últimos quatro anos, tal exercício só fica completo com a perceção dos desafios futuros e do caminho que ainda há a percorrer.

Sendo uma empresa com um forte carácter operacional, cuja qualidade do serviço prestado depende diretamente da eficiência das suas equipas no terreno e da boa gestão da informação entre essas equipas e os serviços de suporte, o ano de 2018 irá marcar o início de uma nova realidade. A entrada em funcionamento da Plataforma Tecnológica H2PORTO e consequente alteração do sistema de gestão de operações permitirá uniformizar a gestão das várias dimensões ligadas ao ciclo urbano da água, a articulação com a sala de comando em tempo real, com um módulo de alarmística e simultaneamente uma capacidade preditiva para antecipar alteração de comportamentos nas várias infraestruturas. Este salto qualitativo irá, por sua vez, trazer novos desafios ligados à gestão da informação com os vários *stakeholders* externos da empresa.

Os objetivos no abastecimento de água continuarão a centrar-se na redução da água não faturada, com uma componente crescente da análise de consumos e combate a perdas aparentes. A otimização do sistema de drenagem de águas residuais e pluviais estará intimamente ligado à redução de perdas aparentes, e ao mesmo tempo outra questão premente estará relacionada com o impacto das alterações climáticas no escoamento das bacias hidrográficas da cidade e na capacidade do sistema de drenagem de águas pluviais, minimizando as inundações decorrentes de fenómenos climáticos extremos, designadamente períodos de precipitação intensa e concentrada.

Aliás, o investimento de recursos na reformulação da gestão de ativos que a **Águas do Porto, EM** tem vindo a promover será fundamental para definir e priorizar os investimentos futuros e a renovação da rede. Aqui, um dos maiores desafios será o de compatibilizar essa necessidade de investimento e renovação com a dinâmica da cidade e as questões em torno da sua mobilidade, que hoje condiciona a maior parte das intervenções na rede viária.

Um dos maiores desafios da **Águas do Porto, EM** nos próximos anos será garantir a evolução das estações de tratamento do Freixo e Sobreiras, indo assim ao encontro de um novo paradigma da economia circular na água. Questões como a otimização do tratamento e valorização de lamas, a produção de energia através de biogás e a reutilização de água afiguram-se inevitáveis para que o Porto se mantenha na linha da frente enquanto cidade inovadora na gestão da água. Sobretudo no caso da reutilização da água, depois do Governo ter divulgado a sua estratégia nacional nesta matéria com a intenção de apoiar projetos deste cariz nas maiores ETAR em Portugal, o Porto terá de se manter atento à revisão das diretivas da água que irão reger esta reutilização.

A área comercial terá como novas metas a atualização do sistema de faturação na melhoria da sua fiabilidade, redefinindo todos os interfaces com o cliente e permitindo assim uma gestão contratual cada vez mais digital. Por outro lado, o investimento numa nova geração de *smart meters* irá alavancar inúmeras vantagens, desde a faturação mais rigorosa ao cliente à informação mais rica no fecho dos balanços hídricos das várias ZMC, passando por novas funcionalidades como os alarmes de fuga de água e o fecho remoto do abastecimento.

Ainda nesta perspetiva, será inevitável promover a revisão do regulamento da **Águas do Porto, EM**, bem como de toda a sua estrutura tarifária face ao novo Regulamento Tarifário da ERSAR, cuja publicação se antevê para breve. Sobretudo no que respeita ao novo tarifário, o desafio passará por assegurar a capacidade de investimento e a sustentabilidade financeira da **Águas do Porto, EM**, mantendo ao mesmo tempo um conjunto de tarifas socialmente justas que fazem hoje do Porto um dos municípios com preços mais baixos na fatura da água.

Será ainda fundamental assegurar a correta adaptação a uma nova realidade no Regulamento Geral da Proteção de Dados, numa empresa que detém em si informação sensível e cada vez mais detalhada dos seus clientes.

Internamente, os desafios centrar-se-ão na certificação nas áreas da qualidade, ambiente e segurança e na necessária implementação de um conjunto de procedimentos em todas as áreas da empresa. Paralelamente, e indo ao encontro das recomendações recentes do Revisor de Contas, a empresa deverá criar as condições para possuir uma estrutura de Auditoria Interna permanente, que permitirá controlar processos e indicadores, quer técnicos, quer de suporte administrativo.

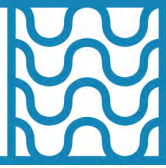
Depois da participação no projeto da “*City Blueprints*” e de se ter posicionado a meio da tabela na categoria de “Cidades Eficientes na Gestão da Água”, a **Águas do Porto, EM** deverá ter a natural ambição de levar o Porto ao patamar das “*Water Wise Cities*”, ao mesmo tempo que a entrada noutros programas de *benchmarking* com as suas congéneres europeias será essencial para se manter próxima das boas práticas e dos avanços tecnológicos do setor.

Assim, por um lado, o processo de dinamização que a cidade atravessa com a reabilitação profunda do seu parque residencial e empresarial e a crescente procura turística, e por outro, a exposição aos fenómenos das alterações climáticas que se avizinham, irão expor a cidade a uma forte pressão na otimização da gestão da água nos próximos anos. Pela coerência que se exige com o seu acionista, e sendo a gestão sustentável de recursos um dos eixos definidos nas políticas seguidas pela Câmara Municipal do Porto, a otimização das soluções de abastecimento, tratamento e valorização do recurso água a longo prazo, serão inevitavelmente obrigatórias para a **Águas do Porto, EM**.



**GOVERNO
DA SOCIEDADE**

Porto.
Águas
do Porto



1 GOVERNO DA SOCIEDADE

A atividade da **Águas do Porto, EM**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.1. OBJETO SOCIAL

A **Águas do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em outubro de 2006, cujo capital social é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto. O seu objeto social corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto (Fig. 17), englobando as seguintes atividades:

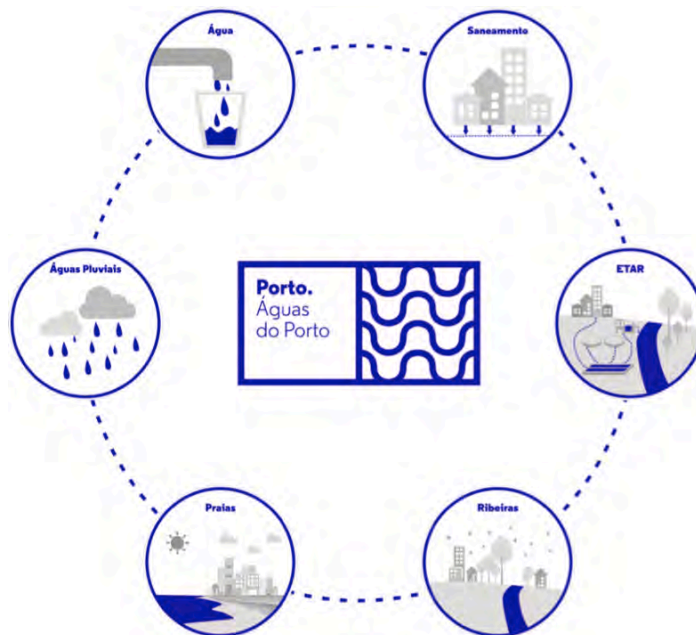


Fig. 17 | Gestão integrada do ciclo urbano da água

A **Águas do Porto, EM**, é uma das maiores empresas portuguesas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, servindo 155.667 clientes e um equivalente populacional de 370.000 habitantes. Todos os dias são fornecidos, em média, 47.970 m³ de água aos portuenses.

O controlo analítico da qualidade da água é assegurado pelo Laboratório de Análises da empresa, que se encontra acreditado pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025. São realizadas 50.054 análises por ano à água distribuída, das quais 42.920 na rede pública e 7.134 na rede predial, assegurando o cumprimento dos exigentes padrões de qualidade impostos pela legislação europeia e portuguesa.

No que respeita ao saneamento, a **Águas do Porto, EM**, recolhe diariamente 51 285 m³ de águas residuais, que são conduzidas para duas ETAR (Freixo e Sobreiras) com tratamento terciário. À entrada e à saída das ETAR, os efluentes são submetidos, anualmente, a 2.461 análises físico-químicas e 266 análises bacteriológicas. A empresa cumpre integralmente os parâmetros de descarga do efluente final no meio recetor.

A empresa é também responsável pela drenagem de águas pluviais, pela gestão de 66 km de linhas de água, pela gestão das águas balneares e da frente marítima da cidade e pela promoção da educação ambiental através do Pavilhão da Água.

1.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O processo de planeamento estratégico da empresa Águas do Porto, EM, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores descritos na Fig. 18.

VISÃO	MISSÃO	VALORES
Ser uma empresa gestora do ciclo da água, de referência e reconhecimento internacional	Garantir a gestão completa e eficaz do ciclo urbano da água, criando valor económico e social, focada no cliente, desenvolvendo boas práticas ambientais, de gestão e de motivação interna	<ul style="list-style-type: none"> – Sentido de serviço público – Equidade – Sustentabilidade – Transparência – Confiança – Inovação – Excelência

Fig. 18 | Visão, missão e valores

Para dar cumprimento à sua missão, visão e objetivos, a Águas do Porto, EM, definiu como pilares de atuação os seguintes valores:

Sentido de Serviço Público: Observância de um conjunto de princípios éticas e de normas de conduta por parte do colaboradores em funções públicas, visando assumir e difundir a cultura ética da empresa e o sentido de serviço público que prestam.

Equidade: Promover a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras.

Sustentabilidade: A cultura organizacional da empresa assenta no equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e a responsabilidade social, criando valor para os seus clientes e restantes partes interessadas.

Transparência: A empresa privilegia um relacionamento transparente com todas as partes interessadas e adota estratégias e desenvolve ações em sintonia com elevados padrões de ética. Entende que o comportamento ético é uma responsabilidade de todos, todos os dias e em tudo que o faz.

Confiança: Agir com responsabilidade e ética e construir uma relação de confiança com os clientes e demais partes interessadas são princípios essenciais para estabelecer uma relação produtiva e mutuamente vantajosa.

Inovação: O desenvolvimento e aplicação de soluções diferenciadoras e mais adequadas aos interesses dos clientes é o objetivo da estratégia de atuação.

Excelência: Exigindo o melhor dos seus colaboradores, a empresa trabalha para antecipar e satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes e *stakeholders*, procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados em cada oportunidade.

Com base na metodologia do *Balanced Scorecard*, e tendo em vista o alinhamento do planeamento estratégico com as ações operacionais, o Mapa Estratégico em vigor encontra-se estruturado em 13 objetivos estratégicos e em 39 objetivos operacionais.

Tendo em conta que o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na sua satisfação. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela *Perspetiva Clientes*, devendo as outras três perspetivas ser interpretadas como potenciadoras da primeira.

A Matriz Estratégica corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo, a cada mês, que os seus responsáveis prestem contas à empresa sobre o seu nível de cumprimento e apresentem as ações previstas para corrigir os desvios relativamente às metas estabelecidas. Em 2017 foi definido um conjunto de 126 indicadores cuja avaliação de desempenho apresenta diferentes periodicidades (52 mensais, 52 trimestrais, 16 semestrais e 6 anuais).

Em paralelo, e para além dos indicadores de gestão, a Matriz Estratégica desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes (25 projetos ativos em 2017), sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente.

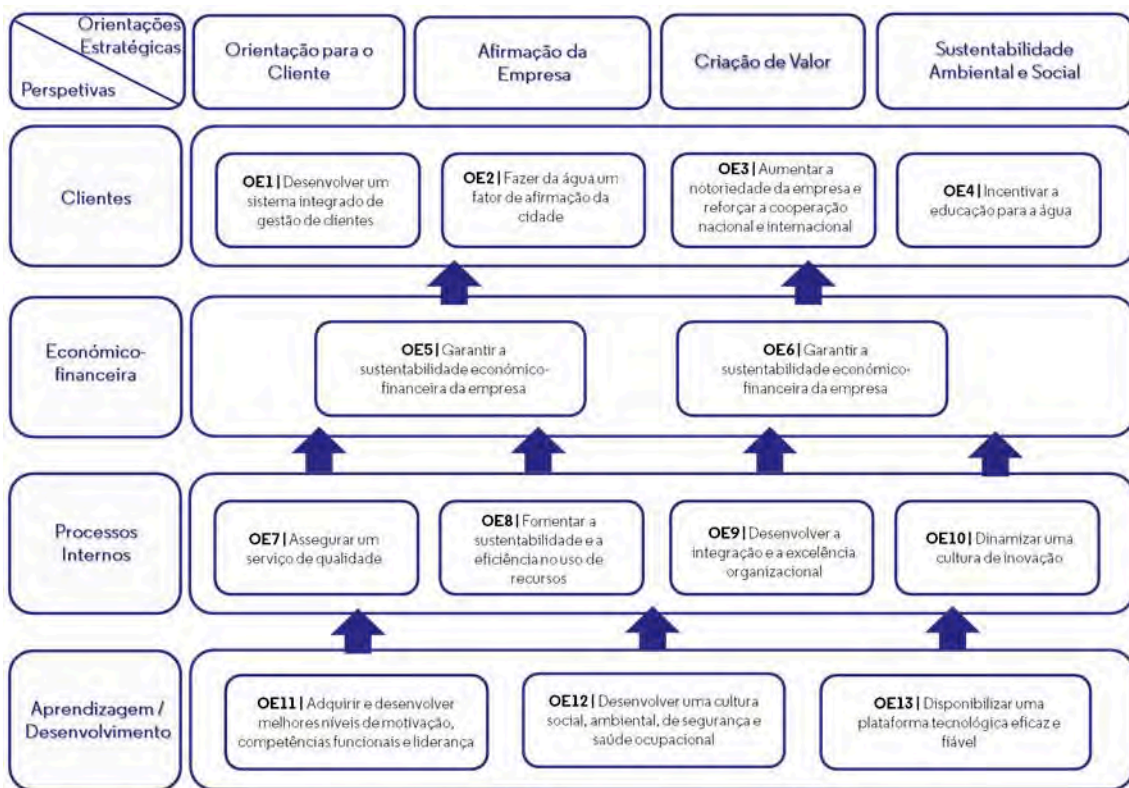


Fig. 19 | Mapa Estratégico para 2017

1.3. ESTRUTURA DE CAPITAL

A **Águas do Porto, EM**, é uma empresa local de âmbito municipal, de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

A empresa rege-se pelos Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado. O capital social ascende a € 80.000.000 e é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

1.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais **Águas do Porto, EM**, são constituídos pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral e o Fiscal Único. Na sequência das recentes eleições autárquicas, que influem estatutariamente na duração do mandato dos titulares dos órgãos autárquicos, verificou-se a alteração da composição dos órgãos de administração e de fiscalização da empresa. Assim, foram designados para os órgãos sociais os seguintes titulares:

Tabela 14 | Órgãos sociais da empresa

ASSEMBLEIA GERAL
Representante do acionista (Município do Porto): Maria Helena de Amaral Arcos Vilasboas Tavares Presidente da Mesa: Pedro Manuel Martins dos Santos Primeiro Secretário da Mesa: José Paulo Magalhães Correia de Matos Segundo Secretário da Mesa: Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: Frederico Vieira Martins Fernandes Administrador Executivo: Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto Administradora Não Executiva: Ana Catarina da Rocha Araújo
FISCAL ÚNICO
João Araújo & António Oliveira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da empresa, formado por três elementos, um dos quais o seu presidente, que são nomeados pela Câmara Municipal do Porto, tal como determinado no Artigo 13.º dos Estatutos da empresa.

É da sua esfera de competências definir as orientações estratégicas e elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade e de investimento, assim como apresentar os orçamentos anuais de investimento, de exploração e de tesouraria e o balanço previsional, procedendo, periodicamente, à sua revisão e controlo.

No decurso do exercício em análise, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, realizou 45 reuniões, tendo aprovado um total de 449 deliberações.

Nos termos do Artigo 9.º dos referidos Estatutos, a Assembleia Geral é composta por um presidente e por dois secretários em representação do único acionista da empresa, a Câmara Municipal do Porto. Cabe-lhe a apreciação e votação dos documentos de prestação anual de contas e dos instrumentos de gestão previsional.

Por seu lado, aplicando o Artigo 19.º dos Estatutos, a fiscalização das atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente a revisão legal das contas, compete ao Fiscal Único.

1.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica da **Águas do Porto, EM**, revista em julho do presente ano, é a que se apresenta no organograma da Fig. 18, dividindo-se em quatro áreas operacionais e seis áreas de suporte.

Constituem áreas operacionais a Direção de Exploração, que agrupa cinco UO (Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas Pluviais, Tratamento e Valorização do Ambiente e Sala de Comando), a Direção de Engenharia formada por duas UO (Obras e Projetos e Licenciamento), a Direção Administrativa e Financeira, que engloba quatro UO (Contabilidade, Recursos Humanos, Serviços Comerciais e Logística) e a Direção de Sistemas de Informação constituída por uma UO (Informática).

Nas áreas de suporte, com reporte direto à Administração, incluem-se a Secretaria-Geral, o Planeamento e Controlo, os Serviços Jurídicos, o Laboratório, a Reposição da Legalidade e a Educação Ambiental.

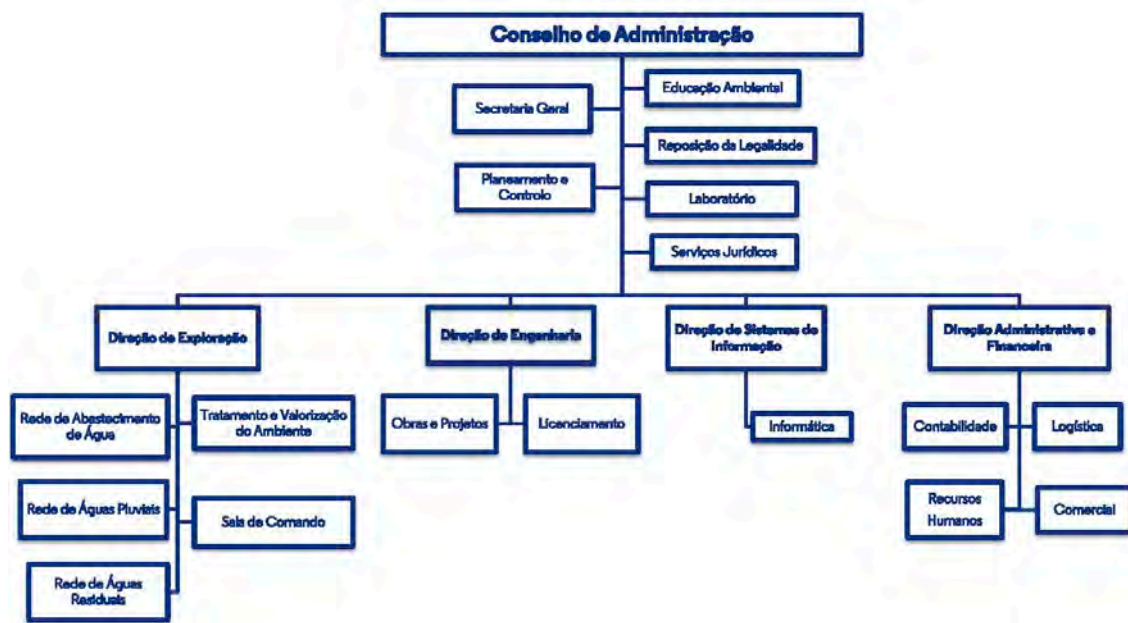


Fig. 20 | Organograma

A competência dos membros do Conselho de Administração na coordenação direta das áreas de gestão está distribuída da seguinte forma:

PRESIDENTE

Frederico Vieira Martins Fernandes: Secretaria-Geral, Planeamento e Controlo, Direção de Exploração (Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas Pluviais, Tratamento e Valorização do Ambiente e Sala de Comando), Direção de Engenharia (Obras e Projetos e Licenciamento) e Direção de Sistemas de Informação (Informática);

ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto: Direção Administrativa e Financeira (Contabilidade, Recursos Humanos, Comercial e Logística), Serviços Jurídicos, Laboratório, Reposição da Legalidade e Educação Ambiental.

1.6. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores públicos foram fixadas nos termos disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e do consagrado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidas pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras (nota 20).

1.7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO

A gestão da **Águas do Porto, EM**, desenvolve-se de acordo com o enquadramento legislativo e normativo aplicável à sua atividade, encontrando-se suportada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- Estatutos;
- Código de Conduta;
- Instrumentos de Gestão Previsional (Orçamento e Plano de Atividades);
- Relatório e Contas;
- Balanço Social;
- Ordens de Serviço;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamentos, Procedimentos e Normas Internas.

O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais está consagrado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regendo-se as empresas municipais pelo disposto neste diploma, na lei comercial, nos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

Este diploma legal visa regular as empresas relativamente às quais os municípios, as associações de municípios ou as áreas metropolitanas (entidades públicas participantes) exerçam uma qualquer influência dominante.

Define também as regras para a aquisição e detenção de participações minoritárias em sociedades comerciais por parte dos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas e, no mesmo sentido, regula a participação das autarquias e respetivas associações em associações, fundações e cooperativas.

Tendo em conta a sua área de atividade, a **Águas do Porto, EM**, aplica os preceitos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O presente decreto-lei visa assegurar uma correta proteção e informação do utilizador destes serviços, evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio.

Na vertente operacional, importa salientar o Decreto Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto, que aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, de modo a assegurar o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

1.8. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES

Os procedimentos adotados pela **Águas do Porto, EM**, em matéria de aquisição de bens e serviços obedecem ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111.B/2017, de 31 de agosto.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do Artigo 11.º do CCP, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo. A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelos membros deste órgão social.

Em janeiro de 2017 foi dado início ao Sistema de Qualificação, que permite aos empreiteiros interessados em obras relacionadas com condutas apresentarem candidatura e ficarem selecionados para submeterem propostas no âmbito dos concursos que a **Águas do Porto, EM**, vier a

lançar. Este sistema tem por objetivo estabelecer relações de cooperação e parceria, enquadrados por padrões ético-profissionais exigentes, dentro do cumprimento rigoroso da legislação em vigor e alinhados com políticas de sustentabilidade de médio e longo prazo.

A **Águas do Porto, EM**, enquanto entidade adjudicante, lançou, através da Plataforma Eletrónica de Compras Públicas (acinGov), 49 concursos públicos (29 com publicação no Diário da República, 4 com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, 15 por sistema de qualificação e 1 por acordo quadro) e 95 ajustes diretos, num total de 144 procedimentos de contratação pública.

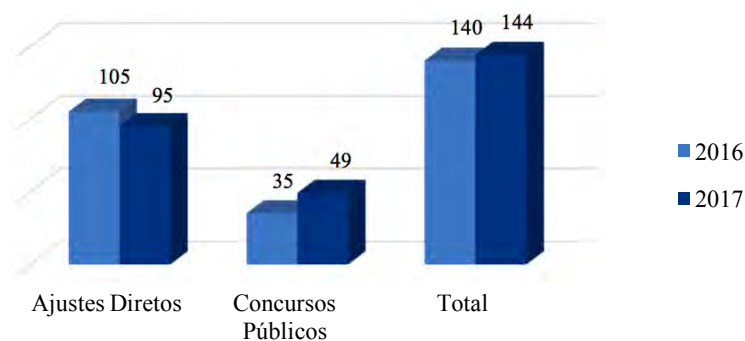


Fig. 21 | Procedimentos de contratação pública (n.º)

Como é possível analisar na figura anterior, os procedimentos abertos em 2017 aumentaram cerca de 3% comparativamente com o ano de 2016, verificando-se uma queda de 10% nos ajustes diretos e um crescimento de 40% nos concursos públicos.

No período em análise, os contratos celebrados totalizaram € 9.985.872,14, representando uma redução de 71% relativamente ao período homólogo. Para esta redução muito contribuiu a adjudicação por concurso público do contrato de exploração das ETAR em 2016, cujo valor ascendeu a € 22.999.956 por um prazo de sete anos.

Constata-se que os concursos públicos tiveram um peso relativo de 75% em 2017 contra 90% em 2016. Analisando a evolução dos dois tipos de procedimentos em causa, observa-se ainda que os montantes adjudicados desceram 76% e 31%, por concurso público e ajuste direto, respetivamente.

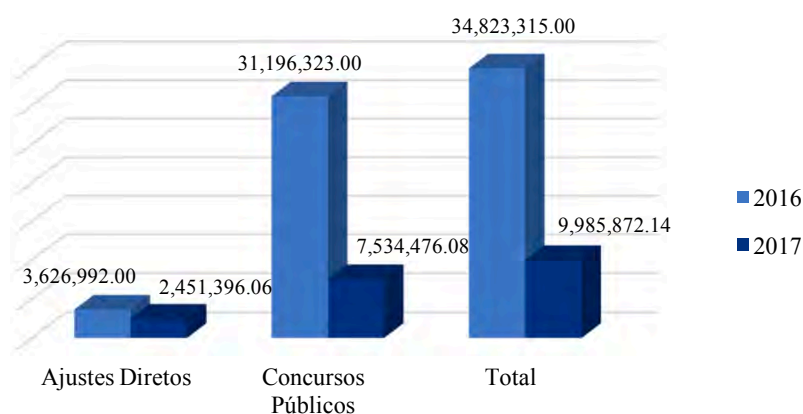


Fig. 22 | Valor dos procedimentos de contratação pública (€)

No universo de transações fora das condições de mercado, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, a empresa não tem qualquer informação para reportar.

1.9. CONDUTA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Encontra-se em vigor na **Águas do Porto, EM**, um Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, tendo por base a Carta Ética da Administração Pública.

O documento estipula o conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais da empresa e por todos os colaboradores no desempenho das funções profissionais que lhes estejam confiadas, abrangendo também os consultores externos permanentes.

No exercício das suas atividades, funções e competências, os colaboradores da empresa devem atuar tendo em vista o interesse da empresa e cumprindo os princípios da responsabilidade, transparência, lealdade, independência, profissionalismo e confidencialidade, no conhecimento da missão e das políticas de qualidade, do ambiente e da segurança em vigor.

A divulgação do Código de Conduta abrange todos os trabalhadores da empresa, encontrando-se disponível para consulta na intranet.

A **Águas do Porto, EM**, adotou, em dezembro de 2009, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), disponível na sua página da internet (www.aguasdoporto.pt). Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CCP).

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão estar sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Tendo em conta a missão da empresa, e após a análise das várias Unidades Orgânicas, foram identificadas como passíveis de ser sujeitas a atos de corrupção e infrações conexas as seguintes áreas: contratação pública, licenciamento, fiscalização, recursos humanos, gestão comercial, contabilidade e tesouraria e execuções fiscais e contencioso. Foram, igualmente, apresentadas medidas preventivas e corretivas para cada uma destas áreas de risco, para além de medidas transversais a toda a empresa.

Não obstante as principais áreas de riscos e as respetivas medidas preventivas e corretivas já se encontrarem plasmadas no PGRCIC em vigor, este é um instrumento dinâmico que deve ser periodicamente revisto e atualizado sempre que se identifiquem novos fatores potenciais de risco e/ou novas áreas de risco.

1.10. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Atendendo aos imperativos da Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro de 2012, do CPC, e com base nas áreas de risco identificadas em matéria de corrupção e de infrações conexas, a **Águas do Porto, EM**, procedeu à identificação dos principais problemas éticos e ao levantamento das situações que possam nestas áreas ser suscetíveis de potenciar eventuais conflitos de interesse.

PRINCIPAIS PROBLEMAS ÉTICOS

- Vantagens/benefícios pessoais e favorecimento de terceiros (familiares, políticos, agentes económicos ou outros grupos de interesses);
- Divulgação de informação confidencial;
- Utilização de bens públicos em proveito próprio (equipamentos, transportes, instalações, materiais, etc.);
- Uso indevido da posição ocupada e de facilidades profissionais;
- Aceitação indevida de ofertas;
- Acumulação de funções;
- Atividades privadas concorrenciais;
- Contratação pública;
- Não acautelar a boa gestão dos dinheiros públicos.

MEDIDAS PREVENTIVAS

- Verificação e avaliação das situações de acumulação de funções;
- Verificação sistemática de incompatibilidades e conflitos de interesses;
- Assinatura de declaração de inexistência de conflitos de interesses pelos colaboradores;
- Segregação de funções e rotação de colaboradores.

1.11. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO

No quadro legislativo e regulamentar em vigor sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE), assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, definiu os Princípios de Bom Governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista e *stakeholder*) e às empresas por ele detidas.

Na prática, a legislação vigente estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Neste domínio, é atribuído um especial enfoque ao princípio da transparência, ao controlo de risco e à prevenção de conflitos de interesse, incentivando a excelência do governo societário.

De acordo com o Artigo 43.º deste diploma, a **Águas do Porto, EM**, cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE, tendo em atenção que procede à divulgação dos seguintes elementos:

- a) A composição da sua estrutura acionista;
- b) A identificação das participações sociais que detém;
- c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
- d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;
- e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- g) O orçamento anual e plurianual;
- h) Os documentos anuais de prestação de contas;
- i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;
- j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Assim, a empresa cumpre a missão e os objetivos que lhe estão atribuídos e elabora os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Trata com respeito, igualdade e integridade os seus colaboradores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional. Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo dos procedimentos legais em matéria de aquisição de bens e serviços.



ENQUADRAMENTO



1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1. ECONOMIA MUNDIAL

Segundo o relatório trimestral *World Economic Outlook*, apresentado em janeiro de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para um reforço do crescimento da economia mundial em 2017. O crescimento económico global ascendeu a 3,7% no corrente exercício contra 3,1% em 2016, em linha com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviços, projetando-se um desempenho ainda melhor nos anos de 2018 e 2019 (3,9% em ambos).

Assim, a economia global evidenciou um crescimento robusto, beneficiando da atenuação de alguns fatores de ordem política, sobretudo na Europa, de condições financeiras muito acomodáticas nos blocos desenvolvidos e da retoma do comércio internacional. Os dados positivos foram generalizados, como demonstra o fato de que apenas 6% das economias terem fechado o ano em recessão, enquanto 72% dos países cresceram acima dos 2%, segundo dados do *Deutsche Asset Management*.

O relatório "Situação e Perspetivas Económicas Mundiais para 2016" (WESP, da sigla em inglês), das Nações Unidas, apresenta informação complementar sobre o contexto macroeconómico global, indicando que cerca de dois terços dos países registaram um crescimento maior em 2017 do que no ano anterior. Destacam-se pela positiva as economias europeias – desenvolvidas e emergentes – e também os países asiáticos.

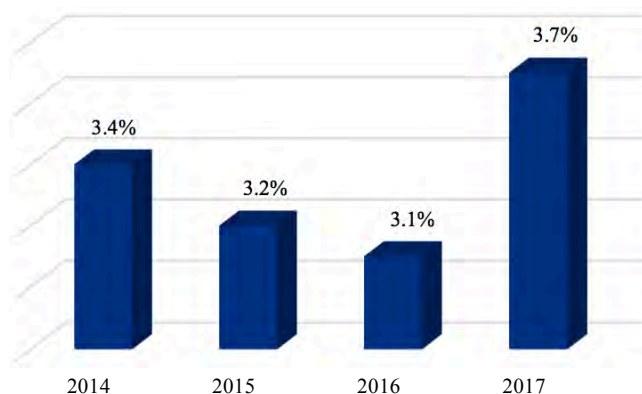


Fig. 23 | Evolução do PIB mundial (Fonte: FMI)

A Ásia Ocidental e do Sul continuaram a ser as regiões mais dinâmicas, tendo representado quase dois terços do crescimento mundial no ano passado. A China contribui atualmente com mais de 25% para o crescimento anual da economia mundial. Mais do dobro da contribuição para o crescimento por parte da União Europeia (UE). E, claramente, à frente da contribuição dos Estados Unidos, com 17,5%.

O ano de 2017 correspondeu a um período estável para o gigante asiático, que já não cresce ao ritmo de há cinco anos, mas que obteve um avanço de 6,8% no seu PIB. A recuperação do comércio mundial foi um fator importante na manutenção da atividade económica chinesa. Outros fatores positivos foram a continuidade das reformas para reduzir a alavancagem, o aumento da confiança das empresas, a criação de emprego, a estabilização das saídas de capital e a valorização do yuan em relação ao dólar norte-americano.

Quanto à maior economia mundial, verificou-se que o PIB dos Estados Unidos cresceu 2,3% em relação a 2016, quando aumentou 1,5%. Este desempenho foi impulsionado principalmente pelos gastos dos consumidores, que representam dois terços da atividade económica norte-americana, além das exportações, aceleração dos gastos do governo e recuperação do investimento em construção de moradias.

Por seu lado, a Zona Euro emergiu como uma das principais surpresas positivas no exercício em análise, tendo o PIB aumentado 2,4%, mais 0,6% do que em 2016, suportado sobretudo pela procura doméstica. A atividade económica tirou partido dos efeitos de algumas das políticas de impulso desenvolvidas, nomeadamente as condições financeiras mais favoráveis e preços do petróleo relativamente baixos, aos quais se juntaram a recuperação gradual do mercado laboral, as condições de acesso ao crédito bancário mais favoráveis e a melhoria da confiança dos agentes económicos.

1.2. ECONOMIA EUROPEIA

De acordo com informação do Eurostat, o crescimento das economias da Zona Euro e da UE acelerou, em 2017, para os 2,3% e os 2,4%, face aos 1,8% e 2,0%, respetivamente, do ano anterior, o que representa os valores mais elevados em dez anos.

Entre os Estados-membros para os quais há dados disponíveis, ainda que alguns deles sejam ainda provisórios, a Roménia (7,0%), a Eslovénia (5,0%), a Estónia (4,9%) e a Polónia (4,6%) foram os que mais viram a sua economia crescer no presente exercício, enquanto a Grécia (1,4%), a Itália (1,5%), o Reino Unido (1,7%) e a Bélgica (1,7%) registaram as menores subidas no PIB. Nenhum país da região registou um crescimento abaixo de 1%, o que comprova o bom momento da economia europeia.



Fig. 24 | Evolução do PIB da Zona Euro e da UE 28 (Fonte: Eurostat)

Em 2017, o excedente da balança comercial de bens dos países da moeda única ascendeu a 238,1 mil milhões de euros, abaixo dos 265,2 mil milhões no ano anterior. No conjunto dos 28 Estados-membros da UE, o excedente do comércio externo de bens fixou-se no ano passado nos 25 mil milhões de euros, o que também representa um recuo relativamente a 2016, quando o mesmo atingiu os 32 mil milhões, refere o gabinete oficial de estatísticas da UE.

Relativamente à área euro, o Eurostat aponta que, entre janeiro e dezembro de 2017, as exportações de bens para o resto do mundo cresceram 7,1% em termos homólogos (face aos 12 meses de 2016), mas as importações registaram um aumento superior, de 9,7%, o que explica o recuo no excedente comercial.

No último mês de 2017, as exportações dos países do euro para o resto do globo atingiram os 180,7 mil milhões de euros, um aumento de 1% em comparação com dezembro de 2016 (179 mil milhões), enquanto as importações chegaram aos 155,3 mil milhões, um aumento de 2,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior (151,4%), tendo assim a Zona Euro registado em dezembro de 2017 um excedente de 25,4 mil milhões de euros, contra 27,6 mil milhões no último mês de 2016.

Já nos países da UE, as exportações de bens para países terceiros atingiram os 160,6 mil milhões de euros em dezembro de 2017, menos 2,7% que no mesmo período do ano precedente (165 mil milhões), enquanto as importações subiram de 144,3 mil milhões para 146,4 mil milhões em termos homólogos (mais 1,4%), pelo que o excedente comercial recuou de 20,7 mil milhões de euros em dezembro de 2016 para 14,3 mil milhões em dezembro passado.

1.3. ECONOMIA PORTUGUESA

Segundo as Contas Nacionais apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa cresceu 2,7% em 2017, mais 1,1% em comparação com o ano transato, como consequência de uma forte dinâmica do investimento e das exportações. O PIB registou a maior aceleração homóloga real desde 2000, tendo atingido, em termos nominais, 193 mil milhões de euros, o que coloca Portugal acima da média da UE e da Zona Euro, embora com oito países da moeda única com resultados melhores.

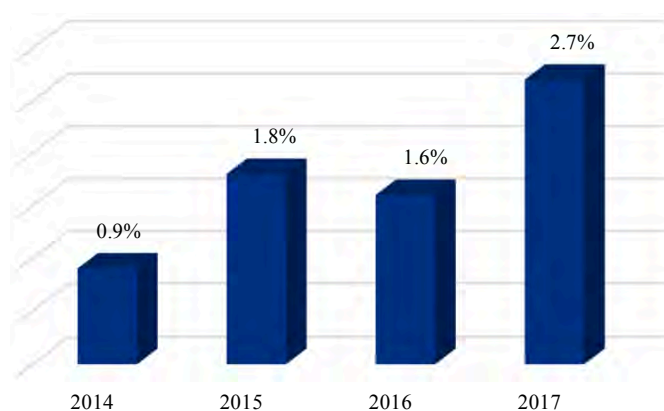


Fig. 25 | Evolução do PIB em Portugal (Fonte: INE)

O crescimento da economia portuguesa insere-se numa dinâmica de recuperação observada desde 2013, resultando do processo de recuperação do investimento e do consumo para níveis consentâneos com expectativas mais favoráveis dos agentes económicos relativamente à evolução do rendimento permanente e da procura global. O País beneficiou de um enquadramento internacional favorável, caracterizado por uma aceleração da procura externa e por uma melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu.

Em 2017, a procura interna registou um aumento de 2,8 p.p. (1,6 p.p. em 2016), refletindo sobretudo a aceleração do investimento para uma taxa de variação de 8,4% (0,8% em 2016), enquanto o consumo privado acelerou ligeiramente de 2,1% para 2,2%.

A procura externa líquida passou de um contributo nulo em 2016 para -0,2 p.p., verificando-se uma aceleração das exportações de bens e serviços, de 4,4% em 2016 para 7,9% em 2017, e das importações de bens e serviços, de 4,2% para 7,9%. Entre os países da Zona Euro, apenas Lituânia e Eslovénia viram as suas vendas ao exterior crescer mais no ano passado do que Portugal.

A evolução das exportações não é muito diferente da observada no investimento quando comparada com os outros países da UE. Também neste caso, o desempenho nacional ultrapassa largamente as médias comunitárias (4,9% e 4,8% na Zona Euro e na UE, respetivamente). O crescimento de 7,9% foi o maior desde 2010, tendo sido superado apenas pela Lituânia, a Eslovénia e a Roménia no contexto comunitário.

Por outro lado, uma área onde Portugal deixa de estar no topo é na evolução do consumo final total, que inclui famílias, instituições sem fins lucrativos e o setor público. No ano passado, este indicador aumentou 1,7%, ficando em linha com o resultado na média da UE e um pouco acima dos países da moeda única (1,5%). Treze Estados-membros tiveram crescimentos mais fortes.

No entanto, considerando apenas o consumo privado referente aos gastos dos agregados familiares, o cenário nacional apresenta-se ligeiramente mais favorável, com um crescimento de 2,2%, distanciando-se da média da UE e da Zona Euro, mas ainda com bastantes países com melhor resultado, oito dos quais da moeda única.

O investimento português aumentou 8,4% em termos reais em 2017 (0,8% em 2016), refletindo a aceleração da Formação Bruta em Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 9,0% (1,5% em 2016), a maior desde 2000. Este desempenho foi apenas superado por quatro dos 28 países para os quais existem valores do Eurostat, dois dos quais pertencem à Zona Euro: Hungria, Letónia, Estónia e Eslovénia. Com efeito, o investimento nacional aumentou mais do dobro da média da Zona Euro e da UE, que tiveram variações de 3,5% e 3,8%, respetivamente.

Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 1,4% (0,6% em 2016). A subida deste indicador foi influenciada pelo comportamento da inflação subjacente e pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos, tendo registado variações médias anuais de, respetivamente, 1,1% e 3,5% (0,7% e -1,8% em 2016).

A taxa de desemprego da economia portuguesa atingiu um novo mínimo de quase 15 anos, ao baixar para 8,0% da população ativa no final do exercício em análise. A melhoria do mercado de trabalho também se traduz num crescimento de 3,6% no emprego entre dezembro de 2016 e igual mês de 2017, o que corresponde a mais 166,5 mil postos de trabalho.

A dívida pública do País fechou num máximo de € 242,5 mil milhões em final de dezembro do ano passado, prosseguindo a trajetória de subida, mas o seu peso no PIB caiu para 126,2%, segundo os dados publicados no Boletim Estatístico do Banco de Portugal. Registou-se, contudo, uma desaceleração na subida da dívida. Segundo os critérios de Maastricht, a dívida aumentou € 9,4 mil milhões entre 2015 e 2016 e apenas € 1,64 mil milhões entre 2016 e 2017.

Tabela 15 / Evolução dos indicadores macroeconómicos em Portugal (2014-2017)

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Procura Interna	2,2	2,7	1,6	2,8
Exportações	4,3	6,1	4,4	7,9
Importações	7,8	8,5	4,2	7,9
Investimento	5,5	3,6	1,5	9,0
Inflação (IPC)	-0,2	0,5	0,6	1,4
Dívida Pública (% do PIB)	131,4	130,5	130,1	126,2
Taxa de Desemprego (%)	13,9	12,4	11,1	8,0

Fonte: INE

2 ENQUADRAMENTO DO SETOR

2.1. INTRODUÇÃO

A descentralização e a necessária articulação com as autarquias afirmam-se como um dos desígnios estratégicos do XXI Governo Constitucional, que conduziu à definição e à implementação de um plano de medidas em torno da organização do setor dos serviços urbanos de água e saneamento. Assim, no início de 2016, o Ministério do Ambiente apresentou o Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos de Água.

Este documento visa resolver o ciclo de insustentabilidade do setor da água em Portugal, que assenta fundamentalmente em três problemas: fragmentação das entidades gestoras (mais de 350), nomeadamente nos sistemas em baixa; insustentabilidade e inadequado nível de serviço; e ineficiência operacional, económica e social, sendo de destacar as elevadas perdas de água, em muitos casos superiores a 40%, e as afluições indevidas de águas pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais.

Consequentemente, a estratégia vigente desdobra-se em três eixos principais: a reversão do processo das agregações de alguns dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a promoção da agregação das entidades gestoras em baixa com menos de 20 mil habitantes para a exploração e a gestão do ciclo urbano da água em torno de afinidades regionais e a definição do alinhamento do papel do Grupo Águas de Portugal, enquanto instrumento empresarial de políticas públicas para a nova visão para o setor.

A formalização da criação dos novos sistemas multimunicipais e a constituição das novas empresas foi feita através de dois decretos-lei:

Decretos-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, que procede à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, ambos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal (Águas do Norte), e as respetivas entidades gestoras, respetivamente, Águas do Douro e Paiva, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A.

Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que procede à criação, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico e do sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal, e das respetivas entidades gestoras, respetivamente, Águas do Tejo Atlântico, S. A., e SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

Assim, com a reativação Águas do Douro e Paiva, foi interrompido o plano de subida do custo da água, que previa um aumento global de 40% até 2020. É na (re)criação desta empresa multimunicipal que radica, em grande medida, o facto de, no final de 2016, a Câmara Municipal do Porto ter aprovado uma descida de 2% nas tarifas de água e saneamento a praticar em 2017.

A promoção de entidades gestoras regionais com escala fora das áreas metropolitanas constitui a outra grande aposta do Governo. No âmbito destes projetos, o Ministério do Ambiente admite, no futuro, repartir as competências exclusivas que dispõe ao nível dos sistemas multimunicipais, evoluindo para um modelo de parceria pública, caso os municípios decidam integrar os respetivos sistemas municipais, e promovendo a constituição de entidades gestoras regionais especializadas para o ciclo urbano da água de carácter regional.

Com efeito, o Governo entende que a consolidação dos sistemas municipais irá maximizar a atribuição dos apoios financeiros ainda disponíveis no âmbito do PO SEUR afetos ao ciclo urbano da água. Para o efeito, e tendo em vista a operacionalização do alinhamento dos apoios financeiros ainda disponíveis com esta estratégia de organização para o setor, foi publicado, no exercício em apreço, o Aviso POSEUR-12-2017-05 destinado ao Ciclo Urbano da Água (CUA) – Operações promovidas por entidades gestoras agregadas.

No sentido de maximizar a captação de incentivos financeiros para as referidas entidades gestoras regionais, continuam a ser feitas diligências para a ponderação de uma solução alternativa para financiamento reembolsável com maturidades e encargos competitivos. É, aliás, esta a alteração com maior impacto que o Executivo desencadeou em 2017, encontrando-se em análise o processo de reprogramação do POSEUR com a Comissão Europeia (CE).

Em paralelo com a criação dos novos sistemas multimunicipais e a constituição das novas entidades gestoras, foi igualmente concretizada a implementação de um mecanismo de compensação externo às entidades gestoras, através da aprovação do Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio, que altera o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, e da previsão de uma contribuição tarifária acrescida (CTA) pelos municípios do litoral.

O novo diploma estabelece a criação de uma nova parcela, designada de “S”, que visa promover a sustentabilidade dos sistemas urbanos de águas, sem prejuízo da implementação de medidas que visem a maior eficiência na prestação daqueles serviços. Assim, com o apoio do Fundo Ambiental e dos municípios que são utilizadores de alguns dos novos sistemas multimunicipais, as tarifas dos sistemas multimunicipais que permanecem agregados não sofrem os ajustamentos decorrentes das cisões por intermédio da contribuição tarifária acrescida.

2.2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.2.1. PENSAAR 2020

O PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais tem por objetivo definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes (técnica, ambiental, económica, financeira e social), de modo a criar um contexto de aceitação global a médio (2014-2020) e a longo prazo.

Baseia-se num quadro estratégico organizado em cinco objetivos estratégicos (Eixos Prioritários) e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e um Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais.

O investimento total estimado para a concretização dos objetivos estratégicos e operacionais traçados no PENSAAR 2020 cifra-se em 3,7 mil milhões de euros, dos quais 2,3 mil milhões estão associados aos sistemas em baixa. A análise financeira apresentada no documento conclui que os fundos comunitários vão financiar apenas 20% do investimento global previsto.

Deste modo, as tarifas são o recurso principal de financiamento dos investimentos necessários, mas só asseguram um fluxo financeiro ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, por isso, necessário recorrer a outros recursos financeiros, designadamente empréstimos bancários, emissão de obrigações, capitais próprios e fundos de pensões.

O Despacho n.º 6747/2015, de 8 de junho, criou o Grupo de Apoio à Gestão (GAG) do PENSAAR 2020 e determinou a respetiva constituição e competências. Nos termos do n.º 8 deste diploma, o GAG deve apresentar publicamente, e com periodicidade anual, um relatório de avaliação desta estratégia, através do qual é efetuada a análise da sua implementação.

De um modo geral, nos termos do segundo Relatório de Avaliação Anual do PENSAAR 2020, apresentado em dezembro de 2017, a evolução dos indicadores permanece positiva, em linha com o percurso que o setor tem vindo a desenvolver nas últimas duas décadas, merecendo especial destaque, pela positiva:

- ◆ O decréscimo do número de aglomerações que se encontram em contencioso nos três processos que Portugal tem em curso com a CE, tendo havido uma diminuição para 46 em 2016 (menos 10 do que em 2015) e mantendo-se este valor em 2017;
- ◆ A percentagem de alojamentos servidos por entidades gestoras em baixa com avaliação satisfatória no indicador de análises às águas residuais que melhorou para um valor de 83%;
- ◆ As entidades gestoras apresentam uma percentagem de 98,9% de água segura, com um número significativo a atingir o nível de excelência de 99% (meta 2020);

- ◆ 92% dos alojamentos abrangidos por entidades gestoras apresentam uma avaliação satisfatória na percentagem de ocorrência de falhas no abastecimento de água;
- ◆ 89% dos alojamentos abrangidos por entidades gestoras em baixa e 100% dos alojamentos abrangidos por entidades gestoras em alta têm uma avaliação satisfatória no destino que dão às águas residuais;
- ◆ 100% da população é abrangida por tarifários que garantem satisfatoriamente a acessibilidade económica aos serviços de água e de saneamento;
- ◆ 81% dos alojamentos na área do abastecimento de água e 80% no setor do saneamento encontram-se servidos por entidades gestoras com tarifário social implementado;
- ◆ Relativamente à cobertura de gastos, verificou-se uma melhoria considerável nos serviços em baixa, sendo que atualmente 48% dos alojamentos são servidos por entidades gestoras com avaliação satisfatória, ainda que se encontrem distantes da meta estabelecida.

Apesar da evolução positiva, os especialistas do GAG consideram que o setor da água ainda se depara com algumas situações preocupantes, destacando-se, pela negativa:

- ◆ Na componente em alta, verifica-se uma degradação da % de alojamentos servidos por entidades gestoras com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga, que baixa para 30%, bastante distante do objetivo de 80%;
- ◆ No domínio da qualidade de serviço no abastecimento de água e nas águas residuais, alguns indicadores merecem nota negativa, nomeadamente a avaria de condutas com decréscimo do valor que já se encontrava na meta 2020 para 86% e a ocorrência de inundações e colapsos estruturais em coletores que regridem para valores de 34% e 50%, respetivamente, bastante distantes do valor objetivado para 2020 (80%);
- ◆ Quanto à otimização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço e gestão eficiente de ativos e sua reabilitação, existe um conjunto de indicadores com valores distantes das metas, sendo que alguns deles sofreram uma regressão da evolução nos últimos dois anos, salientando-se a reabilitação de condutas e coletores com indicadores a medirem 23% e 9%, respetivamente;
- ◆ Parte da performance negativa no que diz respeito à utilização da capacidade instalada pode ser explicada pelos baixos níveis de adesão que se continuam a registar, com apenas 48% e 21% de alojamentos a apresentarem uma avaliação satisfatória no que concerne às entidades gestoras em baixa no abastecimento de água e aos sistemas em alta e em baixa no saneamento.

Por outro lado, existe um conjunto de indicadores com uma enorme inércia e que demonstram a necessidade de medidas adicionais para que convirjam para os objetivos:

- ◆ A percentagem de alojamentos abrangidos por soluções individuais de saneamento satisfatórias relativamente ao total de alojamentos sem acessibilidade física ao serviço é de apenas 5%, valor que se mantém nos últimos 4 anos.
- ◆ A percentagem de água reutilizada/água residual tratada mantém valores na ordem de 1%, enquanto que a produção de energia própria mantém valores de 2,2% na alta e 6,3% na baixa, situação que se afigura preocupante num contexto de escassez hídrica do país e de mitigação das alterações climáticas.
- ◆ Não existe uma tendência crescente da valorização de lamas como era expectável, nomeadamente nos dois últimos anos.

2.2.2. POSEUR

No âmbito do pacote de fundos comunitários Portugal 2020, o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) procura dar resposta às necessidades de investimento identificadas no âmbito do ciclo urbano da água e da melhoria da qualidade das massas de água, por via da implementação de medidas incluídas na estratégia sectorial (PENSAAR 2020) e também de outras medidas contidas nos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) não diretamente relacionadas com o setor urbano.

No domínio lato dos recursos hídricos, são objetivos prioritários melhorar a qualidade das massas de água e a utilização eficiente do recurso de forma a dar cumprimento ao estipulado na Diretiva Quadro da Água. Pretende-se, igualmente, executar os investimentos previstos nos PGBH e que não estão exclusivamente ligados ao tratamento das águas residuais urbanas, salvaguardando a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Os eixos prioritários do POSEUR e o seu financiamento global, cujo cofinanciamento comunitário ascende a 2,2 mil milhões de euros, encontram-se patentes na tabela infra.

Tabela 16 / Eixos prioritários do POSEUR e financiamento total

	Fundo de Coesão	Contrapartida Nacional	Financiamento Total
Eixo 1 – Apoiar Transição para uma Economia com Baixas Emissões Carbono em Todos Setores	757,0	133,6	890,6
Eixo 2 – Promover Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão e Prevenção Riscos	401,2	70,8	472,0
Eixo 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na Utilização dos Recursos	1.045,0	184,4	1.229,4
Eixo 4 – Assistência Técnica	49,5	8,7	58,2
TOTAL	2.252,7	397,5	2.650,2

Até dezembro de 2017 foram aprovadas pelo POSEUR 1.192 candidaturas com um investimento total de 1,7 mil milhões de euros, dos quais 1,3 mil milhões são financiados pelo Fundo de Coesão. Os beneficiários destes projetos executaram 201 milhões de euros, tendo já recebido 196 milhões de euros. Deste modo, este programa operacional fechou o ano com uma taxa de compromisso de 58% e uma taxa de execução de 9%.

Tabela 17 / Execução física e financeira dos eixos prioritários do POSEUR

	Investimento Total Apoiado (M€)	Fundo Aprovado (M€)	Fundo Executado (M€)	Taxa de Realização (%)
EIXO 1 – Apoiar Transição para uma Economia com Baixas Emissões Carbono em Todos Setores	471	287	23	8%
EIXO 2 – Promover Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão e Prevenção Riscos	414	327	65	20%
EIXO 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na Utilização dos Recursos	874	669	105	16%

Fonte: Boletim Mensal do POSEUR, dezembro de 2017

O POSEUR dispõe de 620 milhões de euros para o financiamento dos investimentos no ciclo urbano da água. Até ao momento, a Autoridade de Gestão aprovou 577 candidaturas, cujo investimento total ascende a 518 milhões de euros, dos quais 387 milhões correspondem a financiamento comunitário. Ou seja, 83% da dotação do Programa destinada ao ciclo urbano da água já se encontra comprometida. Importa, ainda, referir que a taxa de realização é de 22%, representando 85 milhões de euros.

2.3. ENTIDADE REGULADORA

Com a aprovação da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que institui a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) passa a estar integrada no elenco das entidades administrativas independentes.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os novos estatutos da ERSAR, operando a transformação desta entidade de instituto público para entidade administrativa independente. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR mantém-se adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio, não estando sujeita a superintendência ou tutela governamental no âmbito do exercício das suas funções de regulação e de supervisão.

A ERSAR tem por missão a regulação dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem como as funções de autoridade competente para a coordenação e fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano. O regulador visa assegurar a sustentabilidade global do setor, intervindo a três níveis:

1. Sustentabilidade social dos serviços, garantindo a proteção dos interesses dos utilizadores através do acesso ao serviço, da sua adequada qualidade e da razoabilidade do preço;
2. Sustentabilidade económica, infraestrutural e de recursos humanos das entidades gestoras;
3. Sustentabilidade ambiental na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição, a nível dos impactos dos serviços na água, no ar e no solo.

O modelo de regulação agora em pleno funcionamento observou um processo de consolidação a partir de 2003. A sua estratégia é definida por dois grandes planos de intervenção: num primeiro plano, pela regulação estrutural do setor; num segundo plano, pela regulação dos comportamentos das entidades gestoras (Fig. 26).

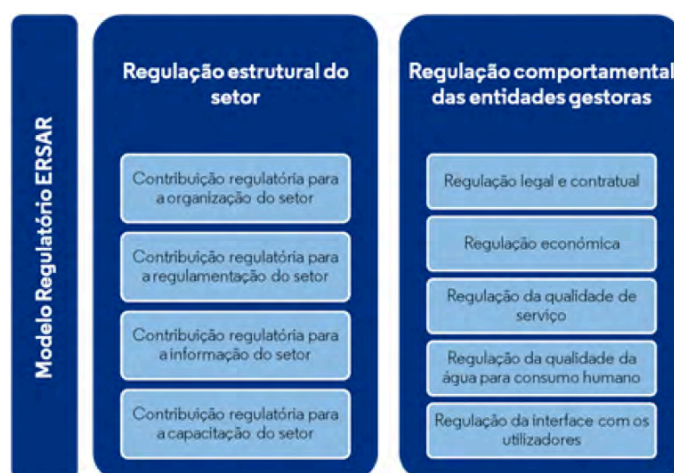


Fig. 26 | Modelo de regulação do setor da água

2.4. CARATERIZAÇÃO DO SETOR

Os últimos 20 anos marcaram uma evolução positiva da maior relevância na qualidade da água distribuída aos cidadãos portugueses e na qualidade do tratamento das águas residuais urbanas, traduzida em indicadores de qualidade e de cobertura que colocam Portugal ao nível dos países mais desenvolvidos da UE e do mundo.

No abastecimento de água verifica-se que, no início da década de 90, a cobertura deste serviço era de cerca de 80%, tendo esta percentagem, desde então, vindo a aumentar contínua e significativamente, para atingir 95% em 2011, com 99% nas zonas urbanas e 90% nas rurais. Está, portanto, assegurado o cumprimento do objetivo definido no PEAASAR 2007-2013 em relação ao abastecimento de água (95%).

De acordo com o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de 2017, publicado pela ERSAR com dados relativos a 2016, este valor não se alterou até 2014, registando-se em 2015 uma melhoria na cobertura do serviço de abastecimento de água, cujo valor alcançou os 96 % e se manteve em 2016. De notar que, apesar de ter sido ultrapassada a meta definida para a cobertura do serviço de abastecimento de água, calculada através do indicador acessibilidade física do serviço (AA01), se verifica que o valor da adesão ao serviço apresenta ainda potencialidade de melhoria, registando 85,8% em 2015, refletindo assim situações decorrentes da existência de alojamentos não habitados ou da utilização de origens alternativas de água.

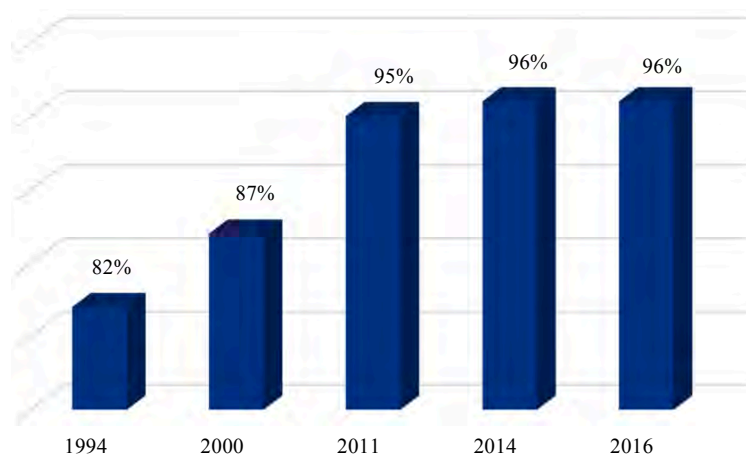


Fig. 27 | Evolução da cobertura de abastecimento de água (Fonte: PENSAAR 2020 e RASARP 2017)

Em relação às atividades de drenagem e tratamento de águas residuais persistem ainda dificuldades diversas no cumprimento das obrigações legais nacionais e comunitárias, apesar de se terem vindo a registar melhorias importantes. Em termos de evolução, a cobertura do serviço de saneamento tem vindo a aumentar na última década, ainda que a um ritmo mais lento quando comparado com o abastecimento de água.

Em 2016, segundo o RASARP 2017, a cobertura do serviço de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais era ainda de 83% e 82%, respetivamente, não tendo sido alcançado o objetivo estabelecido no PEAASAR II para 2013, de dotar 90% da população com rede de drenagem e com tratamento de águas residuais. No que diz respeito ao valor da adesão ao serviço de saneamento de águas residuais, este apresenta ainda potencial de melhoria, à semelhança do que se verifica no caso do abastecimento de água, registando 88,6% em 2016, refletindo assim situações decorrentes da utilização de soluções de tratamento individuais.

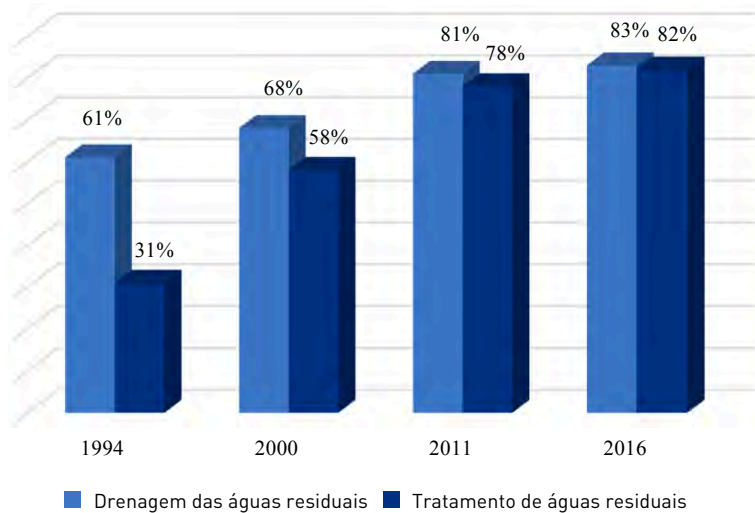


Fig. 28 | Evolução da cobertura de saneamento de águas residuais (Fonte: PENSAAR 2020 e RASARP 2017)

Em termos de qualidade da água verifica-se que em 2016, tal como nos anos anteriores, foi atingido praticamente o pleno em termos da percentagem de análises realizadas, com 99,92%, o que é uma evolução muito assinalável quando em 2000 este valor era de cerca de 80%. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, o RASARP 2017 informa que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99%, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta de uma forma consistente índices elevados.

O sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores definido pela ERSAR conta com 16 indicadores para cada área de atividade, agrupados em três subsistemas distintos:

- ◆ Indicadores que traduzem a defesa dos interesses dos utilizadores, correspondentes a aspetos que estão diretamente relacionados com a qualidade do serviço que lhes é prestado e por eles sentidos diretamente.
- ◆ Indicadores que traduzem a sustentabilidade da entidade gestora, correspondentes a aspetos relacionados com a sua capacidade económica e financeira, infraestrutural, operacional e de recursos humanos, necessária à garantia de uma prestação de serviço regular e contínua aos utilizadores.
- ◆ Indicadores que traduzem a sustentabilidade ambiental, correspondentes a aspetos relacionados com o impacto ambiental da atividade da entidade gestora, nomeadamente em termos de conservação dos recursos naturais.

Estes três subsistemas correspondem, aliás, aos principais objetivos da regulação: a proteção dos interesses dos utilizadores, como a otimização dos preços versus qualidade dos serviços, a salvaguarda da viabilidade das entidades gestoras e dos seus legítimos interesses e a salvaguarda dos aspetos ambientais.

No que concerne às entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água, os resultados do ano 2016 demonstram uma qualidade do serviço global positiva que se traduz em:

- ◆ 60% de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em baixa e 31% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 9% sem avaliação;
- ◆ 77% de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em alta e 21% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 2% sem avaliação.

Conclui-se que as avaliações boas e medianas representam mais de metade na vertente em baixa e mais de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço na vertente em baixa e cerca de um quinto na vertente em alta.

De forma semelhante, para as entidades gestoras de sistemas de saneamento de águas residuais, os resultados do ano 2016 evidenciam uma qualidade do serviço global positiva dado que:

- ◆ 51% de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em baixa e 30% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 19% sem avaliação;
- ◆ 60% de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em alta e 39% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 1% sem avaliação.

Conclui-se que as avaliações boas e medianas representam cerca de metade na vertente em baixa e cerca de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço na vertente em baixa e em alta.

NW

DESEMPENHO



1

2

3

1 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela **Águas do Porto, EM**, no ano de 2017, devendo ser lida em conjugação com as Demonstrações Financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

1.1. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido de 2017 ascendeu a 6 milhões de euros, registando uma diminuição superior a 500 mil euros relativamente ao resultado verificado em 2016.

Unidade: €	2017	2016	Δ% 2017-2016
Rendimentos totais	44 987 397,08	44 361 451,50	1,4%
Gastos totais (*)	38 961 587,02	37 785 913,15	3,1%
Resultado líquido	6 025 810,06	6 575 538,35	-8,4%

(*) inclui a estimativa para IRC

1.2. RENDIMENTOS TOTAIS

Neste exercício, os rendimentos totais ascenderam a 44,9 milhões, o que corresponde a um aumento de 625 milhares de euros.

Unidade: €	2017	2016	Δ% 2017-2016
Volume de negócios	41 221 731,74	40 290 246,03	2,3%
Subsídios à exploração	0,00	206 824,01	-100,0%
Trabalhos para a própria entidade	81 530,04	95 062,17	-14,2%
Reversões de imparidades	8 835,56	8 082,93	4,5%
Reversões de provisões	183 005,12	96 102,26	90,4%
Outros rendimentos	3 346 479,57	3 511 441,82	-4,7%
Juros e rendimentos similares	145 815,05	153 692,28	-5,1%
Rendimentos totais	44 987 397,08	44 361 451,50	1,4%

O aumento verificado nos rendimentos totais teve origem no crescimento do negócio conforme explicitado na nota 13.1 do anexo.

1.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS

A **Águas do Porto, EM**, viu o seu volume de negócios aumentar de 40,2 milhões de euros para 41,2 milhões de euros (+ 2,3%).

Unidade: €	2017	2016	Δ% 2017-2016
Vendas de mercadorias (Água)	22 549 530,66	21 771 240,05	3,6%
Serviços prestados e outros	18 672 201,08	18 519 005,98	0,8%
Volume de negócios	41 221 731,74	40 290 246,03	2,3%

1.3. GASTOS TOTAIS

Os gastos totais da empresa ascenderam a 38,9 milhões de euros no exercício em análise.

Unidade: €	2017	2016	Δ % 2017-2016
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9 700 018,92	9 463 968,31	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	8 665 792,92	8 166 562,41	6,1%
Gastos com o pessoal	10 546 129,62	9 987 299,33	5,6%
Imparidades de inventários	18 256,01	0,00	0,00%
Imparidades de dívidas a receber	782 138,51	680 615,76	14,9%
Provisões	162 317,51	513 964,77	-68,4%
Outros gastos	410 871,99	405 850,81	1,2%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 645 270,43	6 370 180,81	4,3%
Juros e gastos similares suportados	2 534,38	2 818,89	-10,1%
Imposto sobre o rendimento do período	2 028 256,73	2 194 652,06	-7,6%
Gastos totais	38 961 587,02	37 785 913,15	3,1%
% do volume de negócios	94,47%	93,78%	

As rubricas mais significativas são os gastos com o pessoal, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e os fornecimentos e serviços externos, que, globalmente, representaram 74% do total de gastos da empresa em 2017.

A análise desta rubrica está apresentada na nota 22.3.1 do Anexo.

Unidade: €	2017	2016	Δ % 2017-2016
Subcontratos	3 468 212,71	2 790 070,14	24,3%
Energia	171 336,10	1 057 466,41	-83,8%
Trabalhos especializados	2 227 211,90	1 578 439,58	41,1%
Comunicação	872 300,38	891 482,07	-2,2%
Encargos de cobrança	365 059,96	363 526,12	0,4%
Rendas e alugueres	520 326,40	400 330,42	30,0%
Conservação e reparação	134 915,83	350 658,24	-61,5%
Honorários	30 970,80	42 396,50	-26,9%
Seguros	213 103,80	198 645,37	7,3%
Publicidade	205 748,74	98 070,14	109,8%
Vigilância e segurança	122 359,94	110 002,87	11,2%
Outros fornecimentos e serviços	334 246,36	285 474,55	17,1%
Total	8 665 792,92	8 166 562,41	6,1%

1.4. MARGEM OPERACIONAL

No exercício de 2017, o EBITDA da Águas do Porto, EM, situou-se nos 14,5 milhões euros.

Unidade: €	2017	2016	Δ % 2017-2016
EBITDA	14 555 668,15	14 989 497,83	-2,9%
EBIT	7 910 786,12	8 619 317,02	-8,2%
Volume de negócios	41 221 731,74	40 290 246,03	2,3%
Margem EBITDA (%)	35,3%	37,2%	-5,1%
Margem EBIT (%)	19,2%	21,4%	-10,3%

EBITDA: Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

EBIT: Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de negócios

1.5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

No final de 2017, o ativo da Águas do Porto, EM, atingiu o montante de 163,9 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 129,9 e 33,9 milhões de euros, respetivamente.

Unidade: €	2017	2016	Δ % 2017-2016
Ativo não corrente	134 917 743,38	131 481 602,38	2,6%
Ativo corrente	29 031 236,24	30 185 918,17	-3,8%
Total do ativo	163 948 979,62	161 667 520,55	1,4%
Capital próprio	129 965 680,75	125 687 287,66	3,4%
Passivo não corrente	12 001 263,33	12 834 845,15	-6,5%
Passivo corrente	21 982 035,54	23 145 387,74	-5,0%
Total do passivo	33 983 298,87	35 980 232,89	-5,6%
Total do capital próprio e do passivo	163 948 979,62	161 667 520,55	1,4%

Tal como sucedeu em anos anteriores, a empresa fechou o ano de 2017 com uma sólida situação financeira caracterizada por uma autonomia financeira de 79,27%.

Indicadores	2017	2016	Δ % 2017-2016
Indicadores de eficiência			
Gastos operacionais / EBITDA	2,54	2,37	6,8%
Gastos com o pessoal / EBITDA	0,72	0,67	8,7%
Indicadores de comportabilidade de investimento			
Autonomia financeira	79,27%	77,74%	2,0%
Rácio de solvabilidade	3,8	3,5	9,5%
Liquidez geral	1,73	1,68	2,9%
Prazos médios			
Prazo médio de pagamento	30	49	-38,0%
Prazo médio de recebimento	29	29	1,7%
Indicadores de rentabilidade e crescimento			
Margem EBITDA	35,3%	37,2%	-5,1%
Margem EBIT	19,2%	21,4%	-10,3%
Indicadores de remuneração do capital investido			
Resultado líquido / Capital subscrito	0,075	0,082	-8,4%

Autonomia financeira = Capital próprio / ativo total líquido

Rácio de solvabilidade = Capital próprio / Passivo total

Liquidez geral = (Ativo corrente - Diferimentos ativo) / (Passivo corrente - Diferimentos passivo)

1.6. CASH FLOW

Unidade: €	2017	2016	Δ % 2017-2016
Fluxos de caixa operacionais	8 710 632,99	10 551 174,47	-17,4%
Fluxos de caixa de investimento	-8 751 344,50	-5 283 764,78	65,6%
Fluxos de caixa de financiamento	-650 000,00	-2 000 000,00	-67,5%
Varição de caixa e seus equivalentes	-690 711,51	3 267 409,69	-121,1%
Caixa e seus equivalentes no início do período	14 105 517,68	10 838 107,99	30,1%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13 414 806,17	14 105 517,68	-4,9%

Os fluxos de caixa de investimento, líquidos de subsídios obtidos, e os dividendos pagos ao Município do Porto, foram financiados pelos fluxos de caixa operacionais.

Deste modo, o autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade da empresa.

2

VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao dever de prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e equilíbrio financeiro da **Águas do Porto, EM**, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.º 53 -F/2006, de 29 de dezembro, e n.º 55/2011, de 15 de novembro.

Nos termos do n.º 6.º do Artigo 32.º deste diploma legal, o desempenho das empresas locais deve ser objeto de avaliação anual dos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira que sustentaram a constituição das empresas e da atual situação económica e financeira. Esta informação tem de ser obrigatoriamente comunicada à Inspeção-Geral de Finanças.

No caso da **Águas do Porto, EM**, o objetivo principal deste relatório prende-se com a necessidade de comprovar perante as autoridades competentes que a empresa não se enquadra nas disposições do Artigo 62.º que estabelece os critérios económicos e financeiros que conduzem à dissolução das empresas locais.

O novo regime jurídico da atividade empresarial local determina a extinção de empresas locais, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

Quando se verifique que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;

Quando se verifique que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

Quando se verifique que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Em 2017, a **Águas do Porto, EM**, operou segundo um modelo organizativo e económico-financeiro que resultou dos estudos de viabilidade económica e financeira que fundamentaram a sua constituição, em outubro de 2006, ainda, portanto, ao abrigo da, entretanto revogada, Lei n.º 58/98, de 18 de agosto.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em março de 2007, procedeu-se à alteração dos Estatutos da empresa tendo o seu âmbito de atuação sido alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”. Assegurou-se, por esta via, a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando as seguintes atividades:

- ◆ Distribuição de água;
- ◆ Drenagem e tratamento de águas residuais;
- ◆ Drenagem de águas pluviais;
- ◆ Gestão de ribeiras
- ◆ Gestão de praias;
- ◆ Promoção da educação ambiental e da participação pública.

Perante a especificidade do modelo de negócio atualmente desenvolvido e a distância temporal, não é tecnicamente possível fazer uma análise comparativa entre o desempenho de 2017 e a efetiva situação económica e financeira e as projeções decorrentes dos estudos de viabilidade económico-financeira que presidiram à sua constituição.

No entanto, o desempenho da atividade económica e financeira de 2017 resumido nos quadros seguintes, permite concluir que a **Águas do Porto, EM**, conseguiu dar plena execução às projeções económico-financeiras constantes dos seus Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para 2017.

Relativamente à efetiva situação económica e financeira da empresa, apresenta-se, seguidamente, um mapa com os principais agregados económico-financeiros para o período 2018-2020, conforme os IGP devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e Assembleia-Geral da empresa e os valores efetivos referentes a 31 de dezembro de 2017.

Agregados Económico-Financeiros	2017	Projeção		
		2018	2019	2020
RESULTADOS				
Resultado Operacional	7 910 786	6 038 728	5 489 413	5 219 281
Resultado Antes de Impostos	8 054 067	6 192 138	5 644 828	5 376 149
Resultado Líquido do Período	6 025 810	4 660 834	4 253 088	4 052 923
RENDIMENTOS E GANHOS				
Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados	41 221 732	41 411 129	41 577 479	41 672 886
GASTOS E PERDAS				
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9 700 019	9 615 759	9 924 409	9 965 681
Fornecimentos e Serviços Externos	8 665 793	9 430 110	9 330 110	9 330 110
Gastos com o Pessoal	10 546 130	11 330 868	11 411 225	11 473 118
Gastos de Depreciação e Amortização	6 644 882	7 262 792	7 739 225	8 089 005
BALANÇO				
Total do Ativo	163 948 980	164 710 216	169 559 767	170 528 561
Total do Passivo	33 983 299	34 920 807	33 594 804	30 492 062
Total do Capital Próprio	129 965 681	129 789 409	135 964 964	140 036 499
FLUXOS DE TESOURARIA				
Atividades Operacionais	8 710 633	8 622 514	9 434 137	9 777 146
Atividades de Investimento	-8 751 345	-13 706 355	-6 753 566	-7 348 180
Atividades de Financiamento	-650 000	-5 824 757	-824 757	-824 757
INDICADORES				
Liquidez Geral (AC-DFA)/(PC-DFP) x100	173%	104%	122%	152%
Autonomia Financeira (%)	79%	79%	80%	82%

AC – Ativo Corrente

DFA – Diferimentos Ativo

PC – Passivo Corrente

DFP – Diferimentos Passivo

CP – Capital Próprio

PNC - Passivo não Corrente

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

AI – Ativos Intangíveis

Artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

a) Nos últimos três anos, as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respectivos exercícios:

Ano	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos	% de vendas e prestação de serviços nos gastos totais incorridos
2015	38 156 450,26	35 552 381,41	107,3%
2016	40 290 246,03	35 591 261,09	113,2%
2017	41 221 731,74	36 933 330,29	111,6%

NÃO CUMPRE O CRITÉRIO DE DISSOLUÇÃO

b) Nos últimos três anos, o peso contributivo do subsídio é inferior a 50% das receitas:

Ano	Vendas, serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% do subsídio na prestação de serviços e outros rendimentos
2015	42 363 364,46	152 759,75	0,4%
2016	44 008 511,86	206 824,01	0,5%
2017	44 568 211,31	0,00	0,0%

NÃO CUMPRE O CRITÉRIO DE DISSOLUÇÃO

c) Nos últimos três anos, o EBITDA é positivo:

Ano	Resultado operacional	Depreciações e amortizações	EBITDA
2015	7 928 637,80	7 276 076,57	15 204 714,37
2016	8 619 317,02	6 370 180,81	14 989 497,83
2017	7 910 786,12	6 644 882,03	14 555 668,15

NÃO CUMPRE O CRITÉRIO DE DISSOLUÇÃO

d) Nos últimos três anos, o resultado líquido é positivo:

Ano	Resultado líquido
2015	6 296 992,51
2016	6 575 538,35
2017	6 025 810,06

NÃO CUMPRE O CRITÉRIO DE DISSOLUÇÃO

3

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

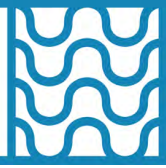
O Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, propõe, nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, assim como do Artigo 26.º dos Estatutos da empresa, que o resultado líquido do exercício de 2017, cujo montante ascende a € 6.025.810,06 tenha a seguinte aplicação:

- a) Reserva Legal (10%): € 602.581,00;
- b) Participação nos resultados pelos trabalhadores, conforme disposto na cláusula 67ª do Acordo de Empresa celebrado com o Sindicato dos Trabalhadores de Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, em 20.06.2017: € 144.178,00
- c) Resultados Transitados: € 5.279.051,06.

V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Porto.
Águas
do Porto



1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

QUADRO A - BALANÇO		Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Rubricas	Notas		
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	9	134 448 172,13	131 363 798,68
Ativos intangíveis	8	451 248,23	105 963,37
Outros investimentos financeiros		18 323,02	11 840,33
		134 917 743,38	131 481 602,38
ATIVO CORRENTE			
Inventários	12; 11,2	222 987,65	212 735,49
Clientes	11.1; 19.1	3 331 002,35	3 219 760,76
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	104 307,92	85 888,34
Outros créditos a receber	19.4	11 748 241,31	12 312 562,67
Diferimentos	22.2.1	209 890,84	249 453,23
Caixa e depósitos bancários	5	13 414 806,17	14 105 517,68
		29 031 236,24	30 185 918,17
TOTAL DO ATIVO		163 948 979,62	161 667 520,55
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	7; 19.5	80 000 000,00	80 000 000,00
Reservas legais	Quadro C; 19.5	2 877 859,63	2 220 305,80
Resultados transitados	Quadro C; 19.5	15 995 846,15	10 727 861,63
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Quadro C; 15	25 066 164,91	26 163 581,88
		123 939 870,69	119 111 749,31
Resultado líquido do período	Quadro B	6 025 810,06	6 575 538,35
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		129 965 680,75	125 687 287,66
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	14.1	4 723 989,72	5 238 966,55
Outras dívidas a pagar – Impostos relacionados com subsídios	15.2; 17.2	7 277 273,61	7 595 878,60
		12 001 263,33	12 834 845,15
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	19.2	1 528 092,64	2 405 110,08
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	453 601,85	1 003 052,42
Outras dívidas a pagar	19.4	14 711 090,21	14 433 630,82
Diferimentos	22.2.2	5 289 250,84	5 303 594,42
		21 982 035,54	23 145 387,74
TOTAL DO PASSIVO		33 983 298,87	35 980 232,89
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		163 948 979,62	161 667 520,55

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

QUADRO B – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA		Períodos	
		2017	2016
Rendimentos e Gastos	Notas		
Vendas e serviços prestados	13.1	41 221 731,74	40 290 246,03
Subsídios à exploração		0,00	206 824,01
Trabalhos para a própria entidade		81 530,04	95 062,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-9 700 018,92	-9 463 968,31
Fornecimentos e serviços externos	22.3.1	-8 665 792,92	-8 166 562,41
Gastos com o pessoal	20	-10 546 129,62	-9 987 299,33
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11.2	-18 256,01	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1	-773 691,35	-672 532,83
Provisões (aumentos/reduções)	14.1	20 687,61	-417 862,51
Outros rendimentos	13.2	3 346 479,57	3 511 441,82
Outros gastos	22.3.2	-410 871,99	-405 850,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 555 668,15	14 989 497,83
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8; 9	-6 644 882,03	-6 370 180,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 910 786,12	8 619 317,02
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	145 815,05	153 692,28
Juros e gastos similares suportados		-2 534,38	-2 818,89
Resultado antes de impostos		8 054 066,79	8 770 190,41
Imposto sobre o rendimento do período	17.3; 17.4	-2 028 256,73	-2 194 652,06
Resultado líquido do período		6 025 810,06	6 575 538,35
Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital Subscrito)		0,075	0,082

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

QUADRO C – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2016	80 000 000,00	1 590 606,55	7 060 568,37	23 781 436,32	6 296 992,51	118 729 603,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contábilístico						
Alterações de políticas contábilísticas						
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						
Subsídios ao investimento				4 921 659,83		4 921 659,83
Reconhecimento no período				-1 641 099,63		-1 641 099,63
Ajustamentos por impostos diferidos				-691 590,63		-691 590,63
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-206 824,01		-206 824,01
	0,00	0,00	0,00	2 382 145,56	0,00	2 382 145,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 575 538,35	6 575 538,35
RESULTADO INTEGRAL					6 575 538,35	6 575 538,35
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Reduções de capital						
Distribuições					-2 000 000,00	-2 000 000,00
Entradas para coberturas de perdas						
Outras operações:						
Aplicação do Resultado		629 699,25	3 667 293,26		-4 296 992,51	0,00
	0,00	629 699,25	3 667 293,26	0,00	-6 296 992,51	-2 000 000,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2016	80 000 000,00	2 220 305,80	10 727 861,63	26 163 581,88	6 575 538,35	125 687 287,66

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2017	80 000 000,00	2 220 305,80	10 727 861,63	26 163 581,88	6 575 538,35	125 687 287,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contábilístico						
Alterações de políticas contábilísticas						
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						
Subsídios ao investimento				69 781,97		69 781,97
Reconhecimento no período				-1 485 803,93		-1 485 803,93
Ajustamentos por impostos diferidos				318 604,99		318 604,99
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
	0,00	0,00	0,00	-1 097 416,97	0,00	-1 097 416,97
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 025 810,06	6 025 810,06
RESULTADO INTEGRAL					6 025 810,06	6 025 810,06
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições					-650 000,00	-650 000,00
Entradas para coberturas de perdas						
Outras operações:						
Aplicação do Resultado		657 553,83	5 267 984,52		-5 925 538,35	0,00
	0,00	657 553,83	5 267 984,52	0,00	-6 575 538,35	-650 000,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2017	80 000 000,00	2 877 859,63	15 995 846,15	25 066 164,91	6 025 810,06	129 965 680,75

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

QUADRO D – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Períodos	
		2017	2016
RUBRICAS	Notas		
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		43 824 619,68	42 723 369,86
Pagamentos a fornecedores		-21 426 027,46	-19 596 778,28
Pagamentos ao pessoal		-11 116 085,33	-10 501 047,27
Caixa gerada pelas operações		11 282 506,89	12 625 544,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 585 783,31	-2 168 275,42
Outros recebimentos/pagamentos		13 909,41	93 905,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8 710 832,99	10 551 174,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-9 996 090,86	-7 473 746,06
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			0,00
Subsídios ao investimento		1 238 942,98	2 183 721,66
Juros e rendimentos similares		5 803,38	6 259,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8 751 344,50	-5 283 764,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		-650 000,00	-2 000 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-650 000,00	-2 000 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-690 711,51	3 267 409,69
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	14 105 517,68	10 838 107,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	13 414 806,17	14 105 517,68

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da Entidade: CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; e realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas do Porto, EM**, foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do Artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos da **Águas do Porto, EM**, foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2. Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, na preparação das demonstrações financeiras, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2% - 12,5%

Equipamento básico – 2% - 25,00%

Equipamento de transporte – 25 %

Ferramentas e utensílios – 14,28% – 25%

Equipamento administrativo – 12,50% – 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 12,50% – 33,33%

Bens de valor reduzido – 100,00%

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até três meses.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 7.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos subsídios ao investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87º - A do CIRC, assim como a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. [Ver alínea l)].

h) Provisões

A **Águas do Porto, EM**, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação atuarial é refletido em gastos do período na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados e outras responsabilidades com ex-trabalhadores

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao ano de 2017.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

k) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 31 de dezembro de 2017, são os mesmos objetos de divulgação no anexo.

l) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

m) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

5. FLUXOS DE CAIXA

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	2.503,69	2.724,46
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.412.302,48	6.852.793,22
Outras Disponibilidades – Depósitos a Curto Prazo	10.000.000,00	7.250.000,00
	13.414.806,17	14.105.517,68

Conforme nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a € 2.946.380,17. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Nada de relevante a assinalar.

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. Empresa mãe e entidades relacionadas

O capital social ascende a €80.000.000, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à **Águas do Porto, EM**, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na nota 20.

Não existem benefícios pós emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Saldos e transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações registados no período com o Grupo CMPorto são os seguintes:

Saldos		
	Saldo Devedor	Saldo Credor
C.M.P.	72 190,39	145 899,57
Domus Social	3 531,22	0,00
Porto Lazer	4 544,45	0,00
G.O.P.	22,01	-2 137,89

Transações				
	Ativos	Gastos	Rendimentos	Dividendos
C.M.P.	102 738,55	25 861,06	1 061 240,17	513 500,00
Domus Social	0,00	0,00	39 410,53	0,00
Porto Lazer	0,00	3,35	55 261,42	0,00
G.O.P.	470,33	0,00	15 263,27	0,00

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Conforme explicitado na nota 4 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

ATIVO NÃO CORRENTE

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de Computadores	740 034,12	45 537,00	-63 751,73	-47 622,86	674 196,53
Propriedade Industrial	217,20	0,00	0,00	0,00	217,20
Direito de Superfície	0,00	39 309,97	0,00	0,00	39 309,97
Investimentos em curso	0,00	317 767,00	0,00	0,00	317 767,00
	740 251,32	402 613,97	-63 751,73	-47 622,86	1 031 490,70

AMORTIZAÇÕES

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de Computadores	634 237,29	56 783,26	-47 622,86	-63 751,73	579 645,96
Propriedade Industrial	50,66	21,72	0,00	0,00	72,38
Direito de Superfície	0,00	524,13	0,00	0,00	524,13
	634 287,95	57 329,11	-47 622,86	-63 751,73	580 242,47
Valor Líquido	€ 105 963,37				€ 451 248,23

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Conforme explicitado na nota 4 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O saldo inicial das rubricas *Edifícios e Outras Construções* e *Equipamento Básico* inclui € 4.724.284 relativos ao IMT referente à transmissão dos imóveis do ex-SMAS do Porto para o seu ativo, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006 e depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Atualmente, a **Águas do Porto, EM**, mantém um diferendo com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) uma vez que, na sequência de uma ação inspetiva em sede do IMT, a empresa foi notificada para o pagamento do IMT. Foi interposta uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas do Porto, EM**, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desreconhecimento deste ativo, respetivas depreciações acumuladas, e provisões registadas até 2013.

ATIVO NÃO CORRENTE

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	21 693 755,22	0,00	0,00	0,00	21 693 755,22
Edifícios e outras construções	4 609 703,69	0,00	686 728,42	0,00	5 296 432,11
Equipamento básico	177 496 921,53	530 568,08	3 742 528,52	-715 348,40	181 054 669,73
Equipamento de transporte	1 815 982,09	113 970,00	0,00	-185 112,68	1 744 839,41
Equipamento administrativo	4 319 191,37	128 249,64	63 751,73	-123 441,81	4 387 750,93
Outros ativos fixos tangíveis	1 955 690,77	221 033,33	0,00	-465,00	2 176 259,10
Investimentos em curso	6 400 856,30	8 833 407,49	-4 429 256,94	0,00	10 805 006,85
	218 292 100,97	9 827 228,54	63 751,73	-1 024 367,89	227 158 713,35

DEPRECIAÇÕES

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	882 844,13	101 837,94	0,00	0,00	984 682,07
Equipamento básico	78 708 939,28	6 192 137,26	-560 434,63	0,00	84 340 641,91
Equipamento de transporte	1 598 549,90	56 081,06	-185 112,68	0,00	1 469 518,28
Equipamento administrativo	3 954 259,22	164 186,80	-123 441,81	63 751,73	4 058 755,94
Outros ativos fixos tangíveis	1 783 709,76	73 698,26	-465,00	0,00	1 856 943,02
	86 928 302,29	6 587 941,32	-869 454,12	63 751,73	92 710 541,22
Valor Líquido	€ 131 363 798,68			€ 134 448 172,13	

10. LOCAÇÕES

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de "Rendas e Alugueres" estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, no montante anual de € 346.158,49, como a seguir se apresenta:

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)	Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
04-NS-99	30/05/2013	30/05/2018	617,06 €	37-NO-90	22/03/2013	19/03/2018	360,37 €
30-NS-84	31/05/2013	30/05/2018	617,06 €	37-NO-92	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
30-NS-85	31/05/2013	30/05/2018	617,06 €	37-NO-93	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
30-NS-86	31/05/2013	30/05/2018	617,06 €	37-NO-95	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
30-NS-87	31/05/2013	30/05/2018	617,06 €	37-NO-96	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
95-NR-80	28/05/2013	27/05/2018	617,06 €	38-NO-00	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
60-NR-35	23/05/2013	22/05/2018	352,32 €	38-NO-07	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
60-NR-36	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-08	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
60-NR-37	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-10	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-38	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-11	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-39	23/05/2013	22/05/2018	352,32 €	38-NO-12	20/03/2013	19/03/2018	360,37 €
60-NR-40	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-15	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-41	23/05/2013	22/05/2018	352,32 €	38-NO-17	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-42	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-18	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-43	21/05/2013	20/05/2018	352,32 €	38-NO-19	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €
60-NR-44	23/05/2013	22/05/2018	352,32 €	32-NQ-00	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
60-NR-45	23/05/2013	22/05/2018	352,32 €	32-NQ-01	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
85-NQ-90	08/05/2013	07/05/2018	352,32 €	32-NQ-02	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
85-NQ-91	08/05/2013	07/05/2018	352,32 €	32-NQ-03	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
85-NQ-92	08/05/2013	07/05/2018	352,32 €	32-NQ-04	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
85-NQ-93	08/05/2013	07/05/2018	352,32 €	32-NQ-05	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-43	02/05/2013	01/05/2018	447,44 €	32-NQ-07	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-44	02/05/2013	01/05/2018	447,44 €	32-NQ-08	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-36	02/05/2013	01/05/2018	523,47 €	32-NQ-09	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-37	02/05/2013	01/05/2018	523,47 €	32-NQ-10	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-38	02/05/2013	01/05/2018	523,47 €	32-NQ-11	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
41-NQ-39	02/05/2013	01/05/2018	523,47 €	32-NQ-12	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
05-NS-24	30/05/2013	29/05/2018	646,77 €	32-NQ-13	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
05-NS-25	30/05/2013	29/05/2018	646,77 €	32-NQ-14	29/04/2013	28/04/2018	351,17 €
05-NS-26	30/05/2013	29/05/2018	646,77 €	87-NQ-61	08/05/2013	07/05/2018	462,74 €
05-NS-27	30/05/2013	29/05/2018	646,77 €	87-NQ-62	08/05/2013	07/05/2018	462,74 €
45-NR-67	21/03/2014	20/05/2018	497,17 €	87-NQ-63	08/05/2013	07/05/2018	462,74 €
31-NQ-96	29/04/2013	28/04/2018	360,37 €	00-QZ-48	16/02/2016	15/02/2018	490,32 €
31-NQ-97	29/04/2013	28/04/2018	360,37 €	09-QR-80	15/10/2015	14/10/2017	277,32 €
31-NQ-98	29/04/2013	28/04/2018	360,37 €	09-QR-81	15/10/2015	14/10/2017	277,32 €
31-NQ-99	29/04/2013	28/04/2018	360,37 €	46-PL-12	18/04/2016	17/08/2018	418,25 €
37-NO-88	22/03/2013	21/03/2018	360,37 €	57-JT-39	23/11/2016	22/11/2017	360,79 €
37-NO-89	22/03/2013	19/03/2018	360,37 €	71-SZ-80	19/05/2017	19/05/2022	413,34 €

Os contratos entretanto terminados foram prorrogados temporariamente até entrega dos novos veículos, decorrentes do novo procedimento concursal que se encontra na sua fase final.

11. IMPARIDADE DE ATIVOS

11.1. Em Dívidas a Receber

O reforço registado decorre da normal evolução do negócio, não se tendo registado situações excecionais.

AJUSTAMENTOS

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes de Cobrança Duvidosa	9 602 571,26	782 138,51	8 477,16	19 893,09	10 356 369,52
	9 602 571,26	782 138,51	8 447,16	19 893,09	10 356 369,52

O reforço e a reversão de imparidades foram relevadas nos gastos e rendimentos, respetivamente.

11.2. Em Inventários

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão/Utilização	Saldo Final
Existências:				
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	18 256,01	0,00	18 256,01
	0,00	18 256,01	0,00	18 256,01

12. INVENTÁRIOS

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na nota 4 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas de vidro adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental do consumo de água divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, e que se encontram à venda em diversos locais da cidade.

	2017		2016	
	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	52 083,55	150 441,94	15 499,89	171 815,43
Compras	8 939 009,88	792 089,17	8 568.909,00	912 467,82
Regularização existências -débito	3 353,16	6 300,50	2 198,34	0,00
Regularização existências -crédito	0,00	0,00	4 275,51	0,00
Existências finais	41 863,99	182 087,97	52 083,55	150 441,94
C.M.V.M.C.	8 945 876,28	754 142,64	8 534 402,51	929 565,80
TOTAL	9 700 018,92		9 463 968,31	

As existências finais não correspondem ao valor apresentado no balanço na rubrica “Inventários”, devido ao facto de ter sido constituído um adiantamento por conta de compras no montante de € 17. 291,70 e uma imparidade no montante de € 18 256, 01.

13. RÉDITO

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes aos anos de 2017 e de 2016 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

	2017	2016
Tarifa de Disponibilidade de Água	6 743 157,99	6 817 510,24
Tarifa de Consumo de Água	22 549 530,66	21 770 395,05
Tarifa de Disponibilidade de Saneamento	2 526 677,87	2 533 879,31
Tarifa de Saneamento	7 768 949,23	7 531 762,29
Outras Vendas	1 254,65	845,00
Outros Serviços Prestados	1 632 161,34	1 635 854,14
TOTAL	41 221 731,74	40 290 246,03

Em 2017 o tarifário sofreu uma redução de 2 p.p.. No entanto, o aumento registado no consumo dos clientes, nomeadamente ao nível dos clientes domésticos e comércio, mais que compensou esta redução, registando-se assim um aumento face ao período homólogo superior a € 900.000,00.

13.2. Outros Rendimentos

	2017	2016
Rendimentos suplementares	347 335,46	330 964,07
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	24 155,00	40 690,96
Imputação de subsídios ao investimento	1 485 803,93	1 641 099,63
Reconhecimento de ramais e outros	455 440,16	438 942,84
Taxas de justiça e encargos de penhoras	439 103,28	605 466,26
Descontos p.p. obtidos	48 971,87	36 048,68
Outros	545 669,87	418 229,38
TOTAL	3 346 479,57	3 511 441,82

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação da tarifa de resíduos sólidos em nome e por conta do Município do Porto e a partir de 1 de setembro, por conta da EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA no valor de € 301.434, bem como o rédito proveniente de multas e contra ordens, no montante de € 29.872.

O valor registado na rubrica “Imputação de Subsídios ao Investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes. A diminuição verificada nesta rubrica reflete o término do reconhecimento de equipamentos das ETAR.

Na rubrica “Reconhecimento de Ramais e Outros” está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a Reconhecer” (nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de Justiça e Encargos de Penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

	2017	2016
JUROS OBTIDOS:		
De depósitos bancários	5 847,65	9 182,92
Juros de mora em tribunal	101 154,94	104 763,04
Juros de recebimentos em prestações	6 108,87	5 988,22
Outros juros	32 703,59	33 758,10
	145 815,05	153 692,28

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões

Provisões	Situação Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Transferências	Saldo Final
Impostos	847 236,79	0,00	95 017,09	0,00	-704 702,11	47 517,59
Processos Judiciais em curso	349 199,76	0,00	87.988,03	11.996,71	704 702,11	953 917,13
Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	1 026 490,00	97 785,00	0,00	23 807,00	0,00	1 100 468,00
Outras Provisões	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00
Responsabilidades atuariais	2 766 040,00	64 532,51	0,00	458 485,51	0,00	2 372 087,00
TOTAL	5 238 966,55	162 317,51	183 005,12	494 289,22	0,00	4 723 989,72

O valor registado em “Provisões para Impostos” corresponde ao valor decorrente da notificação pela Autoridade Tributária da ilegitimidade da isenção em vigor para alguns imóveis em sede de IMI, tendo a **Águas do Porto, EM**, apresentado a competente contestação.

Foi ainda registada a reversão de parte da provisão existente por caducidade do direito de liquidação por parte da A.T.

O saldo da rubrica “Provisões para Processos Judiciais em Curso” integra o reconhecimento do IMT efetuado até 2013, em consequência de notificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, do imposto (IMT) que seria devido aquando da constituição da Empresa através da entrega de bens imóveis para realização do capital. (Ver nota 9).

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei nº 151-A/2013 de 31 de outubro, a Empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial. O imposto pago foi registado na rubrica de ativos fixos tangíveis, e está a ser reconhecido na demonstração dos resultados em função da depreciação do ativo subjacente

Esta rubrica reflete ainda a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais, cujo risco foi estimado pelo gabinete jurídico.

O saldo da rubrica “Responsabilidades Atuariais” corresponde à atualização da avaliação atuarial em 31.12.2017, conforme a seguir se apresenta:

	31/12/2016	31/12/2017
Taxa de desconto		0,90%
Tábua de mortalidade		TV 88/90
Taxa de crescimento das pensões		1,00%

Grupo Populacional	VAPP 31/12/2017
Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988	2.240.731
Responsabilidades por acidente/doença profissional *	523.983
Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas	131.356
Responsabilidades por falecimentos ao serviço *	576.485
TOTAL	3.472.555

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em 2014, os gastos estimados para responsabilidades com o pessoal:

- a) Por não entrega de descontos no período de 1973-1988;
- b) Por acidente/doença profissional;
- c) Decorrente da extinção da Caixa de Reformas;
- d) Por falecimentos ao serviço;

Foram objeto de avaliação atuarial pela *Mercer SA* conforme descrito no Relatório e Contas de 2014.

Em 2017 foi efetuada a atualização da avaliação pela mesma entidade das responsabilidades acima descritas, tendo o gasto ascendido a €162.318.

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

15. SUBSÍDIOS

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados nas tabelas 10 e 11 do ponto 5.2 do Relatório de Gestão.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

Conta	Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
5931101	Fundo de Coesão	9 984 355	6 551 797	393 270	3 039 288
5931102	ETAR do Freixo	17 191 724	6 843 552	323 298	10 024 874
5931103	ETAR de Sobreiras	7 040 606	2 777 639	132 334	4 130 633
59312	Outros subsídios do Governo	506 039	398 593	59 708	47 738
5931401	IFDR - Reconhecimento	14 292 252	2 278 279	577 195	11 436 778
5931400	Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	3 664 126	0,00	0,00	3 664 126
		52 679 102	18 849 860	1 485 805	32 343 437
	Impostos relacionados com subsídios (nota 17.2)				-7 277 274
	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				25 066 163

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

16.1. Autorização para Emissão

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão na presente data pelo Conselho de Administração.

16.2. Eventos Subsequentes

Em março de 2018 foi obtido o visto do Tribunal de Contas referente ao contrato de locação operacional decorrente de procedimento concursal, efetuado em conjunto com o Município do Porto. O contrato foi assinado neste mês, prevendo-se o início de entrega dos veículos a partir de abril.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Impostos Correntes

a) A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87º - A do CIRC, assim como a tributação autónoma aplicável.

b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

17.2. Impostos Relacionados com Subsídios

Estão contabilizados na rubrica "Impostos relacionados com Subsídios" os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, relacionados com os ativos fixos tangíveis depreciáveis registados no capital próprio.

Rubrica	2017	2016
Impostos relacionados com subsídios	7 277 273,61	7 595 878,60

17.3. Resumo dos Impostos Correntes e Relacionados com Subsídios ao Investimento

	Balço		Demonstração dos Resultados
	Passivo	Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio	
Impostos correntes relacionados com subsídios ao investimento			
SALDO INICIAL	7 595 878,60		
Entradas	17 220,94	17 220,94	
Reconhecimento	-335 825,90	-335 825,90	
SALDO FINAL	7 277 273,61	318 604,99	
IMPOSTO ESTIMADO PARA O PERÍODO			
Tributação Autónoma			34 153,93
IRC do exercício			1 994 102,80
			2 028 256,73
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 17.4)			2 028 256,73

17.4. Relacionamento entre gasto de imposto e lucro contabilístico

Rubricas	Valor
Resultado antes de impostos	8 054 066,79
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	21 130,29
Multas, coimas e demais encargos	2 974,13
Insuficiência da estimativa de imposto de períodos anteriores	24 218,39
	8 102 389,60
Benefícios fiscais	142 015,80
Excesso da estimativa de IRC de períodos anteriores	0,00
Lucro Tributável	7 960 373,80
Imposto à taxa normal	1 671 678,50
Derrama estadual	203 018,69
Derrama municipal	119 405,61
Tributação autónoma	34 153,93
Total de imposto a pagar	2 028 256,73

17.5. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 31 de dezembro de 2017, a Águas do Porto, EM, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no ponto 4.1.4 no Relatório de Gestão.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 é demonstrada na tabela seguinte:

	2017	2016
Clientes Conta Corrente	3 331 002,35	3 219 760,76
Clientes de Cobrança Duvidosa	10 356 369,52	9 602 571,26
Imparidades Acumuladas	-10 356 369,52	-9 602 571,26
	3 331 002,35	3 219 760,76

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 era a seguinte:

	2017	2016
Fornecedores Conta Corrente	1 480 115,65	2 387 795,93
Fornecedores em Reclamação/Contencioso	8 493,48	8 493,48
Fornecedores com Receção e Conferência	39 483,51	8 820,67
	1 528 092,64	2 405 110,08

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o Rendimento	0,00	85 540,51
Retenção na fonte	0,00	84 738,23
Imposto sobre o Valor Acrescentado	104 307,92	68 585,36
Contribuições para a Segurança Social	0,00	37 448,06
Caixa Geral de Aposentações	0,00	162 432,58
ADSE	0,00	14 830,99
Restantes Impostos	0,00	26,12
	104 307,92	453 601,85

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” inclui o montante de €71.631 que resulta de uma ação inspetiva por parte da Administração Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

19.4. Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	2017	2016
Outros créditos a receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	1 511,88	3 402,08
Comissão de resíduos sólidos	79 277,42	95 637,27
Especialização da faturação	1 602 240,16	1 532 520,67
Tratamento de efluentes	173 919,74	27 635,70
Outros acréscimos de rendimentos	61 647,29	6 000,00
Outros devedores		
Clientes de resíduos	3 510 659,41	3 125 084,57
Águas do Douro e Paiva	293 578,44	293 578,44
Depósitos de cauções e garantias	2 946 380,17	2 970 029,50
Outros	19 357,63	29 844,26
Subsídios ao investimento	3 059 669,17	4 228 830,18
	11 748 241,31	12 312 566,67
Outras dívidas a pagar:		
Fornecedores de investimentos	2 182 977,50	1 448 690,38
Credores por acréscimos de gastos		
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e de natal e respetivos encargos	1 304 552,49	1 338 873,21
Previsão quotas CGA	92 308,32	92 308,32
Especialização compra água	788 793,46	770 199,10
Especialização subcontratos	24 294,39	23 069,13
Especialização gastos com saúde	76 683,86	88 764,95
Especialização IMI	346 310,44	346 310,44
Outros acréscimos de gastos	122 203,29	173 531,67
Outros credores		
Sindicatos	1 208,25	1 947,97
Credores por depósitos de garantia	3 061 823,41	3 025 089,53
Clientes de resíduos	3 510 659,41	3 125 084,57
Cobrança de resíduos sólidos CMP	117 850,62	2 691 434,29
Cobrança de resíduos sólidos EMAP	1 898 790,38	0,00
Clientes UBS com créditos	687 609,57	672 413,99
Outros	167 597,38	198 716,62
TRH	290 971,31	400 740,52
Acordo Caixa de Reformas	36 456,13	36 456,13
	14 711 090,21	14 433 630,82

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER:

Na rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à CMP e à EMAP.

A conta “Clientes de Resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

Adicionalmente, a rubrica “Outros Devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios ao investimento” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis, conforme descrito na nota 15.

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR:

A rubrica “Credores por Acréscimos de Gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos em 2017, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias e férias não gozadas, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

O valor registado na rubrica “Imposto Municipal sobre Imóveis” reflete a estimativa de imposto a pagar referente a anos anteriores.

A rubrica “Credores por Depósitos de Garantia” reporta-se a depósitos das garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos.

Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- ◆ Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – € 310.360;
- ◆ Credores por depósito de garantia de execução de obras – € 1.465.555;
- ◆ Credores por depósito de garantia de saneamento – € 1.212.065;
- ◆ Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – € 43.820;
- ◆ Outros – € 30.023.

A rubrica “Cobrança de Resíduos Sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue em 31 de dezembro de 2017.

O saldo registado a rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a 9 pensionistas e 1 ativo, que até à presente data não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03.06.2014, e da Assembleia Municipal, de 16.06.2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a €80.000.000 realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto.

Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 31 de março de 2017, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2016.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao ano de 2017 e à reversão do imposto implícito respetivo. (nota 15)

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os encargos referentes ao pessoal registados em 2017 e em 2016 estão repartidos da seguinte forma:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	107 044,88	98 206,13
Remunerações do Pessoal	7 693 792,63	7 266 671,78
Pensões a Aguardar Aposentação e Outros	5 446,62	6 722,35
Encargos sobre Remunerações	1 769 757,10	1 687 839,48
Despesas de Saúde	326 431,75	314 106,66
Outros Custos com o Pessoal	643 656,64	613 752,93
	10 546 129,62	9 987 299,33

Na rubrica “Remunerações do Pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

A rubrica “Encargos sobre Remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

Em 20.06.2017 foi assinado o Acordo de Empresa com o sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, tendo o mesmo sido publicado no Boletim de Trabalho e Emprego em 15.08.2017

Foram definidos novos critérios para a atribuição de suplementos remuneratórios, nomeadamente ao nível do subsídio de turno e isenção de horário de trabalho, traduzindo-se num acréscimo destas rubricas. No entanto, somente em 2018, de acordo com o Orçamento de Estado, foi possível implementar a tabela salarial anexa ao Acordo de Empresa.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A **Águas do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 31.12.2017.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017, encontra-se apresentada no Ponto 3 do Capítulo IV do Relatório de Gestão.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	45 513,33	47 002,07
Outros	164 377,51	202 451,16
	209 890,84	249 453,23

22.2.2. Passivo

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2017	2016
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais e outros executados	5 241 948,88	5 225 905,50
Ramais não executados	43 824,80	74 211,76
Rendas de Imóveis	3 477,16	3 477,16
	5 289 250,84	5 303 594,42

A rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente [nota 4, alínea a) e l) e nota 13.2].

Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	Saldo Rubrica
Ramais de água	5 177 533,69	2 918 975,12	205 045,17	2 053 513,40
Ramais de saneamento	5 601 108,77	2 507 086,15	221 531,39	2 872 491,23
Outros	757 559,21	412 751,41	28 863,68	315 944,12
Ramais não sujeitos a reconhecimento	43 824,80	0,00	0,00	43 824,80
	11 580 026,47	5 838 812,68	455 440,24	5 285 773,56

22.3 Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados em 2017 e em 2016 foram os seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
Subcontratos	3 468 212,71	2 790 070,14
Trabalhos especializados	2 227 211,90	1 578 439,58
Encargos de cobrança	365 059,96	363 526,12
Publicidade	205 748,74	98 070,14
Vigilância e segurança	122 359,94	110 002,87
Honorários	30 970,80	42 396,50
Conservação e reparação	134 915,83	350 658,24
Materiais	23 035,76	36 042,49
Eletricidade	171 336,10	1 057 466,41
Combustíveis e outros fluidos	140 243,69	126 361,98
Deslocações e estadas	35 989,28	18 841,38
Transportes de pessoal	12 415,00	14 011,50
Rendas e alugueres	520 326,40	400 330,42
Comunicação	872 300,38	891 482,07
Seguros	213 103,80	198 645,37
Contencioso e notariado	1 389,01	309,18
Limpeza, higiene e conforto	101 988,83	77 053,26
Outros fornecimentos e serviços externos	19 184,79	12 854,76
TOTAL	8 665 792,92	8 166 562,41

Em agosto de 2016 foi assinado o contrato de exploração das ETAR do Freixo e Sobreiros com a empresa “AMBIPORTO 2 - Tratamento de Efluentes, A.C.C.” com efeitos a 16 de setembro.

Deste modo, a rubrica **Subcontratos** reflete o aumento do gasto suportado com a passagem da exploração de uma para as duas ETAR.

A rubrica **Subcontratos** integra ainda os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de outsourcing e os gastos associados à impressão e enovelagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica **Trabalhos Especializados** integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS.

Inclui também o montante de €14.160, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal das contas.

A rubrica **Encargos de Cobrança** abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica **Vigilância e Segurança** engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica **Conservação e Reparação** inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

A diminuição ocorrida na rubrica **Eletricidade** decorre do contrato de exploração da ETAR de Sobreiras.

A rubrica **Rendas e Alugueres** corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica **Comunicação** incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.

22.3.2. Outros Gastos

	2017	2016
Impostos	50 968,41	92 591,68
Outros	359 903,58	313 259,13
TOTAL	410 871,99	405 850,81

A rubrica **Impostos** engloba, entre outros, o IUC e as Taxas de Justiça.

A rubrica **Outros** integra essencialmente gastos relacionados com o abate de ativos fixos tangíveis, no montante de € 152.429, na sequência da substituição da rede de água, saneamento e águas pluviais, gastos relativos a períodos anteriores, no montante de aproximadamente € 21.130, e donativos no montante de € 69.692.

22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

a) No âmbito das intervenções efetuadas na via pública, o Banco Português de Investimento prestou, em nome da **Águas do Porto, EM**, garantias bancárias à empresa Estradas de Portugal, no valor de € 294.017,19.

Adicionalmente, o Banco *Santander Totta* prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de € 50.000 cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

b) Em março de 2017, fomos notificados pela Autoridade Tributária do encerramento do processo de recolha de elementos referentes à não liquidação de IVA na faturação das tarifas de resíduos sólidos urbanos.

Este serviço foi prestado pela **Águas do Porto, EM**, ao Município do Porto até agosto de 2017, e à EMAP, EM, SA, a partir de setembro, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços.

Este processo originou a abertura de ação inspetiva por parte da Inspeção Geral de Finanças, em sede de IVA, para os anos de 2014, 2015 e 2016.

WI

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Porto.
Águas
do Porto



1 ESTRUTURA DE GASTOS

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS	Valor Orçamentado para 2017	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
CMVMC					
Mercadorias	8 507 343,81	8 945 876,28	8 534 402,51	438 532,47	105,15%
Matérias	742 600,00	754 142,64	929 565,80	11 542,64	101,55%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					
	9 084 373,33	8 665 792,92	8 166 562,41	-418 580,41	95,39%
GASTOS COM PESSOAL					
Remunerações	8 032 778,00	7 800 837,51	7 364 877,91	-231 940,49	97,11%
Encargos Sociais	2 689 826,06	2 745 292,11	2 622 421,42	55 466,05	102,06%
PERDAS POR IMPARIDADE					
Em dívidas a receber	723 016,69	782 138,51	680 615,76	59 121,82	108,18%
Em inventários	0,00	18 256,01	0,00	18 256,01	n.a.
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO					
	6 966 317,15	6 645 270,43	6 370 180,81	-321 046,72	95,39%
PROVISÕES					
	9 944,25	162 317,51	513 964,77	152 373,26	1632,27%
OUTROS GASTOS E PERDAS					
Impostos	69 475,00	50 968,41	92 591,68	-18 506,59	73,36%
Outros	389 769,91	359 903,58	313 259,13	-29 866,33	92,34%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO					
	0,00	2 534,38	2 818,89	2 534,38	n.a.
TOTAL	37 215 444,20	36 933 330,29	35 591 261,09	-282 113,91	99,24%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Valor Orçamentado para 2017	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Subcontratos	3 604 469,56	3 468 212,71	2 790 070,14	-136 256,85	96,22%
Energia	276 935,00	171 336,10	1 057 466,41	-105 598,90	61,87%
Trabalhos especializados	2 069 405,52	2 227 211,90	1 578 439,58	157 806,38	107,63%
Comunicação	940 564,00	872 300,38	891 482,07	-68 263,62	92,74%
Encargos de cobrança	409 873,50	365 059,96	363 526,12	-44 813,54	89,07%
Rendas e alugueres	417 643,20	520 326,40	400 330,42	102 683,20	124,59%
Conservação e reparação	208 938,00	134 915,83	350 658,24	-74 022,17	64,57%
Honorários	970,00	30 970,80	42 396,50	30 000,80	3192,87%
Seguros	223 682,00	213 103,80	198 645,37	-10 578,20	95,27%
Publicidade	254 819,00	205 748,74	98 070,14	-49 070,26	80,74%
Vigilância e segurança	147 633,00	122 359,94	110 002,87	-25 273,06	82,88%
Outros fornecimentos e serviços	529 440,55	334 246,36	285 474,55	-195 194,19	63,13%
TOTAL	9 084 373,33	8 665 792,92	8 166 562,41	-418 580,41	95,39%

GASTOS COM O PESSOAL	Valor Orçamentado para 2017	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Remunerações do Pessoal	8 032 778,00	7 800 837,51	7 364 877,91	-231 940,49	97,11%
Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação	1 400,00	5 446,62	6 722,35	4 046,62	389,04%
Encargos sobre Remunerações	1 793 351,75	1 769 757,10	1 687 839,48	-23 594,65	98,68%
Despesas de saúde	343 978,00	326 431,75	314 106,66	-17 546,25	94,90%
Outros Custos com o Pessoal	551 096,31	643 656,64	613 752,93	92 560,33	116,80%
TOTAL	10 722 604,06	10 546 129,62	9 987 299,33	-176 474,44	98,35%

2 ESTRUTURA DE PROVEITOS

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor Orçamentado para 2017	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Tarifa disponibilidade água	6 816 302,47	6 743 157,99	6 817 510,24	-73 144,48	98,93%
Tarifa consumo de água	20 802 816,01	22 549 530,66	21 771 240,05	1 746 714,65	108,40%
Tarifa saneamento	7 208 665,40	7 768 949,23	7 531 762,29	560 283,83	107,77%
Tarifa disponibilidade saneamento	2 470 664,64	2 526 677,87	2 533 879,31	56 013,23	102,27%
Outras vendas e prestações de serviço	1 659 849,49	1 633 415,99	1 635 854,14	-26 433,50	98,41%
TOTAL	38 958 298,01	41 221 731,74	40 290 246,03	2 263 433,73	105,81%

COMPOSIÇÃO DOS RESTANTES RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2017	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Trabalhos para a própria empresa	87 137,68	81 530,04	95 062,17	-5 607,64	93,56%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	206 824,01	0,00	n.a.
Reversões de depreciações e amortizações	0,00	388,40	0,00	388,40	n.a.
Reversões de perdas por imparidade	0,00	8 447,16	8 082,93	8 447,16	n.a.
Reversões de provisões	0,00	183 005,12	96 102,26	183 005,12	n.a.
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS					
Rendimentos suplementares	285 214,25	347 335,46	330 964,07	62 121,21	121,78%
Rendimentos em ganhos e investimento não financeiros	0,00	24 155,00	40 690,96	24 155,00	n.a.
Outros	2 884 036,37	2 974 989,11	3 139 786,79	90 952,74	103,15%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	162 662,98	145 815,05	153 692,28	-16 847,93	89,64%
TOTAL	3 419 051,28	3 765 665,34	4 071 205,47	346 614,06	110,14%

PORTO, 28 DE MARÇO DE 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Frederico Vieira Martins Fernandes

Sílvia Barata Silva

Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto

Ana Catarina da Rocha Araújo

WMI

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO
&
CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS**

Porto.
Águas
do Porto





JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 163.948.979,62 euros e um total de capital próprio de 129.965.680,75 euros, incluindo um resultado líquido de 6.025.810,06 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M., em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 2011 foi substancialmente concluído o levantamento cadastral dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da Entidade, com exceção da rede de águas pluviais entregue pelo Município do Porto em 2011, cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 7.137.000 euros em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA -

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2018

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa atividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
2. No exercício das nossas funções, acompanhámos a evolução da Entidade e obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. De acordo com o n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, verificámos que a Entidade, apresentou o relatório de boas práticas de governo societário, conforme o disposto no n.º 1 do mesmo artigo, o qual cumpre, para um nível de segurança moderado, as exigências legais.
4. Não obtivemos o Contrato de Gestão Delegada para o período de 2017 por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Não obstante, através do Contrato de Sociedade, a Câmara Municipal do Porto delegou na Entidade todos os poderes necessários ao cumprimento do objeto social, aprova anualmente os tarifários e tem conhecimento anualmente dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio.
5. A análise do Relatório do Conselho de Administração e das Contas, permitem-nos firmar a convicção de que, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, da Certificação Legal das Contas, aqueles documentos expressam de forma adequada a atividade de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M., em 2017 e a sua situação patrimonial no fim daquele ano.
6. Em função do trabalho efetuado, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas nesta mesma data.
7. Na sequência do exposto, somos de parecer que merecem aprovação os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação do resultado constante no relatório de gestão.

Porto, 28 de março de 2018

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por

(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)

